

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

PAYAGUÁ: OS SENHORES DO RIO PARAGUAI

Magna Lima Magalhães

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ignacio Schmitz

Dissertação apresentada como requisito parcial
e último para a obtenção do grau de Mestre
em História, na área de Estudos Históricos
Latino-Americanos.

São Leopoldo, 1999.

"Um dos sinais de que a pessoa está se tornando adulta talvez seja o desenvolvimento da capacidade de prestar maior atenção ao comportamento dos outros, tentando decifrá-lo e compreendê-lo" (Junqueira, 1991, p. 9).

"De modo similar, é possível identificar o amadurecimento de uma sociedade pela qualidade que ela desenvolve de entender às demais. Em lugar de fazer com que seus próprios hábitos e valores atuem como impecilho ao conhecimento, ela se lança na fascinante aventura de tentar compreender o diferente, o outro" (Junqueira, 1991, p.11).

Dedico este trabalho:

Em especial a Salvador Chiká, que para mim representa o papel fundamental do educador... Obrigada por dar à História um “sabor todo especial”....foi a inspiração.

E a todos aqueles que perseguem seus sonhos e que acreditam na possibilidade de transformar...

AGRADECIMENTOS

O caminho trilhado para a realização deste trabalho foi em parte solitário, mas, em muitos momentos, contou com o auxílio de algumas pessoas, cujo apoio foi imprescindível. A elas quero agradecer e dividir essa vitória, de um valor especial:

Ao meu Orientador, professor Pedro Ignacio Schmitz, pela confiança, compreensão e por respeitar os meus posicionamentos pessoais;

Ao Jorge pelos primeiros passos, pelo voto de confiança e por acreditar no meu trabalho;

À Neli, por “fechar comigo”. Conhecimento se constrói; humildade é essencial; mesquinha é estupidéz. Em meio à competição pode nascer amizade. Que a nossa seja sólida;

Ao Marcus pelo contínuo e constante incentivo e pela palavra sempre amiga;

Ao Jairo por todas as ajudas e pela cobrança sutil e delicada;

Ao Laroque, companheiro de tantas jornadas, agradeço a confiança e o ombro gentil que só os verdadeiros amigos possuem;

À Marcia, por tudo, e, principalmente pela compreensão;

Ao Julian e André pela disponibilidade de ajudar;

Aos Bolsistas e funcionários do Instituto Anchietano, pelas conversas, paciência e respeito;

À turma do “Lógico”, “gente guerreira”, pelo incentivo e pelo carinho;

À Susana Bleil de Souza e Oscar Agüero da UFRGS, pela acolhida e pelo crédito;

À Ana e Simone, amigas de longa data, agradeço o privilégio dessa amizade e o incentivo;

E, por último, mas não menos importante, ao Edson que, nos momentos de minhas crises esteve ao meu lado, buscando o que há de melhor em mim. Com afeto e respeito acrescentou mais vida à minha história.

RESUMO

Neste trabalho apresentamos as características culturais da etnia Payaguá. O espaço temporal está delimitado entre o século XVI, a partir dos primeiros contatos com os exploradores europeus, e o século XIX, quando os últimos representantes convivem com a sociedade paraguaia em um cenário urbano.

O estudo dessa etnia tem por objetivo auxiliar e enriquecer as pesquisas arqueológicas em andamento no pantanal sul-matogrossense.

O grupo exercia uma mobilidade fluvial em uma extensa área formada, principalmente, pelo rio Paraguai e adjacências. Possuía dois pontos de domínio: o meridional, ao sul do rio Paraguai, abaixo de Assunção, nas proximidades do rio Bermejo; e o setentrional, na região do Alto-Paraguai, próximo da localidade conhecida historicamente como Puerto de Candelária.

Habitantes de um ambiente diversificado, elaboraram construções culturais associadas à ocupação do espaço e à forma de obter a subsistência. Canoeiros por excelência, detentores de um forte ethos guerreiro, mantiveram ao longo do processo de colonização uma postura de não resignação à dominação colonial, procurando, através de reformulações, manter a autonomia do grupo.

ABSTRACT

In this work we present the cultural characteristics of the Payagua ethnic group. The time period is limited between the XVI century, beginning from the first contacts with the European explorers, and the XIX century, when their last representatives shared the life of the Paraguayan society in a urban scenario.

The study of this people has as its objective to help to enrich the ongoing archeological researches in the Pantanal of Mato Grosso do Sul.

The Payagua group used to exercise a river mobility in a large area formed mainly by the Paraguai river and its surroundings. It used to have control over two regions: the meridional region to the south of the Paraguai river, below Assunção, in the vicinity of the Bermejo river; and the northern region, in the Alto Paraguai area, near the place historically known as Puerto de Candelária.

Living in a diversified environment, they organized cultural constructions associated with the occupation of the area with the way of obtaining their subsistence. Excellent canoeists and having an outstanding warrior trait, they kept a non-resigning attitude towards the colonial domination by trying to maintain the group's autonomy by means of reformulations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Vista parcial dos grupos indígenas do Chaco, com a localização dos Payaguá.....	29
Figura 2. Área de circulação dos Payaguá durante a época colonial.....	31
Figura 3. Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú, localizando os Payaguá.....	41
Figura 4. Índio Payaguá.....	48
Figura 5. Índios Payaguá.....	49
Figura 6. Itinerário de Cabeza de Vaca.....	55
Figura 7. Trecho do rio Paraguay onde se localizaria o Porto de Candelária.....	61
Figura 8. Planta da posição do Fecho dos Morros.....	62
Figura 9. Os grupos étnicos do Gran Chaco em fins do século XVI.....	63
Figura 10. Localização dos Payaguá, segundo Schmidt.....	65
Figura 11. Grupos étnicos do Gran Chaco, cerca de 1720.....	68
Figura 12. Mapa da segunda metade do século XVIII, elaborado pelo missionário José Sánchez Labrador.....	72
Figura 13. Localização dos Agaces e Sarigués, segundo Félix Azara.....	74
Figura 14. O Chaco Paraguayo inundado.....	75
Figura 15. Mapa parcial do Pantanal.....	78
Figura 16. Vista parcial do rio Paraguai, na altura do município de Ladário, MS.....	79

Figura 17. Vista parcial do rio Paraguai, na altura da localidade de Morrinhos, município de Corumbá.....	80
Figura 18. Fruto da algarroba.....	111
Figura 19. Canafístula.....	113
Figura 20. Vista parcial de arrozal silvestre, próximo a cidade de Corumbá - MS.....	115
Figura 21. Exemplar do arroz <i>Oryza latifolia</i>	115
Figura 22. Localização da Lagoa Gaíba.....	116
Figura 23. Mapa apresentando a área de circulação e locais de ataque dos Payaguá no século XVIII.....	126
Figura 24. Arco.....	132
Figura 25. Cacique Payaguá - Século XIX.....	134
Figura 26. Flecha.....	135
Figura 27. Cerâmica.....	142
Figura 28. Cerâmica.....	143
Figura 29. Cerâmica.....	143
Figura 30. Cerâmica.....	144
Figura 31. Cerâmica.....	144
Figura 32. Cerâmica.....	145
Figura 33. Cerâmica.....	145
Figura 34. Cerâmica.....	146
Figura 35. Cerâmica.....	146
Figura 36. Cerâmica.....	147
Figura 37. Cerâmica Payaguá da Coleção do Museu Andres Barbero.....	149
Figura 38. Conjunto de Cabaças Payaguá - Coleção Moisés Bertoni.....	152

Figura 39. Cachimbo Payaguá.....	156
Figura 40. Cachimbo Payaguá.....	156
Figura 41. Decoração em madeira (Cachimbo Payaguá).....	157

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS

RESUMO

ABSTRACT

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO.....	13
1 AS FONTES DE PESQUISA.....	18
2 A HISTÓRIA DOS PAYAGUÁ.....	28
3 HABITAT.....	51
3.1 O Espaço de Ocupação.....	51
3.1.1 AGACES - Tribo Meridional.....	52
3.1.2 SARIGUÉ-PAYAGUÁ - Tribo Setentrional.....	56
4 ASSENTAMENTOS E ESTRUTURAS.....	83
4.1 Tipos de Assentamentos.....	84
4.2 Estruturas de Habitação.....	89
4.3 Estruturas de Combustão.....	92
4.4 Estruturas Funerárias.....	93
5 SUBSISTÊNCIA.....	101
5.1 Pesca.....	102
5.2 Caça.....	105

5.3 Coleta.....	108
5.4 Cultivo.....	118
5.5 Pilhagem.....	120
6 CULTURA MATERIAL.....	131
6.1 Equipamento de Subsistência e/ou Guerra.....	132
6.1.1 Arcos.....	132
6.1.2 Flechas.....	133
6.1.3 Macana (ou garrote).....	136
6.1.4 Canoas e Remos.....	137
6.2 Equipamento Doméstico e de Trabalho e Artefatos de Uso Pessoal.....	141
6.2.1 Cerâmica.....	141
6.2.2 Artefatos Líticos.....	148
6.2.3 Utensílios em Cabaça.....	150
6.2.4 Tecelagem e Trançado.....	151
6.2.5 Manufatura em Madeira.....	153
6.2.6 Objetos de Adorno Pessoal.....	157
CONCLUSÃO.....	160
FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	167

INTRODUÇÃO

Este estudo tem por meta apresentar a etnia Payaguá, dando ênfase aos aspectos culturais relacionados ao espaço de circulação e de ocupação, à subsistência e à cultura material.

O trabalho está compreendido entre o século XVI, quando se dão os primeiros contatos com os conquistadores, e chega ao século XIX, quando o grupo, bastante reduzido, está centrado em localidades próximas a Assunção. O seu território conhecido se limita ao Paraguai.

A busca por um delineamento cultural da etnia em um recorte temporal amplo tem por objetivo apresentar as modificações culturais ocorridas ao longo dos anos e oportunizar uma leitura, a mais completa possível, das construções e transformações elaboradas por esses indígenas frente ao processo de colonização.

O trabalho foi composto a partir do Projeto Corumbá, sob a coordenação do Prof. Dr. Pedro Ignácio Schmitz, mantido através de um convênio entre o Instituto Anchietano de Pesquisas, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. São resultantes do projeto alguns trabalhos que buscam conhecer, de forma mais completa, os grupos que ocupavam a região. Podemos citar o de Oliveira (1995), sobre os Guató; o de Schuch (1995) sobre os Xaray e Chané; o de Herberts (1998) sobre os Mbayá-Guaicurú e o de Peixoto (1995) e o de Schuch (1997) sobre as missões religiosas com grupos indígenas.

Os estudos citados nasceram da exigência de elaborações de cunho etnográfico sobre as populações indígenas, no intuito de melhor compreender e interpretar os dados levantados no trabalho de campo em arqueologia, os quais constataam a diversidade de sítios arqueológicos, sugerindo a ocupação da região por vários grupos.

A escolha do grupo étnico Payaguá, conhecido historicamente pelos apelativos de Agaces e Sarigues, conforme a localização geográfica, é justificada: a) a extensão fluvial de ação desses indígenas está inserida, em parte, na área pesquisada; b) o grupo é pouco investigado nos meios acadêmicos, principalmente no Brasil; c) o grupo reorganiza-se para manter a autonomia frente ao domínio do colonizador; d) o grupo é canoeiro, e apresenta características semelhantes a outros já pesquisados, como os Guató, os quais estão associados aos aterros que ocorrem na região pantaneira do projeto.

Buscamos, a partir de então, apresentar a história da etnia, trabalhando dentro de uma perspectiva interdisciplinar, a qual abrange conhecimentos históricos, etnológicos, antropológicos e lingüísticos, a fim de fornecer subsídios para compreender melhor a adaptação ao ambiente e a forma de organização adotada.

Para tanto, a coleta de dados e o estudo destes, desenvolveram-se através da etno-história, a qual é compreendida como “um conjunto especial de técnicas e métodos para elucidar a cultura através do uso das tradições escritas e orais. Como metodologia, tem um caráter complementar, não só em relação à arqueologia, como também à lingüística histórica, à etnologia e à paleobiologia” (Carmack, 1979, p.17).

Para Binford (1988, p. 30), a arqueologia contemporânea tem procurado desenvolver trabalhos arqueológicos, buscando apoio na documentação histórica, já que, “la existencia de documentos históricos que contienen observaciones hechas por individuos actuales sobre la dinámica de los yacimientos en el pasado permite excavarlos y, en base a los relatos

existentes sobre dichos lugares, intentar relacionar lo que encontramos en el terreno con las informaciones históricas” (Binford, 1988, p.29).

No entendimento do autor, os documentos históricos “servem não só para identificar os locais de ocupação antigos como também para informar-nos do que ali ocorria e qual nível de especialização artesanal existia, por exemplo, com detalhes referentes à organização social do assentamento. Uma vez conhecidos estes aspectos sobre a dinâmica dos assentamentos, estamos em condições de escavar a jazida e relacionar os achados com as notícias que possuímos sobre as atividades e processos que tiveram lugar no passado” (Binford, 1988, p.29).

Neste trabalho, procuramos delimitar o espaço de ação do grupo, destacando as áreas selecionadas para locais de assentamento, relacionando-as à sazonalidade do ambiente, e elaborando um delineamento das manifestações culturais, as quais se alteraram principalmente após o início do processo colonizador. Para tanto, extraímos dados contidos na documentação histórica produzida por exploradores, cronistas, religiosos e autoridades administrativas. Foi reunida a maior quantidade de fontes escritas, excluindo apenas obras menos relevantes ou de difícil acesso. A sistematização das informações obedeceu ao modelo do *Guía para clasificación de los datos culturales* (Murdock, Ford, Hudson et al., 1963), o qual proporcionou um modelo para organização dos dados sobre a cultura dos Payaguá. Também foram utilizados o *Manual de etnografía* (Mauss, 1993) e *Como se faz uma tese* (Eco, 1983).

O estudo pretende seguir a metodologia proposta por Binford (1967 e 1980) e Chang (1967) que inspiraram trabalhos como o de Noelli (1993), de Lavina (1994), de Oliveira (1995) e o de Herberts (1998) , os quais fizeram uso de dados arqueológicos, etnográficos, etno-históricos e/ou lingüísticos, apresentando discussões pertinentes à arqueologia do Brasil.

Nosso estudo é baseado exclusivamente em fontes escritas, caracterizando-se por ser um trabalho de cunho etno-histórico e distanciando-se da pretensão de possuir um caráter etno-arqueológico.

Seguindo essa tendência a etno-história, como abordagem metodológica interdisciplinar, vem ao encontro de nossos objetivos, possibilitando uma melhor compreensão do processo pelo qual passou a etnia (Caleffi, 1992, p.102). Para Nuñez (1975) e Trigger (1982) a etno-história pode ser utilizada pela arqueologia, como “método antropológico, estudando a pré-história como parte integrante da história nativa, não deixando de fora, em princípio, nenhum setor espaço-temporal” (apud Oliveira, 1994-95, p.160). Segundo Cline (1972, p.5), arqueólogos e etnólogos percebem a importância para seus estudos dos dados contidos nos registros. Conforme o autor, uma das tarefas da etno-história é fechar a lacuna existente entre a descoberta da arqueologia e a da etnologia (Cline, 1972, p.6).

O trabalho está dividido em seis capítulos:

Apresentamos, no primeiro deles, as fontes de pesquisa utilizadas para a elaboração deste estudo. Apontando as obras e seus respectivos autores, situando-os em relação ao tempo e avaliando o grau de importância das informações.

No segundo capítulo, de forma concisa, elaboramos uma trajetória histórica do grupo, delimitando-a entre os séculos XVI e fins do século XIX. Destacamos aqui principalmente a oposição dos canoieiros ao jugo espanhol e a luta pela manutenção da autonomia por parte do grupo.

Posteriormente, no terceiro capítulo, procuramos delimitar o espaço de ação da etnia, estabelecendo áreas selecionadas que demarcariam os limites setentrional e meridional do

território fluvial do grupo. Acrescentamos dados quanto ao ambiente para melhor informar sobre a diversificação do habitat desses indígenas.

O quarto capítulo tem por objetivo mostrar a ocupação do espaço, com os assentamentos e suas respectivas estruturas.

O quinto enfoca questões relacionadas à subsistência e às atividades correlatas, como pesca, caça e coleta e aborda a ação de pilhagem executada pelos canoeiros para obterem alimentos cultivados e/ou produtos manufaturados.

O último capítulo, busca elaborar uma visão completa da cultura material, a qual abarca equipamentos de subsistência e/ou empregados em guerra, e os equipamentos de uso doméstico e pessoal, procurando demonstrar a sua confecção e funcionalidade.

Os dados contidos nas fontes investigadas não elucidam muito o sistema de assentamento adotado pelo grupo. No entanto, fornecem subsídios para indicar os assentamentos como provisórios e semi-estáveis, associados diretamente à sazonalidade do ambiente ocupado. A adaptação a um habitat diversificado influencia o tipo de habitação, o equipamento doméstico, a subsistência e principalmente a valorização da canoa, fundamental para a sobrevivência e para a identificação do grupo.

Embora tivesse sido importante elaborar mais um capítulo sobre a sociedade, a demografia e a ideologia, o tempo foi insuficiente, ficando esses aspectos para pesquisa posterior.

1 AS FONTES DE PESQUISA

Neste capítulo apresentamos as fontes investigadas para a elaboração do trabalho. O levantamento bibliográfico inicial foi realizado a partir das indicações contidas em: Antonio Tovar (1961), Cestmír Loukotka (1939 e 1968), Herbert Baldus (1954 e 1968), Thekla Hartmann (1984), Rubens de Mendonça (1975), João José Planella (1983), Curt Nimuendaju (1987), Paulo Pitaluga Costa e Silva (1992) e Branislava Susnik (1992).

Para o estudo do século XVI, contamos com os relatos de expedicionários como Ulrich Schmidl, cuja participação como soldado na expedição de Juan de Ayolas (1536-1537) e de Cabeza de Vaca (1542-1543) é narrada na obra *Viaje al Río de la Plata* (1903, 1962, 1970).

Os *Comentários* (1893, 1962, 1984, 1987) de Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, escritos pelo secretário Pero Hernandez, publicados em 1555, descrevem a expedição comandada pelo governador através do rio Paraguai.

A obra *El Gobernador Domingo Martínez de Irala* (1939), de Lafuente Machain, apresenta importantes documentos sobre o governo de Irala. Dentre estes, destacamos *Parlamento con los Agaces*, redigido, no ano de 1545, pelo escrivão Bartolomé Gonzales, no qual há referências à resistência dos Payaguá em se tornarem fiéis à fé católica e ao rei espanhol; e a carta do governador da província do Paraguai, Pedro de Mendoza, enviada ao rei espanhol, relatando a expedição de Juan de Ayolas.

La Argentina, poema histórico, publicado em 1602, foi composto por Martín Barco Centenera (Coleção de Angelis, Tomo III, 1969), o qual chegou na região do Río de la Plata em 1573 e participou ativamente da vida política do Paraguai.

Para o século XVII, temos a Carta de Diego de Góngora sobre os índios Guaicurú e Payaguá, de 1622, dirigida ao rei espanhol. Foi publicada por Blas Garay (1899) em *Colección de Documentos relativos à la Historia de América y particularmente à la Historia del Paraguay*, tomo I.

O jesuíta Nicolás del Techo (1897), que esteve no Paraguai em meados do século, escreveu *Historia de la Provincia del Paraguay de la Compañía de Jesús* (oito tomos), editada em 1673. Destacamos o tomo IV.

Ruy Díaz de Guzmán (1980), que nasceu em Assunção em 1560, foi o primeiro historiador do Paraguai; escreveu, no início do século XVII, *Anales del Descubrimiento, Población y Conquista del Río de la Plata*.

Em *Historia de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*, de Pablo de Pastells (1912), estão reunidos, em cinco tomos, extratos e transcrições de documentos do Archivo General de Indias, tratando da atuação da Companhia de Jesus no Paraguai desde século XVI até a expulsão no século XVIII.

Contamos ainda com os seguintes documentos: Carta Ânua da Missão de Todos os Santos de Guarambaré, dirigida ao Provincial Diogo de Tôrres, escrita pelo padre Diogo de Boroa, no ano de 1614; Ânua do padre Diogo Ferrer, redigida no ano de 1633, dirigida ao provincial, a qual informa sobre a geografia e etnografia dos indígenas do Itatim; petição, datada de 1649, do padre João Baptista Ferrufino, solicitando ao Ouvidor Gabarito mudar os índios Itatim, reduzidos para outro local; Cópia de carta do governador de Tucumã, dirigida a frei Gabriel de Valencia, egresso da Companhia de Jesus, datada de 1657; crítica do padre

Lascamburu ao projeto do padre Arce de estabelecer comunicação do Itatim com os Chiquitos, via rio Paraguai, de 1692. Os documentos relacionados são relevantes para o estudo do grupo em questão. As passagens, as quais apresentam dados sobre os Payaguá, por vezes resumem-se a uma ou duas linhas em meio ao texto, no entanto, legam importantes informações, principalmente quanto às dificuldades criadas por esses indígenas ao trabalho missionário desenvolvido na região do Itatim. A documentação citada está reunida em *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)*, (Manuscritos da Coleção de Angelis, vol.2, 1952), publicada por Jaime Cortesão.

As Cartas Ânua dos anos 1644, 1658-1660 e 1663-1666, proporcionam dados sobre os entraves causados pelos canoieiros Payaguá ao trabalho jesuítico, além de fornecer elementos para a caracterização desses indígenas, segundo a visão dos religiosos. Essas cartas não foram publicadas e encontram-se no acervo do Instituto Anchietano de Pesquisas, em cópias digitadas e organizadas em volumes avulsos. A referência das mesmas se fará usando a sigla CA - IAP. Por exemplo, ao utilizarmos a Carta Ânua *CA-IAP (a) - Cartas Anuas que contienen los sucessos de la Provincia del Paraguay del año 1644 - Reducción de San Ignacio de Caaguazú*, a referenciamos da seguinte forma: CA - IAP (a), seguido do número das páginas correspondentes naqueles volumes avulsos.

Em *Los Jesuitas del Paraguay* (1896) consta o informe do general Mathias de Anglés y Gortari, corregedor de Potosi, que denuncia o ataque ordenado pelo governador D. Diego de los Reyes, aos Payaguá, no ano de 1717 e apresenta aspectos sobre a oposição dos indígenas ao trabalho missionário.

Referindo-nos ao século XVIII, destacamos as obras de cunho religioso, da Companhia de Jesus, das quais podemos extrair observações etnográficas fundamentais para o nosso trabalho.

Pedro Lozano, jesuíta, que viveu no Paraguai na primeira metade do século, escreveu *Descripción Chorográfica del Gran Chaco Gualamba* (1941), editada em Córdoba em 1733 e *Historia de la Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman* (cinco tomos), destacamos o Tomo I (1873) e o Tomo II (1874).

Historia del Paraguay (1910, 1912 e 1913; seis tomos) foi escrita pelo religioso Pedro Francisco Javier de Charlevoix, em 1757. A relevância da obra é justificada pela apresentação de dados etnográficos, mas não pode ser considerada uma obra de testemunho documental já que o jesuíta nunca esteve em terras americanas.

A obra de Charlevoix foi continuada através do trabalho do religioso Pablo Muriel (1918), que publicou *Historia del Paraguay desde 1747 hasta 1767*, relatando as atividades missionárias da Companhia de Jesus nos últimos 20 anos de atividades.

Ensayo sobre la Historia Natural del Gran Chaco (1972), do jesuíta José Jolís, que percorreu o Chaco na segunda metade do século XVIII, descreve as nações do Chaco, no ano de 1767. A obra contém uma apresentação rica da geografia, da flora e da fauna da região, fundamental para o conhecimento do ambiente chaquenho. *Historia de los Abipones* (1967, 1968, 1970; em três volumes), escrita pelo jesuíta alemão Martin Dobrizhoffer, que esteve em contato com os indígenas em meados do século XVIII, é de grande importância etnográfica. Destacamos o volume I, no qual o autor apresenta dados sobre a cultura Payaguá.

El Paraguay Católico (1910), em dois volumes, do jesuíta José Sánchez Labrador, é uma rica fonte de dados etnográficos referentes ao século XVIII. Labrador, como missionário e fundador da Redução de Belém, lega informações preciosas sobre os Payaguá.

Na Coleção de Angelis (1970, tomo VI) constam obras importantes para o delineamento dos aspectos ambientais formadores do habitat Payaguá. Destacamos: *Descripción Del Río Paraguay desde la Boca del Xauru hasta la confluencia del Paraná*, do

padre José Quiroga, a qual proporciona uma descrição geográfica do rio Paraguai e seus principais afluentes; *Diario de una navegación y reconocimiento del Río Paraguay desde la ciudad de la Asunción hasta los presidios portugueses de Coimbra y Albuquerque*, de D. Ignacio de Pasos, piloto da expedição realizada no ano de 1790; e a descrição do coronel D. Adrián Fernández Cornejo da *Expedición al Chaco por el río Bermejo*, executada no ano de 1790.

Existem algumas obras escritas por viajantes e exploradores com informações do final do século XVIII. Ressaltamos as obras de Félix Azara que aglutinam dados históricos pesquisados e observações do autor; *Viaje por la América Meridional* (1969); *Geografía Física y Esférica de las Provincias del Paraguay, Misiones Guaraníes* (1904), composta em 1790, é dividida em duas partes: num primeiro momento apresenta dados sobre a geografia da região do Rio Paraguai e do Rio de La Plata, agregando a essas observações sobre a fundação e transmigração de povoados; em um segundo momento Azara trata do clima, da fauna e da flora, além da hidrografia da região; e *Descripción e Historia del Paraguay y del Río de la Plata* (1943 e 1962), editada pela primeira vez em 1847; nesse trabalho, o autor utiliza-se de documentos históricos dos Arquivos de Assunção, Corrientes, Santa Fé e Buenos Aires e de informações obtidas junto a moradores idosos dos povoados. O autor que permaneceu em terras sul-americanas por vinte anos foi comissário e comandante das expedições responsáveis pela demarcação de limites na América entre a coroa espanhola e a portuguesa. É importante salientar que Azara, no período em que permaneceu no Paraguai, fez visitas constantes aos assentamentos Payaguá próximos a Assunção.

Juan Francisco Aguirre (1798) também participou da demarcação de limites nas terras americanas em 1793 e permaneceu por doze anos no Paraguai. No Diário que escreve como

capitão da Fragata da Real Armada da Espanha, apresenta dados geográficos e etnográficos, importantes para este trabalho.

Podemos citar, ainda, algumas obras bibliográficas de menor proeminência, as quais foram publicadas na *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. As informações contidas nessas obras são esparsas, entretanto, são importantes para o delineamento da área de circulação desses indígenas, bem como para a percepção da ameaça que eles representavam às minas de Cuiabá. Dentre essas, podemos citar as obras de Antonio Pires de Campos (1862 [1723]), Antonio Rolim (1866 [1751]), Francisco de Oliveira Barboza (1885 [1792]) e João Antonio Cabral Camello (1863 [1727]).

Finalizando a relação de fontes do século XVIII, não podemos deixar de fazer menção aos *Documentos Históricos do Mato Grosso - Minas de Cuiabá*, os quais mostram a preocupação por parte do governo português em combater os Payaguá, devido aos prejuízos que estes causavam à população das minas e ao governo português com seus ataques e saques. Para fins de referência bibliográfica, sistematizamos essas fontes indicando, por meio de siglas, a denominação do acervo e o documento utilizado. Por exemplo, ao utilizarmos o documento *MT. 05.DOC (b) - Registro de uma portaria expedida pelo Governador da capitania de São Paulo, Conde de Sazerdas, determinando guerra aos índios Caiapó (Santos, 18 de dezembro de 1736)*, o referenciamos da seguinte forma: DHMT, MT. 05.DOC (b).

Quanto ao século XIX, as fontes de investigação estão restritas a poucos registros realizados por estrangeiros que estiveram no Paraguai. Podemos citar o médico francês Alfred Demersay, que esteve no Paraguai durante o governo de Carlos Antonio Lopez (1840-1862) e registrou informações sobre os Payaguá assentados em Assunção, as quais constam na obra *Fragments d'un Voyage au Paraguay*. São importantes os dados extraídos das obras: *Episodias de la vida privada, política y social en la Republica del Paraguay* (1903, apud

Schmidt, 1949) e *Reise nach Paraguay in den Jahren 1818 bis 1826* (1836, apud Schmidt, 1949) de Bermejo e Rangger, respectivamente. *El Gran Chaco*, escrita por Luis Jorge Fontana (1977), secretário do governo do Chaco no período de 1875-1884, apresenta a descrição da expedição realizada em julho de 1875 à desembocadura do rio Pilcomayo. Essa obra contém registros da fauna e flora e aspectos etnográficos sobre grupos indígenas.

Não podemos deixar de mencionar os valiosos trabalhos de Guido Boggiani: *Etnografía del Alto Paraguay* (1898), *Compendio de Etnografía Paraguaya Moderna* (1900), *Lingüística Sud-Americana. Datos para el estudio de los idiomas Payaguá y Machicuí* (1901). O autor italiano legou dados etnográficos correspondentes ao final do século XIX, observados nas várias expedições que empreendeu na região.

Para o mesmo século, contribuem as obra dos seguintes autores: Luiz D'Alincourt (1862 [1825]), João Henrique Elliott (1870 [1844-47]), Augusto Leverger (1862 [1847]) e Henrique de Beaurepaire Rohan (1869 [1844-47]); as obras se encontram distribuídas pela *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Os autores relacionados apresentam rápidas considerações sobre os Payaguá.

Temos ainda, referentes ao século XIX, alguns trabalhos de cunho secundário que não se destacam quanto à cultura do grupo. Geralmente, são estudos estruturados sobre fontes primárias ou sobre trabalhos realizados anteriormente, dos quais extraem dados. Nesse caso, temos os seguintes trabalhos: *La republica del Paraguay* (1862) de Alfredo M. du Graty; *Los Límites de la Antiga Provincia del Paraguay* (1892) de Alejandro Audibert; *Estados Unidos do Brasil* (1900) de Élisée Reclus e *Corografía Brasília ou Relação Histórico-Geográfica do reino do Brasil* (1976) do padre Manuel Aires de Casal.

Quanto ao século XX, destacamos as seguintes obras:

Los Payaguá, publicada em 1949, na Revista do Museu Paulista, é o trabalho mais completo de cunho científico sobre a etnia. O autor, Max Schmidt, utiliza-se de fontes documentais primárias, de vestígios arqueológicos e de informações obtidas junto a uma informante Payaguá. O estudo abrange o histórico do grupo desde os primeiros contatos com os espanhóis; apresenta uma análise da cultura material, além de ressaltar questões quanto à organização social, à estrutura habitacional e à subsistência, entre outros.

Os estudos da antropóloga e investigadora Branislava Susnik (1971, 1972, 1974, 1978, 1981, 1983, 1986, 1987, 1989, 1990, 1995 e 1996) apresentam elaborações e sínteses, que envolvem cultura material, migrações e contatos interétnicos dos indígenas do Paraguai e da região Chaquenha, respaldadas principalmente em dados extraídos de documentação primária. Dentre os vários trabalhos de Susnik, relacionados aos Payaguá, destacamos as seguintes obras: *Los Aborígenes del Paraguay - Etnohistoria de los Chaqueños (1650-1910)* (1981), *Los aborígenes del Paraguay - etnologia del Chaco Boreal y su periferia (Siglos XVI y XVIII)* (1978) e *Una visión socio antropológica del Paraguay del siglo XVIII* (1990-1991).

O mapa *Etno-histórico do Brasil* e regiões adjacentes, elaborado em 1944, por Curt Nimuendaju (1987), apresenta a classificação lingüística e a bibliografia utilizada.

A História do Forte Coimbra, escrita por Raul Silveira de Mello (1958, 1959, 1960, 1961), em quatro volumes, apresenta dados extraídos de documentação lusa e espanhola, e auxilia no conhecimento da geografia da área, além de fornecer informações pertinentes para o entendimento da história que cerca as terras paraguaias e mato-grossenses.

Em *Handbook of South American Indians* consta o trabalho do etnólogo Alfred Métraux (1963) sobre o Chaco, sob o título de *Ethnography of the Chaco*, no qual, a partir de fontes primárias, levanta algumas hipóteses sobre os grupos que habitavam a região chaquenha.

Em *Native Peoples of South America*, Julian H. Steward e Louis C. Faron (1959), tratam, em alguns capítulos, sobre os caçadores nômades da América do Sul, abordando questões relativas aos grupos chaquenhos.

A tese de doutorado de Ludwig Kersten (1968), publicada em 1905, é um importante estudo sobre os grupos indígenas do Chaco até fins do século XVIII.

Chaco: Encruzilhada de povos e “Melting Pot” Cultural é o trabalho de Carvalho Schmuziger, publicado em *História dos Índios no Brasil* (1992). Carvalho trata do contato entre grupos chaquenhos e ressalta os Payaguá como hábeis canoieiros. A autora fala da presença Payaguá e da expansão paulista em terras do Mato Grosso, no século XVIII e XIX.

Inês Caroline Reichert (1992) aborda, de forma superficial, em um artigo, aspectos da etno-história chaquenha, em especial dos Guaycurú e dos Payaguá.

Carlos Francisco Moura (1980) elaborou uma monografia sobre o grupo, denominada: *Os paiaguás, “Índios Anfíbios” do rio Paraguai*. O autor utiliza-se de fontes primárias para realizar uma compilação de dados.

Barbara Ganson (1989) em *Contacto Intercultural: Un estudio de los payagués del Paraguay, 1528-1870*, divide a etno-história do grupo em duas partes: de 1528 a 1730, na qual apresenta as relações esporádicas e hostis do grupo com espanhóis; e de 1730 a 1870, como um período de relações mais estáveis e com maior influência sobre a cultura desses indígenas. O trabalho é desenvolvido com fontes documentais primárias.

Chiara Vangelista (1991) em *Los Payaguá entre Asunción y Cuiabá: formación y decadencia de una frontera indígena (1719-1790)*, faz um recorte temporal da história do grupo no século XVIII e apresenta a expansão do domínio espacial dos Payaguá na região do Alto-Paraguai, associada à economia das minas de Cuiabá, trabalhando com a idéia de reorganização por parte desses indígenas.

Olga Falkenhausen, em *The Payaguá Indians* (1949) proporciona uma coletânea de dados extraídos, em sua grande maioria, de obras jesuíticas e das obras de Azara.

Felix Outes (1915) elaborou um interessante estudo denominado *Los asuntos decorativos bíblicos en los objetos de ceremonial pagano Payaguá*. O autor desenvolve uma análise dos desenhos contidos nos cachimbos produzidos pelos Payaguá no século XIX, em exposição no Museu Britânico e no Museo Nacional de Historia Natural de Montevideo. O estudo de Outes complementa o trabalho publicado em 1901, por Karl von den Steinen, sobre o mesmo assunto.

Finalizando, mencionamos algumas publicações de cunho secundário, as quais proporcionam informações sobre os Payaguá. Geralmente são trabalhos que se caracterizam por serem uma compilação de dados de documentos históricos, sem desenvolver uma análise antropológica sobre o grupo, e contêm escassas informações que pouco acrescentam ao conhecimento da cultura Payaguá. Dentre estas, podemos citar: Corrêa Filho (1939, 1946 e 1969), Gandía (1929), Sganzerla (1992), Steinen (1940), Souza (1973) e Taunay (1940 e 1951).

As fontes apresentadas são a base do nosso trabalho. A partir delas procuramos compor o modo de vida Payaguá.

No próximo capítulo desenvolveremos um conciso histórico do grupo, abrangendo desde os primeiros contatos com os espanhóis no século XVI, seguindo até o século XIX, quando os últimos Payaguá estão assentados nas proximidades da cidade de Assunção.

2 A HISTÓRIA DOS PAYAGUÁ

“quién se me opondrá que no le haga pedazos? vengan dos ó muchos, yo soy bravo.” (Canto Payaguá, Azara, 1904, p.363).

O processo de conquista hispânico, no decorrer do século XVI, alterou de forma violenta o modo de ser das populações indígenas das terras americanas.

A região do Chaco, local de disputas interétnicas e de movimentos migratórios, sofreu frente à invasão dos conquistadores espanhóis (ver Figura 1).

Os empreendimentos para fazer do Chaco um caminho mais curto até as riquezas peruanas não resultaram em saldo positivo para as ambições européias. No entanto, o movimento das expedições provocou reações por parte dos indígenas que viam seu espaço ameaçado. Paulatinamente, as regiões mais periféricas foram sendo ocupadas, de forma sistemática, pelos espanhóis.

Dentre as diversas etnias¹ participantes do mosaico cultural da região, destacamos os Payaguá, caracterizados, de forma genérica (e simplista), como caçadores nômades, pescadores e coletores.

Segundo Branislava Susnik (1978, p.94) os Payaguá obedeceram à rota migratória Guaycurú desde o sul pampeano até o norte “(...) constituían, igualmente con los Charrúas, el

¹Etnia pode ser definido como grupo biológico e culturalmente homogêneo (...). Os membros de uma etnia possuem traços somáticos em comum(...). Ao mesmo tempo caracterizam-se por uma relativa uniformidade cultural (Dicionário de Sociologia, 1963, p.125).

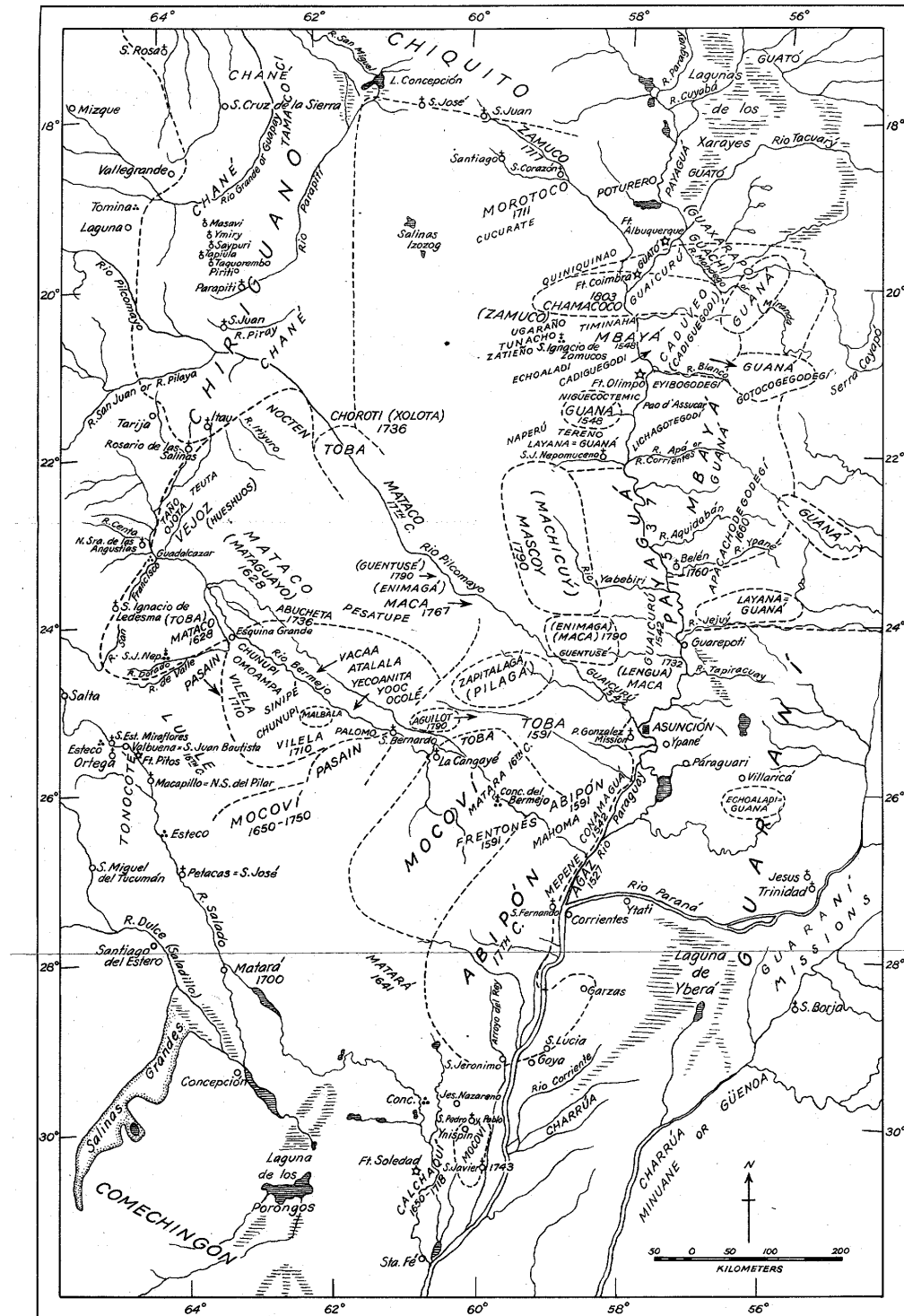


Figura 1. Vista parcial dos grupos indígenas do Chaco, com a localização dos Payaguá (Fonte: Metraux, 1963).

grupo “guaycuru” más oriental, viniendo en contacto con las poblaciones canoeras ribereñas, precediéndolos, al parecer los Guasarapos altoparaguayenses.”

Conforme as interpretações da antropóloga, o contato com diferentes culturas levou-os a adotar a canoa como um novo elemento cultural, caracterizando-se não mais por ser “la gente de cultura de planicie”, mas “precisamente portadores da cultura canoeira” (Susnik, 1978, p. 94).

A canoa tornou-se o símbolo do ethos guerreiro e agressivo, além de se tornar o instrumento principal de deslocamento, o qual abrangia uma área fluvial extensa, desde a desembocadura do rio Bermejo até o Alto Paraguai. Ao contrário de outros grupos canoeiros, esses indígenas não possuíam limites estabelecidos por outras etnias; seus assentos poderiam estar localizados em ambas as margens ou nas diversas ilhas existentes no rio Paraguai.

Para Susnik (1978, p. 98), nos tempos anteriores à Conquista, a tendência da etnia era de concentrar-se na zona do Alto Paraguai e na área entre os rios Bermejo e Pilcomayo. Baseando-nos nas informações da autora, podemos acreditar que os Payaguá delimitavam sua ação entre o extremo sul do rio Paraguai (desembocadura do rio Bermejo, abaixo de Assunção) e o extremo norte, no Alto Paraguai (na área do Porto de Candelária), estabelecendo entre esses dois pontos a divisão da ampla área fluvial entre Agaces-Payaguá e Sarigué-Payaguá (ver Figura 2). As localizações (meridional e setentrional) possuíam atrativos para esses indígenas como locais ricos em pesca e coleta; a proximidade das tribos Guarani, eram constantemente atacadas, oportunizando a prática do ethos guerreiro e a obtenção de alimentos cultivados, além de proporcionar um amplo espaço para as relações interétnicas.

As primeiras informações sobre os canoeiros se reportam ao início da conquista espanhola no rio Paraguai (século XVI). A expedição comandada por Sebastião Caboto, em

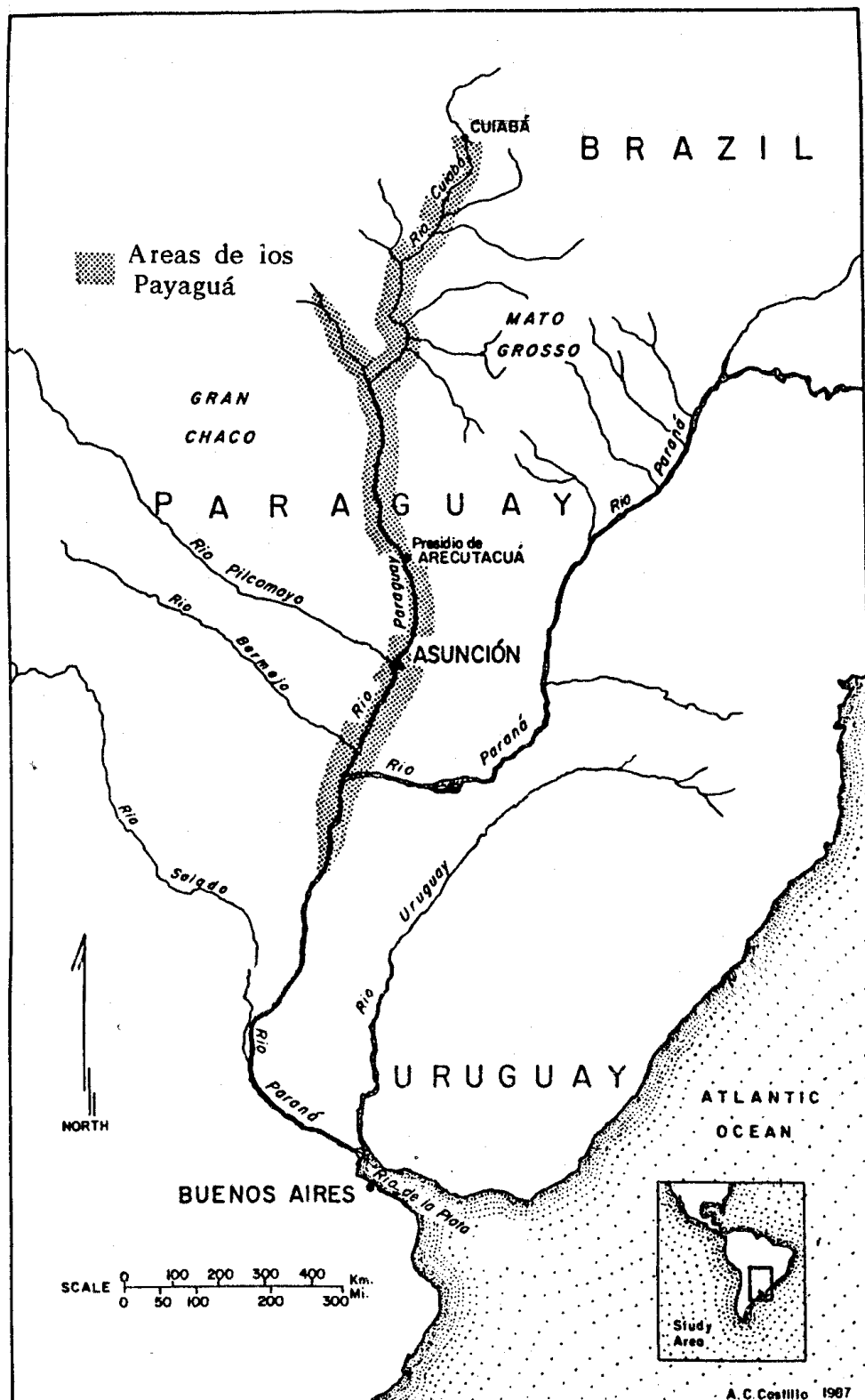


Figura 2. Área de circulação dos Payaguá durante a época colonial (Fonte: Ganson, 1989).

1528, se defronta com os Agaces. Os Sarigués, foram contactados alguns anos mais tarde, em 1537, pela expedição de Juan de Ayolas (Schmidt, 1949, p.138).

As relações entre esses indígenas e os exploradores foram caracterizadas por curtos períodos de “paz” e por uma prolongada oposição. O antagonismo entre espanhóis e Payaguá marca o transcorrer da história do grupo a partir do primeiro contato, apontando um histórico de oposição ao jugo espanhol.

O termo Payaguá, de origem guarani, foi o indicador adotado pelos conquistadores para apontar a etnia. Na maioria das fontes investigadas, há uma correlação entre o nome do Rio Paraguai e o termo Payaguá, estabelecendo a derivação de um nome para o outro.

Segundo Guillermo Tell Bertoni (apud Schmidt, 1949, p.134), o nome dos Payaguá seria “Mbayá gua” ou “ Mbayá quá”, nome associado à tribo Mbayá que vivia mais ao norte. Para o antropólogo alemão Max Schmidt, a hipótese de Bertoni corresponde à tribo setentrional auto-indicar-se como Cadigué (ou Cadigueodi, Cadiguéo). Provavelmente o termo “Mbayá quá” seria utilizado pelos Guarani para indicar a tribo setentrional dos Mbayá. Schmidt acrescenta que o apelativo Payaguá seria uma tradução dos Cadigué para se identificarem como “gentes que viven adelante de los Mbayás.”

Conforme Bertoni, Payaguá deriva de “Mbayáguá” ou “Mbayaquá”. O fato respalda a informação de o uso do termo, nos primeiros tempos da conquista, ser atribuído somente à tribo setentrional dos canoeiros, como aparece no relato de Cabeza de Vaca.

A denominação sobrepõe-se aos apelativos singulares de cada tribo² (norte e sul), afirmando-se a partir do estabelecimento dos espanhóis em território Guarani.

Schmidt (1949), em seu trabalho sobre os Payaguá, apresenta informações obtidas junto à índia Payaguá Maria Dominga Miranda, que informa a utilização do vocábulo EvuEvi

² “grupo social, generalmente con una extensión definida, dialecto, homogeneidad cultural y organización social unificada (...)” (Diccionario de Antropología, 1967, p.613).

pelos Payaguá para se auto-indicarem, termo que corresponderia ao que Boggiani (1898) apresenta como “euébe”, com provável significado “los de agua/rio” (Weegh, uee-iác, guê-guae) (Koch apud Susnik, 1971, p.104).

O jesuíta José Sánchez Labrador (1910, T.I, p.312) menciona que os Guaycurú (Mbayá) apontavam os Payaguá como “Cachomododi”.

As dificuldades de compreender as nomenclaturas antigas se deve, segundo Kerstens (1968), a nomes atribuídos aleatoriamente, utilizando muitas vezes os nomes dos caciques para indicar uma nação.

Para a moderna lingüística, os Payaguá inserem-se na família lingüística Gwaikuru (assim como os Toba, Pilagá, Abipon). A área de abrangência do tronco lingüístico estender-se-ia do rio Paraguai ao rio Paraná, espaço de muitos dialetos de tênues diferenças.

Susnik (1978) coloca que o primeiro contato com os espanhóis foi com os Payaguá meridionais, denominados de Agaces, Aigaz e Agas, entre outras variações. Conforme a autora, o apelativo provavelmente foi atribuído devido ao contato com o cacique Agaz/Magach. Para a antropóloga, somente no começo da década de 1540 atribui-se aos Agaces o apelativo de Payaguá.

Quanto aos setentrionais, a pesquisadora informa que foram desde o primeiro contato, indicados como Payaguá, mas se autodenominavam Cadiques (ou Sarigues).

Os registros sobre os séculos XVI e XVII não proporcionam informações consistentes, que possibilitem elaborar uma trajetória histórica mais detalhada sobre os Payaguá. Entretanto, permitem caracterizar esse período como sendo de forte oposição ao domínio do conquistador.

No século XVI, o contato com os espanhóis é baseado na rivalidade, principalmente devido à proximidade desses com os Guaraní (tradicionais inimigos dos Payaguá).

Esporadicamente o contato tornava-se mais pacífico. Um breve momento de trégua pode ser constatado nos *Comentários* de Cabeza de Vaca (1893, T. LIV, p. 229-230), que estabelece a paz com os Agaces, estipulando as seguintes condições:

“Os xefes dos Agazes (...) e os outros índios d’esta nação, deviam vir todos juntos e não em bandos dispersos, quando decessem o rio Paraguai para entrar nas terras dos guaranis até Assunção (...). Deviam abster-se de assolar o paiz, de continuar a guerra contra os guaranis, e de cauzar-lhes mal ou dano, porque estes eram suditos de Sua Majestade (...) Não deviam inquietar os Espanhóis e Guaranis, que iam pescar neste rio, ou caçar nas matas, nem cauzar-lhes embaraço algum (...)”

O rompimento da trégua geralmente envolvia o descontentamento por parte dos Payaguá com a proximidade entre espanhóis e Guaraní (e com a aliança política), a qual revertia em uma série de restrições ao modo de ser Payaguá. Não obstante, a etnia não aceitava nenhuma proximidade ou condescendência com os seus tradicionais inimigos, o que fica nítido no rompimento da paz selado com Domingo Martínez de Irala (1544-1557), sob a alegação de o governador, o qual tinha recebido a filha do cacique Abacoti para desposar, ter mais esposas e todas guaranis.

Não se pode deixar de mencionar que, no decorrer do século XVI, os objetivos de colonização para as terras dominadas pela Coroa espanhola estão sendo colocados em prática, alicerçando o projeto colonizador europeu na América.

Dentro desse contexto, faz-se necessária a incorporação do indígena ao sistema colonial espanhol. No caso das terras paraguaias, a economia baseava-se na agricultura e na criação de gado, frente à inexistência de metais preciosos para exploração. Inseridos neste contexto os Payaguá, índios semi-nômades, não acostumados ao trabalho agrícola e à moradia sedentária, resistiam à incorporação imposta pelas regras metropolitanas. Resistiam também à forma de dominação disseminada através das idéias religiosas, opondo-se aos ensinamentos

dos missionários e à conseqüente redução. O antagonismo entre Payaguá e espanhóis tornou-se mais intenso a partir do estabelecimento das encomiendas (Regimento de 1556), à qual os canoeiros não se sujeitavam.

O confronto entre Payaguá e colonizadores é retratado no poema de Barco Centenera escrito em 1602 (apud Ganson, 1984, p.88):

“Los Agaces estaban bien poblados en tiempo de Don Pedro de Mendoza. Y aún eran muy valientes y esforzados. Los cristianos hicieron tal deztrozo en ellos, que los indios y soldados mataban sin piedad a toda broza. Y así vino la cosa a tal estado que no hay hoy del Agaz pueblo poblado.”

No século XVII, as expedições punitivas a esses indígenas tendem a aumentar, bem como a intenção de subjugar-los totalmente ao domínio dos “criollos” paraguaios. Essa tendência ocorre principalmente devido aos prejuízos ocasionados ao comércio da erva-mate, principal produto da exportação paraguaia. O saque pelos Payaguá às embarcações carregadas do produto, resultando em enormes prejuízos, forçou o desvio da rota fluvial para a terrestre. Tal opção por parte dos comerciantes “criollos” não acarretou grandes vantagens, já que enfrentavam por terra os Mbayá, coligados muitas vezes com os Payaguá. A aliança entre as etnias tornou-se um obstáculo ao comércio entre Assunção e Vila Rica del Espíritu Santo, prejudicando o escoamento da erva-mate.

“El valle de Tápuá siempre atraía a los Payaguáes cada entrada de ellos significaba un botín adecuado para el posterior rescate. Las invasiones en este valle fueron aún en el año de 1669 frecuentemente combinadas con los Taquiyiqui-Mbayá” (Susnik, 1981, p.108).

Já nos primeiros anos do século XVII (1613), o Cabildo de Assunção solicitava permissão à Coroa para “una guerra sangrienta y de fuego” (Gondra apud Ganson, 1989, p.97) contra os Mbayá e os Payaguá. A solicitação aprovada pelo Cabildo Eclesiástico de Assunção

atestava que, conforme o parecer dos missionários, a tranquilidade dos colonos e das reduções Guaraní era impossível com a constante ameaça dos Payaguá, coligados com os Mbayá. Para os missionários, tornava-se impossível a redução de tais indígenas.

“Los jesuítas demandaron, muy especialmente, el inicio de una guerra contra los Mbayás e Payaguáes, porque estas tribos habían atacado una misión jesuítica asesinando a todos los cristianos Guaraníes e incendiando la misión. Ellos también sostuvieron que, además de despoblar las granjas y ranchos de los colonizadores, los Mbayá e Payaguáes amenazaban con atacar Asunción y Concepción, incendiar sus iglesias, saquear sus vivandas y sacramentos y apoderarse de cualquier objeto que ellos pudieran encontrar” (Ganson, 1989, p.98).

No ano de 1618, a Coroa ordenou a guerra contra os Payaguá e Mbayá, autorizando a milícia colonial a “enfrentar a las dos naciones indígenas, asesinar a tantos indios como pudieren y someter al régimen de la esclavitud a todos aquellos que fueran capturados” (Gondra apud Ganson, 1989, p.99).

Para Bárbara Ganson (1989), o estabelecimento de presídios (em Guiray, Ypay, Tobatí y Tapuá), ao longo da costa ocidental do rio Paraguai, durante o século XVII, insere-se nas estratégias de combate aos ataques dos índios chaquenhos.

“ En los años 1697-1698, los Payaguáes volvieron por los valles cercanos de Tapúa, matando, robando, cautivando, amenazando luego el valle de Lambaré; las pequeñas cuadrillas asaltantes no encontraban resistencia eficaz alguna; su hostigamiento guerrillero seguía impune; los milicianos de los presidios hallábanse esparcidos por las chacras, buscando su mantimiento diario. Los bandos del gobernador Rodríguez de Cota, obligando a los encomenderos a responsabilizarse por las guardias de los presidios contra “el preligro guaycurú” y el “peligro payaguá” quedaban sin efecto (...)” (Susnik, 1981, p.109).

A situação de constante confronto entre os Payaguá e os colonizadores pode ser entendida de acordo com as seguintes variantes: os ataques proporcionavam a prática do ethos guerreiro na defesa do seu espaço territorial e cultural; resultavam na obtenção de alimentos e

de objetos que posteriormente serviam para intercâmbio comercial com outras tribos, (mantendo as relações interétnicas) e possibilitavam a aquisição do ferro (importante para o aprimoramento de suas armas) e de metais como ouro e prata, que também serviam de produto de barganha junto a outras tribos. Inseridos em um sistema de dominação, os Payaguá, coligados ou não com os Mbayá, buscavam desde o primeiro contato (século XVI) até meados do século XVIII manter uma postura de não resignação frente ao crescente domínio colonizador, conservando de todas as formas possíveis a autonomia cultural.

O alcaide Diego de los Réyes Balmaseda que assumiu o governo em 1717, tinha incluído em seus projetos políticos o combate a Tacambú³, área dos Payaguá, com a intenção de mandá-los às missões uruguaias. A atitude provoca o enfrentamento com os canoieiros, que resistiram aos ataques, abandonando a localidade e adentrando-se nos bosques.

“... cautelandoles el motivo solo lo declaró una hora antes de acometer, y hallandose los dichos Payaguas con sus mugeres, y chusma de cuidados y debaxo del seguro y palabra, que les habian dado en nombre del Rey al tiempo de situarse en aquel parage, se vieron de improviso al amanecer acometidos por tierra y agua de numerosa fusileria, y saliendo de sus tolderias asustados de los tiros, y de la mortandad que executaban en ellos, tiraron á gañar el agua y las Montañas, porque los que se quisieron defender, perecieron en la muchedumbra de soldados. Las Indias Payaguas sobre saltadas de mortal terror cargaron con sus tiernos hijos y criaturas inocentes, y se arrojaban con precipitación al rio, (que es profundisimo) y alli perecieron muchas con la congoxa de nadar por preservar la vida de sus hijos; y el último extremo de rigor y crueldad fue, que estando las miserables mugeres, y afligidisimas madres en tanta zozobra, las tiraban los soldados desde de tierra repetidisimos balazos; y al mismo tiempo los que estaban en los Botes prevenidos á este efecto, les daban caza remando, y matando á quantas infelices alcanzaban. Y aunque en este inhumano suceso perecieron bastantes Indios guerreros Payaguas, fue mucho mayor el número de las mugeres, y criaturas inocentes, que se ahogaron, y murieron al rigor de las balas, y de las lanzas (...)” (Gortari, 1896, p.62-63).

³Denominação dada a uma localidade próxima de Assunção, na qual estariam assentados os Payaguá e que também serviu como termo indicador para a tribo sul.

O ataque instiga a aliança com os Mbayá para combater as milícias oficiais, e um antagonismo exarcebado aos colonizadores e aos missionários (Graty, 1868, p.29).

A partir dos anos vinte do século XVIII ocorrem mudanças comportamentais por parte dos Payaguá em relação aos colonizadores espanhóis. Este fato pode ser visto como uma reelaboração das estratégias da etnia para manutenção da sua independência enquanto grupo. Essa alteração vem aliada a fatores externos e internos, os quais interferem na forma de agir desses indígenas, a partir do período mencionado. Dentre esses fatores podemos citar as disputas territoriais entre as coroas ibéricas, que marcam o século XVIII, além de o processo de colonização estar bem avançado nesse século.

A manutenção do ethos belicoso e da liberdade de trânsito pelas águas fluviais do rio Paraguai e suas adjacências, levou-os a uma relação mais amistosa com os colonizadores espanhóis, dos quais procuraram tirar vantagens comerciais, quando, a partir de 1725 (ano do primeiro contato com os portugueses), o antagonismo aos portugueses, que expandiam os seus domínios para o oeste (entrando em território então paraguaio) é declarado.

A região de Cuiabá tornava-se um forte atrativo para os canoieiros, que, a partir de então, direcionavam seus ataques à região das minas obtendo, como produto de seus saques, artigos importantes para comerciar junto aos assucenos, como ouro, tecidos, escravos negros, entre outros.

Em 1730, o governador Martín de Barúa implantou uma política de pacificação dos Payaguá, não mais pela força militar (estratégia ineficaz até então), mas através de uma política de liberdade de trânsito desses indígenas nos arredores de Assunção e do incentivo do seu comércio junto à população da cidade. Nesse mesmo ano, os Payaguá atacam a expedição portuguesa comandada por Pinto Monteiro. O ato, considerado uma afronta, acarretou

grandes perdas para os portugueses, que transportavam para São Paulo 60 arrobas de ouro (Susnik,1981, p.117).

O novo interesse dos Payaguá, assaltando embarcações portuguesas, está inserido em um momento histórico de expansão territorial, alargando seus domínios mais ao norte, adentrando no Pantanal e conseguindo livre acesso ao rio Taquari (via fluvial obrigatória que unia Cuiabá a São Paulo). Esse período confirma uma aliança com os Guaikurú, impondo o domínio das etnias tanto sobre o caminho fluvial quanto sobre o terrestre.

Raul Silveira de Mello (1958, V.I, p.232) em seu trabalho *História do Forte Coimbra*, apresenta uma mostra dos prejuízos portugueses com os ataques dos Payaguá:

“Em 1725, a grande monção em que vinha Diogo de Souza, com grandes provisões, foi assaltada e destruída totalmente por um frota de paiaguás na barra do Xanés. Pereceram aí, seiscentas pessoas, salvando-se apenas um branco e um preto, que foram recolhidos por canoa vinda atrás. Os índios capturaram vinte canoas do camboio”.

O autor prossegue:

“Causou estupefação e surpresa essa tragédia. Ignoravam de que gentio se tratava, onde habitava e que nome tinha. Indagando-se de índios domésticos, conhecedores das tribos da baixada paraguaia, êstes explicaram que os agressores “eram paiaguás, gentio de corso, que não tinham morada certa, viviam sôbre as águas (...)”

Segundo Mello, os ataques dos Payaguá contra as embarcações portuguesas prosseguem, no ano de 1726, no rio Paraguai; em 1728 no Paraguai-superior; em 1729 uma expedição preparada para fundar uma povoação em Coxim, é atacada no rio Cuiabá antes de chegar ao seu destino. Em 1730, uma frota responsável por levar setenta arrobas de ouro para São Paulo, foi atacada por oitenta e três canoas Paiaguá no rio Paraguai.

A expansão mais ao norte e o ataque aos portugueses, parece ser de responsabilidade dos Sarigués (Vangelista, 1991, p.159), que continuam mantendo seus laços de grupo com os Agaces assentados a partir de 1740, nas proximidades de Assunção. Esse assentamento não implica no rompimento tribal, ao contrário, a estratégia possibilita a reformulação da etnia, tanto nos aspectos econômicos quanto nos territoriais.

Nesse sentido os Payaguá prosseguiram em meados do século XVIII usufruindo dos seus antigos espaços, ou seja, nas proximidades de Assunção com o núcleo meridional, e no Alto Paraguai, com o setentrional onde, ao mesmo tempo alastravam o raio de ação por conta da ampliação territorial envolvendo os saques aos portugueses (ver Figura 3).

A distância entre os núcleos não impedia a manutenção das visitas constantes, o uso da mesma língua, a troca de produtos e artigos e a comemoração de festividades conjuntas⁴.

Podemos inferir que a localização de um núcleo próximo a Assunção, em relativa paz com a população da cidade, se fazia importante para a comercialização dos produtos saqueados no extremo norte do rio Paraguai.

“Llegaron pues, á la Asuncion el dia 15 de setiembre del mismo año, 60 canoas de payaguas, trayendo á la señora y dos jóvenes portugueses, con doce negros y mulatos, muchas preciosas alhajas de oro, ricos vestidos y cien arrobas de oro en polvo, que todo lo vendieron por alhajas de plata, ofreciendo traer el resto de lo esclavos y mucha mayor cantidad de oro que habian dejado en sus tolderías.” (Lozano, 1873, Tomo I, p.99-100).

Quanto à reformulação étnica, Chiara Vangelista diz o seguinte:

⁴“Los Sarigués y los Sicacuás, antiguos Agaces -Payaguáes, eran concientes de su “nosotros”unitario tribal; las alianzas de las flotillas guerreras eran periódicas, si bien los Sarigué reservábanse el derecho del liderazgo, pues ellos siempre disponían de suficientes canoas y suficientes bosques de “timbó” en la zona altoparaguayense. No obstante, las visitas interparciales se caracterizaban por la fiesta socioritual de “puños”entre los hombres de las dos parcialidades, quedando los vencedores con el “botín” de “canoas-remos-mercancías”; era el ethos competitivo y la misma “fiesta de puños” podía resolver las posibles desaveniencias interparciales (...)” (Susnik, 1981, p.118-119).

“De tal manera, en la mitad del siglo, los dos grupos tribales no habían renunciado a mantener y a exprimir los rasgos sobresalientes de la etnia, que se condensaban en la acción guerrera. Tacambú y Cadigué, persiguiendo este objetivo común, habían adoptado dos estrategias distintas: los primeros, conteniendo la alianza con los españoles en los límites de las actividades económicas, y garantizándose el gobierno de la aldea y la gestión de una parte de las relaciones interétnicas; los segundos manteniendo un conflicto abierto con los portugueses y la tradicional movilidad territorial, y excluyendo una alianza formal con los españoles, con los cuales, sin embargo, mantenían relaciones comerciales” (Vangelista, 1991, p.160).

No final do século XVIII, os sucessos dos Payaguá no norte do rio Paraguai e o conseqüente comércio com a população de Assunção começam a dar mostras de esgotamento.

Aos poucos a etnia vê suas estratégias de combate fracassadas, principalmente, devido à política de estabelecimento de fortificações militares em pontos estratégicos (os presídios) ao longo do rio Paraguai pelos portugueses, como forma de defesa. Podemos destacar a fundação do Presídio de Nova Coimbra, em 1775, na latitude de 19°55' (Prado, 1856, p.45), o Presídio de Albuquerque (hoje Corumbá) e o de Mondego (atual Vila Miranda), todos em 1778.

Cabe destacar que o rompimento da aliança com os Guaikurú foi uma variável muito importante no declínio da ação belicosa dos Payaguá que já não mais contavam com o apoio por terra dos aliados. A adoção da canoa por parte dos cavaleiros, a partir de 1768, fragilizou ainda mais a aliança.

Para Kersten (1968, p.69), a dissolução da aliança Mbayá-Guaikurú com os Payaguá favoreceu o domínio português sobre as terras do Alto-Paraguai.

A partir do início da década de setenta, os Payaguá têm que enfrentar não só os portugueses, mas também seus antigos aliados (os Guaikurú), coligados a estes.

No ano de 1766, um grupo de Sarigués, liderado pelo cacique Ecoqueda⁵ solicitou permissão ao jesuíta José Sánchez Labrador, para se instalar nas proximidades da redução de Belém, fundada em 1760, pelo religioso (Ganson, 1989, p.107). É provável que as alterações ocorridas principalmente ao longo do século XVIII e o novo contexto histórico enfrentado pelo grupo respaldasse a solitação por parte dos indígenas. Talvez, a proximidade com a redução significasse maior proteção e segurança, além de oportunizar trocas comerciais e obtenção de alimentos⁶.

Para concordar com a instalação desses indígenas, nas proximidades de Belém, Labrador impôs algumas condições, dentre as quais: os canoeiros não poderiam vagar pelo rio provocando prejuízos; deveriam trabalhar cultivando milho, tabaco, algodão, entre outros; deveriam restringir a produção de canoas e necessariamente deveriam receber os ensinamentos religiosos (Labrador, 1910, T.II, p.152-153). As exigências citadas resultaram no afastamento dos indígenas, permanecendo no local somente um pequeno grupo, composto em maioria por mulheres e crianças; grande parte dos homens retiraram-se do local.

Os Payaguá continuavam realizando excursões belicosas no norte do rio Paraguai, atingindo as proximidades de Cuiabá, atacando as povoações portuguesas. Os ataques exigiam por parte dos portugueses uma vigilância constante nas principais rotas fluviais; para a desembocadura do rio Taquari havia canoas de guerra sempre atentas à ameaça:

“para defenderlos de los Payaguás porque las canoas que lleban a San Pablo no bastan para su defensa, pues en cada una vá solo un portuges blanco, ó á lo más dos, y los negros remeros; pero estos no llevan armas. Los Payaguás los suelen esperar con multitud de canoas muy ligeras, en cada una de las cuales van seis ó siete hombres, y para no ser descubiertos, se meten tocayar en el agua; y quando van pasando los portugeses, los asaltan de improviso, y les dan una descarga de flechazos, tirando siempre el

⁵O cacique conhecido como Ecoguede pelos Caduveu-Mbayá era o cacique Cuatí (Susnik, 1971, p.130).

⁶Em 1767 os jesuítas foram expulsos da América. No ano de 1768 os missionários que trabalhavam com as tribos do Chaco foram mandados embora. Labrador escreve que quando foi expulso os Payaguá se encontravam nos limites da missão de Belém (Ganson 1989, p.109).

portuguez blanco y se echan sobre las canoas que pueden tomar; y recogiendo los géneros, y los negros, se bajan á la Asumpcion, donde los españoles por compasion rescatan á los cautivos(...)" (Quiroga apud De Angelis, 1970, Tomo VI, p.14-15).

Em 1790, os Sarigués unem-se aos Agaces, na localidade de Tacambú (proximidades de Assunção), abandonando a região norte do rio Paraguai, enquanto área de assentamentos e de local para investidas belicosas.

No ano de 1792, ocorre a tentativa de organizar missões para os Payaguá assentados em Assunção, por parte do sacerdote Inocencio Cañete, da ordem dos mercedários. O religioso persuadindo os indígenas com presentes conseguiu batizar 153 crianças menores de sete anos (Ganson, 1989, p.111). O projeto de Cañete de agrupar os Payaguá em duas missões e convertê-los ao cristianismo fracassou, devido à falta de recursos financeiros e humanos necessários para a realização do trabalho missionário. Em 1799 Félix Azara escreve à Coroa espanhola:

“Que han hecho nuestros gobernadores y eclesiásticos, aquellos que se propusieron la construcción de nuevas reducciones y nuevos gastos y están en contacto diario con los Payaguáes? Nada. Los Payaguáes siendo ateos y siguen las costumbres y se visten con vestimentas de sus antepassados. La verdad es que, hace poco tiempo, inducidos por temores y promesas, los Payaguáes - como usted ha sido informado- accedieron a que sus niños fueran bautizados y adoctrinados. Pero cuáles fueron los resultados de tal imprudente prostitución del batismo? lo que yo predije al principio: ellos son los que fueron y aun aquellos que fueron bautizados no son diferentes del resto" (De Angelis apud Ganson, 1989, p.113).

Na última década do século XVIII, com as fronteiras entre os estados ibéricos mais fortalecidas e com a consolidação do processo colonizador, o espaço de circulação dos Payaguá está confinado a uma área delimitada pelo governo espanhol.

Após um longo período histórico (desde o século XVI) os Payaguá não mais possuíam núcleos habitacionais em diferentes pontos geográficos (norte e sul); estavam ambos

aglutinados nas cercanias de Assunção formando um único assentamento, inserido em um cenário urbano.

O capitão Francisco Aguirre (apud Ganson, 1989, p.109) registra que, em 1790, havia somente 1200 Payaguá vivendo próximos a Assunção. Azara menciona que na última década do século XVIII os Tacambus e Sarigues perfaziam cerca de 1000 almas. Labrador estimava para o ano de 1766 a existência de aproximadamente quatrocentos Sarigues (1910, T.II, p.151-152). Podemos acreditar que o confronto desde os primeiros contatos com o colonizador provocou o decréscimo populacional da etnia, acentuando-se a partir do século XVIII. O decrescente número desses indígenas, não diferente de outras etnias, se deve ao longo processo de extermínio ocasionado pela instalação da colonização nas terras americanas, ao qual se acrescentam as doenças e as epidemias que atingiram as populações indígenas de forma devastadora desde o primeiro contato com o conquistador. Além disso, no caso dos Payaguá o elevado consumo da aguardente, “beben con exceso y los mantiene enfermos y en embriaguez perpetuada” (Bermejo apud Schmidt, 1945, p.211), auxiliou para que ocorresse o declínio populacional dessa etnia.

Segundo dados de Rangger e Demersay na primeira metade do século XIX os Payaguá estavam reduzidos a duzentas almas (apud Schmidt, 1949, p.195). O viajante Mansfield estimou que entre 1852 e 1863 haveria somente cem Payaguá (apud Ganson, 1989, p.119).

Ao que tudo indica, o século XIX aponta uma maior incorporação dos Payaguá à vida econômica e social do Paraguai.

Os homens mantinham a atividade de vigias, paralelamente à responsabilidade de manutenção da subsistência familiar com a caça e pesca, além de continuar exercendo a função de comerciantes junto à população de Assunção ou com outros grupos. As mulheres

envolveram-se na produção artesanal e na venda dos produtos. Ocasionalmente, os Payaguá serviam de guia para os poucos estrangeiros que visitavam o país.

O cabildo de Assunção organizou no ano de 1803, uma expedição punitiva aos Payaguás que coligados a indígenas chaquenhos realizavam roubos nas proximidades de Assunção (Susnik, 1971, p.138). A associação a grupos chaquenhos no século XIX, parece ter perdurado até o governo de Carlos Antonio Lopez. Em documento governamental de 1854, consta:

"La antigua tribu Payaguá fué sorprendida en sus desleales correspondencias con los selvajes del Chaco y no siendo dable ocuparse las tropas, ni los pobladores de las costas en observar también a los Payaguáes, se han tomado la providencia de confinarlos en las márgenes del Río Cañabe en número total de más de 300 individuos de todos los sexos y edades proporcionándoles por cuenta del Estado mantenimiento y todo auxilio para sus ocupaciones agrícolas con las convenientes medidas de policía para que se dediquen únicamente al trabajo y no puedan volver a las márgenes del río Paraguay" (Domingues apud Susnik, 1971, p.138)⁷.

Em 1805, começam a trabalhar para o Estado como vigias fluviais. Essa atividade foi regulamentada após a independência do Paraguai (1811). No governo de Francia (1811-1840), esses indígenas foram utilizados para fiscalizar as fronteiras do país, ocorrendo o mesmo durante o governo de Carlos António López (1840-1862) e de Francisco Solano López (1862-1870).

Em 1843, Augusto Leverger, escreve sobre os Payaguá:

"(...) Suprem os habitantes de peixe, lenha, capim, taquaras, remos de canoas, esteiras e outras obrinhas de junco e caniço; gastam quase exclusivamente em embriagarem-se o produto do seu trabalho. É tudo o que resta dessa valente nação e poderosa, de quem o rio Paraguai tirou o seu nome e que tão célebre ficou nos anais desta Província, pelos renhidos combates e porfiada luta, que travou com os seus descobridores e primeiros povoadores" (Leverger, T. XXV, 1862, p.241-242).

⁷Segundo Susnik (1971, p.138) o castigo era direcionado aos Payaguá da localidade de Remanso Castillo, os quais seriam Sarigues. A ação condenada pelo governo foi praticada pelos Payaguá associados aos Toba.

No ano de 1846 é registrado, por Beaurepaire Rohan:

“À nossa chegada, e ao som das recíprocas salvas de artilharia, concorreu ao desembarque imenso povo. Ali se viam igualmente os célebres Payaguás, outrora tão audazes na guerra que, desde 1528, sustentaram, já contra os espanhóis que descobriram o Paraguay, já contra os portugueses que por ele navegaram posteriormente, hoje pacíficos habitantes das praias de Assunção, conservando ainda alguns de seus antigos costumes, quais o de terem idioma próprio, andarem quasi nus, não se sujeitarem ao cristianismo, e amarrarem seus longos cabelos como os Guató de Cuyabá” (Rohan, T. IX, 1847, p.386-387) (ver Figura 4).

A guerra travada entre os anos de 1864 e 1870, envolvendo o Paraguai e a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai), contou com a participação dos Payaguá⁸, que aproximadamente somavam um total de quinhentos indivíduos, no ano de 1865 (Susnik, 1971, p.139) e proclamavam-se “índios Payaguás”. Após, os Payaguá não somavam mais que dezessete indivíduos, os quais foram dispersos por localidades como Limpio, Emboscada e Vila Hayes, mantendo-se principalmente da venda de produtos artesanais.

Fontana (1977, p.129) faz alusão à existência de somente dezessete índios Payaguá, no ano de 1875 (Figura 5). Reclus (apud Schmidt, 1949, p.195) escreve que em 1878 os Payaguá não passavam de um total de dezessete. Guido Boggiani, em 1900, observou que havia entre 40 e 50 Payaguá. É provável que a partir do momento que os Payaguá se assentaram nas proximidades de Assunção (meados do século XVIII) a mestiçagem em maior grau ocorria, devido ao convívio com a população da cidade e principalmente devido à desorganização social do grupo, a qual envolvia todo um conjunto de aspectos culturais. Tal tendência certamente acentuou-se no decorrer do século XIX.

⁸Fontana (1977, p.132) menciona que os Payaguá foram os únicos indígenas a servirem a Lopez durante a guerra do Paraguai.



Figura 4. Índio Payaguá (Fonte: Moura, 1984)



Figura 5. Índios Payaguá (Fonte: Moura, 1984).

Max Schmidt (1949) esteve por várias ocasiões, entre os anos de 1940 e 1941, com uma índia Payaguá chamada María Dominga Miranda. Segundo a informante além dela existiam mais três índias Payaguá, duas habitavam no bairro paraguaio La Chacarita, na capital e outra vivia em Remanso Castillo. Em 1943 faleceu Maria Dominga Miranda, reconhecida como a última índia Payaguá.

Este capítulo apresentou um esboço geral da história dos Payaguá, a partir do século XVI até o XIX. Buscou-se elaborar, de forma concisa, uma trajetória da etnia, salientando os aspectos que mais marcam a história de não resignação desses indígenas à incorporação de um modelo colonizador de sociedade, o qual impunha uma disciplina socializante respaldada em uma visão unilateral de valores culturais.

No próximo capítulo, procuramos estabelecer os pontos geográficos utilizados pela etnia como delimitadores do seu território, procurando, a partir de tais limites, inferir sobre o raio de ação atingido pelo grupo. Após, tentamos fornecer uma visão do rico e diversificado ambiente habitado pelos Payaguá.

3 HABITAT

“Se han intentado por nuestros Padres algunas excursiones a las tierras de indios selvages, pero otra nación, los payaguaes, les cortaron el paso. Son estos últimos muy diferentes de los demás, tanto por su lengua, como por su ferocidad y barbarie (...)” (CA-IAP (b) , p.46).

3.1 O Espaço⁹ de Ocupação

Delimitar a área de ocupação da etnia Payaguá está distante de ser uma tarefa fácil. Podemos afirmar, respaldados nas fontes documentais trabalhadas, que o espaço ocupado por esses canoeiros abrangia a área fluvial do rio Paraguai e suas adjacências.

Nossa tentativa neste capítulo é demarcar o espaço de ação (ou mobilidade), indicando pontos de referência para um possível mapeamento do território¹⁰ do grupo¹¹.

Cabe salientar que a área territorial Payaguá não pode ser definida com precisão, entretanto conseguimos indicadores para um conhecimento mais amplo da extensão geográfica por onde circulavam e um esboço do seu habitat natural.

⁹Conforme André Leroi-Gourhan (1965, p.131) espaço poder ser entendido como: “A organização do espaço habitado não é só uma comodidade de técnica, pois também constituiu, a mesmo título do que a linguagem, a expressão simbólica de um comportamento globalmente humano. Em todos os grupos humanos conhecidos, o habitat corresponde a uma tripla necessidade: a de criar um meio tecnicamente eficaz, a de assegurar um enquadramento ao sistema social, e a de ordenar, a partir de um ponto, o universo circundante.”

¹⁰Território é entendido como local fornecedor de materiais para subsistência e manutenção. Também “comporta elementos que fazem parte da construção da sua identidade e da sua concepção de mundo” (ver Garlet, 1997, p.17).

¹¹Ver Barth (1976) que trata da definição de grupo étnico, os limites dos grupos e a perspectiva ecológica.

Em um primeiro momento apresentamos a tribo meridional, identificada como Agaces e, posteriormente, a tribo setentrional, reconhecida como Payaguá. A diferença entre Agaces e Payaguá está sendo estabelecida, conforme o contato com o conquistador no início do processo de conquista. Nosso trabalho obedece a uma ordem cronológica, delimitando as investigações entre os séculos XVI e XIX.

3.1.1 AGACES - Tribo Meridional

Os Agaces apareceram registrados pela primeira vez nos relatos de viagens exploratórias, como a de Ulrich Schmidl (1962) e de Cabeza de Vaca (1962). Estes cronistas são de relevante importância, devido ao testemunho que dão da diversificação étnica existente no início da conquista ibérica nas terras americanas.

Ao que tudo indica, foram contactados pela primeira vez pelo navegador italiano, Sebastião Caboto (a serviço da Espanha), o qual explorava as águas do rio Paraguai, indo ao encontro de sua nascente. O contato entre a expedição de Caboto e os Agaces ocorreu no ano de 1528, a uma latitude de 25° 38' 38", nas proximidades do rio Bermejo (Schmidt, 1949, p.138-139).

O explorador alemão Ulrich Schmidl¹² (1903), que participou da expedição de Pedro Mendoza e de Juan de Ayolas, tornou-se um dos cronistas mais importantes porque legou informações sobre os grupos indígenas contactados, dentre os quais menciona, em várias passagens de *Viaje Al Río De La Plata* (1534-1554), os Agaces, caracterizando-os da seguinte forma: "(...) eran altos y esbeltos, hombres y mujeres éstas hermosas, pintadas (...)" (Schmidl,

¹²Em *Viaje Al Río de La Plata* (1534-1554), edição de 1903, com notas de Bartolomé Mitre, encontramos diferentes terminologias utilizadas por Ulrich Schmidl para referir-se aos Agaces como: Aigeiss, Ayga, Agá e Aygaissen.

1903, p.67), “(...) son altos y bien formados uno y outro sexo, las mujeres son lindas, se pintan (...)”¹³ (Schmidl, 1903, p.169).

Conforme Schmidl (1962, p.288), Juan de Ayolas, sob ordens de D. Pedro Mendoza, subiu o rio Paraná até chegar ao rio Paraguai, contactando diversos indígenas, como por exemplo os Curemaguás e Manepis. Indica que dos Manepis navegaram até uma nação chamada Agaces¹⁴.

Prossegue o registro relatando o confronto entre os navegadores e os Agaces: "ellos nos mataron alrededor de quince hombres que Dios les sea clemente y misericordioso y a todos nosotros, amén" (Schmidl, 1962, p.289).

Segundo o cronista, esses indígenas estariam situados sobre o rio Ipetí (rio Bermejo). Do ponto de confronto, a expedição segue e encontra um povo chamado Cario¹⁵, os quais estariam a 50 léguas¹⁶ de distância dos Agaces.

Quanto a este contato, o explorador fornece informações sobre a aliança entre Carios e conquistadores contra os Agaces: “Así nuestro capitán general Juan de Ayolas tomó trescientos españoles y los carios y marcharon aguas abajo y por tierra por las treinta léguas donde están los agaces susodichos (...)” (Schmidl, 1962, p.192).

¹³Quanto à pintura das mulheres o único registro de que dispomos é o de Félix Azara (1923), no século XVIII: “Cuando las jóvenes llegan a la época de su primera menstruación dan parte de este acontecimiento a todo el mundo y se aplican las pinturas características de la adolescencia de su sexo. Estas pinturas se reducen a una banda o raya que parte del nacimiento del pelo y se prolonga en línea recta sobre la nariz hasta el extremo de la barbilla, pero exceptuando el labio superior. Además, se ven salir de la raíz de sus cabellos siete o nueve líneas verticales que cortan la frente y el párpado superior. En cada comisura de la boca se pintan dos cadenas paralelas a la mandíbula inferior, terminadas a los dos tercios de la distancia de la oreja. Aun se pintan los eslabones, que salen de cada ángulo exterior del ojo y terminan en la parte superior de la mejilla. Todas estas pinturas que emplean las mujeres no son superficiales, como la de los hombres, sino permanentes y de color violeta que las otras, se pintan de rojo la cara, el seno y los muslos (...)” (p.74).

¹⁴Susnik (1978) analisando Schmidl, coloca que a distância de 35 léguas mediava entre os Mocoretá-Mocovis e os Agaces, sendo que esses estariam assentados na desembocadura do rio Bermejo.

¹⁵Schmidl (1965) informa sobre o confronto com os Carios (guarani) na localidade de Lambaré.

¹⁶Provavelmente a légua equivalia à légua espanhola correspondente a 5,555 metros.

A crônica de Cabeza de Vaca (*Naufraios e Comentarios*, 1962), escrita por seu secretário Pero Hernandez, é outra importante fonte de informações sobre a diversidade étnica da terra explorada. Nomeado para assumir o cargo de adelantado, antes ocupado por Pedro Mendoza, Cabeza de Vaca chega em Assunção no ano de 1542 e organiza uma expedição, para seguir rumo ao norte pelas águas do rio Paraguai (ver Figura 6). O adelantado menciona em seus registros a presença de uma nação de índios chamados Agaces, apresentando-os como “ (...) una gente muy crescida, de grandes cuerpos y miembros como gigantes (...)” (Cabeza de Vaca, 1962, p.33), “ (...) seo porte é agigantado (...)”¹⁷ (Cabeza de Vaca, T. LIV, 1893, p.228).

Em documentos oficiais do governo, no ano de 1545, é indicada a presença dos Agaces nas proximidades de Assunção. Em carta enviada ao rei da Espanha, Bartolomé Gonzales (apud Machain, 1939, p.443), escrivão do então governador Domingo Martínez de Irala, informa a Sua Majestade sobre essa nação, a qual habitava e povoava as ribeiras do rio Paraguai. Ao rei são relatadas as dificuldades provocadas por esses indígenas, os quais não se sujeitavam à vassalagem da Coroa espanhola.

As fontes citadas, de cunho primário, fazem referência a registros que remontam aos primeiros contatos entre Agaces e europeus, no século XVI. Estes sempre indicam a localização dos canoeiros dentro da área fluvial do rio Paraguai mais próxima a Assunção.

¹⁷No século XVIII Azara (apud Schmidt, 1949, p.197) registra sobre a estatura dos Payaguá: “ La talla del Payaguá es en mi juicio de 6 piés y ½ pulgada españoles, (más ó menos 1,70 m) (...)”. Las mujeres son de inferior talla.” No século XIX o médico francês Demersay (apud Moura, 1984, p.431) registrou dados sobre a estatura Payaguá, indicando para os homens a média de 1,78 m de altura. O registro está amparado na observação de oito membros pertencentes ao assentamento Payaguá próximo à Assunção, no período em que Demersay encontrava-se no Paraguai. O autor registra a altura de 1,38 m para um menino de 7 anos e 1,63 m para um de 14 anos. Para as mulheres atribui uma estatura média de 1,58 m, após medir 4 mulheres com mais de 20 anos. Max Schmidt (1949, p.199) baseado nas informações de Rangger (século XIX) também médico, diz que os Payaguá a exemplo dos Guató apresentavam os músculos superiores do corpo mais desenvolvidos em relação às pernas. Segundo o autor o desenvolvimento dos músculos do peito e dos braços em detrimento das pernas se deve ao exercício constante com o remo, já que, passam grande parte do tempo nas canoas.

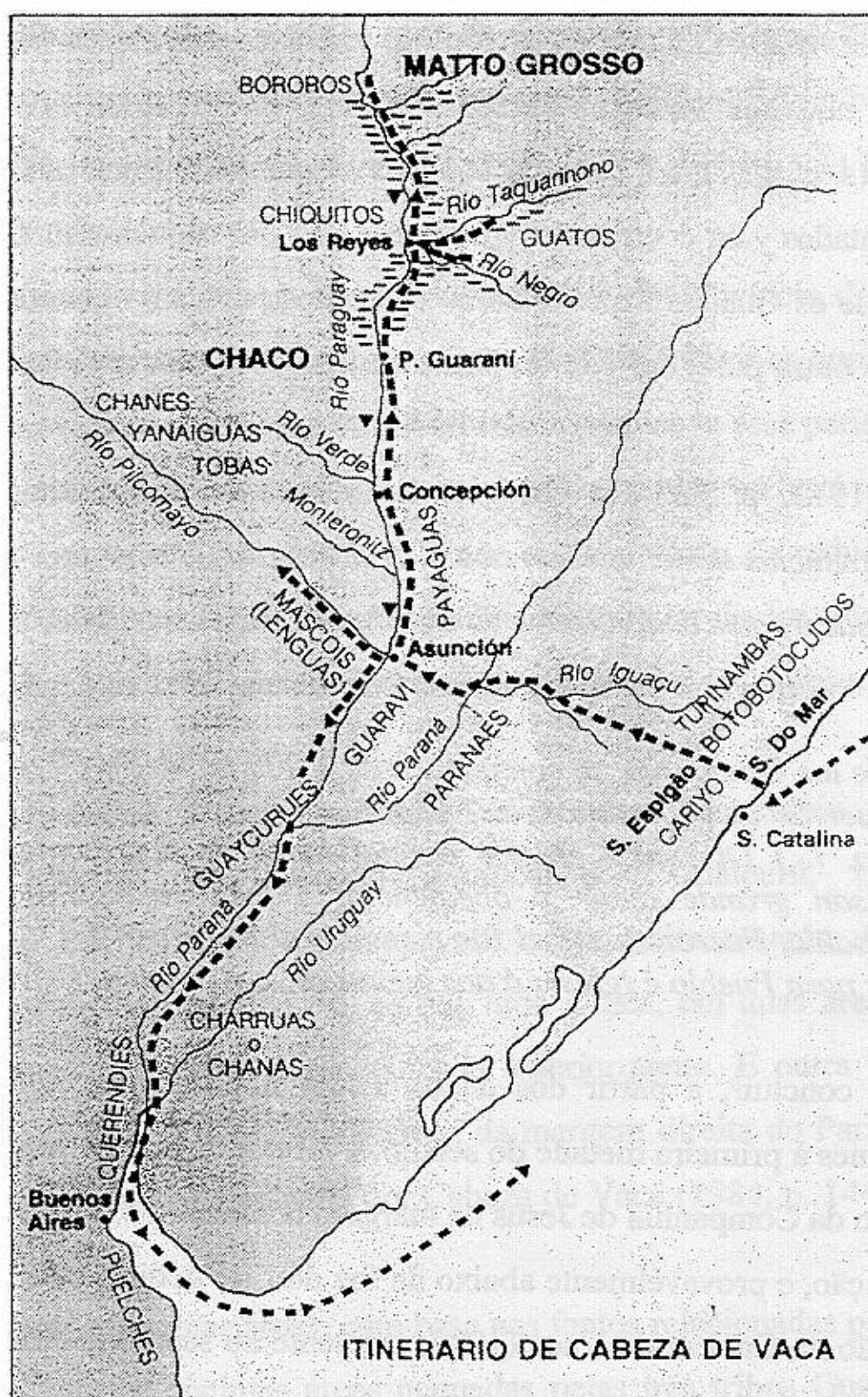


Figura 6. Itinerário de Cabeza de Vaca (Fonte: Cabeza de Vaca, 1984, p.144).

Podemos inferir dessas informações que os Agaces circulavam da desembocadura do rio Bermejo até as proximidades de Assunção, quando inicia a conquista a partir do rio Paraguai

Quanto aos primeiros contatos com o europeu (com a expedição de Caboto e mais tarde com a de Juan de Ayolas), constata-se o fechamento do caminho fluvial por parte dos Agaces à passagem dos navegadores, gerando o confronto. Não podemos deixar de salientar que os Agaces, canoieiros por excelência, sentiam-se senhores das águas por eles frequentadas.

O impedimento à navegação dos exploradores pode ser entendido como um estímulo à aliança entre Carios e espanhóis (comandada por Juan de Ayolas), objetivando o combate aos Agaces¹⁸, tradicionais inimigos dos Carios. O ataque ao assentamento canoeiro junto ao rio Bermejo parece ter sido uma medida dos conquistadores para desobstruir o caminho aos empreendimentos exploratórios através do rio Paraguai.

3.1.2 SARIGUÉ-PAYAGUA - Tribo Setentrional

As informações relacionadas à tribo setentrional dos Payaguá, durante a primeira metade do século XVI, são oriundas de Cabeza de Vaca e de Schmidl.

Schmidl, como elemento participante do empreendimento de Juan de Ayolas, transmite informações sobre o primeiro contato entre Payaguá e espanhóis e a possível localização dos indígenas.

O explorador alemão informa que, depois de passados seis meses do ataque aos Agaces e de acordo com informações obtidas junto aos Carios, Ayolas decidiu partir em busca

¹⁸Conforme Susnik (1978) os Agaces encontravam-se a uma distância de 30 léguas rio abaixo dos Carios.

da terra dos Payaguá. Conforme Schmidl, 100 léguas¹⁹ separavam Assunção das terras dos Payaguá. Partindo então de Assunção, seguindo as águas rio Paraguai acima, chegaram a um local denominado Guayviaño. Quanto a esta localização, Schmidl estabelece uma distância de 12 léguas até o morro denominado de San Fernando, local que ele aponta como sendo dos Payaguá.

“Los Payaguás vinieron a nuestro encuentro con cincuenta canoas y nos recibieron con falso corazón (...) nos acompañaron a sus casas y para comer nos dieron pescado y carne, también cuernitos de morueco o pan de San Juan. Tras esto quedamos nosotros entre los payaguás durante unos nueve días” (Schmidl, 1962, p.293).

O registro refere-se ao primeiro contato com a tribo Payaguá, localizada mais ao norte de Assunção, realizado por Juan de Ayolas, no ano de 1537.

Guiando-nos pela narrativa do explorador alemão, é no morro San Fernando²⁰ que Ayolas decide dividir a expedição, deixando 50 homens no local sob o comando de Irala, marchando por terra com outro grupo, o qual tinha como participantes 300 Payaguá²¹. Provavelmente o objetivo de Ayolas tenha sido encontrar um caminho (por terra) para alcançar o Peru.

¹⁹Mello (1958) contesta as medidas fornecidas por Schmidl, já que elas não são apreciadas por seus pilotos. “(...) os expedicionários partindo de Assunção, navegaram 80 léguas para chegar a Itatin, última aldeia de cários (guaranis). Ali se reabasteceram e, prosseguindo rio acima, atingiram o monte São Fernando, de onde foram ter aos índios paiaguás, a 12 léguas de Itatin.” (p.76-77). Mello também ressalta que tanto o porto batizado por Ayolas de Candelária ou o morro encontrado são indiscriminadamente identificados por Schmidl como San Fernando.

²⁰Azara (1962, p.448) informa sobre o itinerário de Ayolas do qual Schmidl participou: “Siguieron los españoles hasta los 22 latitud y tomaron los víveres de los últimos guaraníes de la costa del río Tereis y Bombois, que después se redujeron en los pueblos de Santa Maria de Fe y Santiago. Alvar Nuñez llama a este sitio Guaviaño. Continuaron, y en lo 21° 22’ de latitud encontraron un cerrito notable en aquella llanura de pais, a quien llamaran monte San Fernando. Hoy le dan los españoles el nombre de pan de Azúcar y los guaraníes el de Ytapucú- Guazú. Finalmente, el 2 de febrero de 1537 fondearon en los 21° 5’ de latitud, llamando al sitio puerto de Candelaria. Allí se hallaban pescando algunos payaguas sarigues, que eran de la misma nación que los agaces; ellos cojeron a los españoles a su pueblo, que estaba cerca, en la orilla de una laguna que poco después se llamó de Ayolas y creo que hoy es conocida por laguna de la Cruz desde este paraje determinó Ayolas ir por tierra al Perú.”

Schmidl também participou da expedição comandada por Alvar Nuñez Cabeça de Vaca pelo rio Paraguai. Nas informações referentes a este empreendimento (Schmidl, 1962, p.302) é indicado novamente o cerro San Fernando²² como sendo terra dos Payaguá.

“Allí nuestro capitán tomó los caballos y los embarcó o trajo a los barcos, y vinimos a nuestros sobredichos enemigos los payaguás. Pero cuando, nos hubieron divisado, huyeron y no quisieron esperarnos, y huyeron con sus mujeres e hijos y quemaron sus casas.”

Já nos *Comentários* de Cabeza de Vaca (1962) não há referências ao morro San Fernando. Consta que, chegando ao porto Ipananie,²³ devido a uma informação vinda de um índio Lengua (antes cativo dos Payaguá), os expedicionários partem para Guayviaño (apontado por Cabeza de Vaca como último lugar de domínio dos guarani) e rumam para Itabitan: “(...) luego con mucha presteza mandó dar vela, y se partió del puerto Guayviaño, y fué navegando por el río arriba con buen viento de vela; y el propio día, a las nueve de la mañana, llegó al puerto de Itabitan (...)” (Cabeza de Vaca, 1962, p.53). Desse porto seguiram para as terras dos Payaguá, localidade denominada Puerto de Candelária, a 21 graus menos um terço²⁴ (conforme Cabeza de Vaca), local dito como terra dos Payaguá. “A 12 días del mes de octubre llegó al puerto que dicen de la Candelária, que es tierra de los indios payaguaes, y por este puerto entró con su gente el capitán Juan de Ayolas (...)” (Cabeza de Vaca, 1962, p.54). As informações de Cabeza de Vaca prosseguem relatando a entrevista realizada no local com sete índios Payaguá:

²¹Sobre o números de Payaguá que acompanharam Ayolas não há consenso: Cabeza de Vaca aponta 150 e Guzmán (1980) 200.

²²O religioso Arce (apud De Angelis, 1955, V. VI, p.31) no ano de 1713 escreve que o porto de San Fernando é chamado de Itatines Tobati.

²³Chaves (1968, p.14) coloca o Ipananie como o rio Mbotetei, que deságua no rio Paraguai aos 19 1/3, subindo mais ao norte encontra-se uma serra chamada Santa Lúcia.

²⁴A carta enviada ao rei espanhol, datada de primeiro de março de 1545 (apud Machain, 1939, p.453), relata as ordens de Pedro de Mendoza ao capitão Juan de Ayolas. A referência ao Porto de Candelária aparece da seguinte

“Llegados a este puerto, toda la gente de la armada estaba recogida por ver si podrían haber plática con los indios payaguaes y saber de ellos dónde tenían sus pueblos; y otro día siguiente, a las ocho de la mañana, parecieron a riberas del río hasta siete indios de los payagues (...)” (Cabeza de Vaca, 1962, p.54).

Os Payaguá teriam ficado de retornar no outro dia, trazendo notícias de seu povoado aos navegadores. Entretanto, passados cinco dias, não havia notícias dos indígenas. Frente a tal situação o adelantado, ouvindo o intérprete Lengua que os acompanhava, o qual afirmava que os índios Payaguá (apontados como mentirosos e fingidos) não voltariam e que estes deveriam estar seguindo rumo à laguna dos Mataraes²⁵, local de boa pescaria, Cabeza de Vaca segue com a expedição até o local, porém não encontra nenhum Payaguá.

Quanto ao Porto de Candelária, Julio César Chaves (1968, p.112), respaldado em fontes documentais, menciona que, em 2 de fevereiro de 1537, os expedicionários de Ayolas “(...) hicieron a pie en la banda oriental donde el rio hace una media luna (20° 41’). Desembarcaron allí nombrando al punto puerto de Candelaria. Cruzando el rio pasaron, a la banda occidental, asiento de los indios Sariqués (...)”.

A divergência entre os relatos exploratórios quanto ao nome do local indicado como área dos Payaguá impõe dificuldades para estabelecer a localização, mesmo que aproximada do grupo setentrional desses canoeiros. Todavia, as informações contidas nos registros de Cabeza de Vaca fornecem maior segurança para delimitar a localidade desses indígenas.

Faz-se relevante apresentar algumas observações sobre o local denominado Puerto de Candelária, pois parece ser a referência mais segura para uma tentativa de estabelecer o domínio Payaguá ao norte de Assunção.

forma: “(...) llego al puerto de la candelaria que es en este rrio de paraguay en diez y nueve grados y dos tercios donde hallo una generacion de yndios que se llaman payagoas (...)” .

Para tanto, recorreremos ao trabalho de Raul Silveira de Mello (1958, V.I), *História do Forte Coimbra*, que se baseia em documentação histórica lusa-espanhola e em conhecimentos próprios da geografia da região investigada.

Mello informa que os nomes de São Fernando e Candelária foram atribuídos por Ayolas no ano de 1537. Ressalta que a localização precisa do Porto de Candelária é impossível de ser realizada. Entretanto, nos proporciona alguns resultados de seus estudos. Segundo o autor, o Porto de Candelária estaria enquadrado dentro dos paralelos de 20° 30'e 20° 40' (Mello, 1958, V. I, p.87), podendo ser um dos seguintes portos paraguaios: o porto Leda (no km 1189) ou o porto Novo (no km 1202) (ver Figura 7).

O pesquisador também apresenta alguns resultados importantes sobre o chamado morro San Fernando, os quais se fazem essenciais para o nosso trabalho.

Conforme o autor, o morro San Fernando é conhecido atualmente como Pão de Açúcar, denominação atribuída provavelmente no período de 1641 a 1718. O local denominado Pão de Açúcar²⁶ (ver Figura 8) está localizado na margem oriental do rio Paraguai.

Chaves (1968, p.41), tratando da entrada de Aleixo García no Paraguai menciona um cerro chamado pelo expedicionário de Santa Lucía. Talvez esse acidente geográfico fosse o mesmo apontado por Schmidl (1903, p.247), como morro San Fernando, localizado na margem oriental do rio Paraguai. Podemos concluir, respaldados nos dados apresentados até o momento e na hipótese de Susnik (ver Figura 9), que os Payaguá, no século XVI, estavam localizados na área fluvial adjacente ao rio Paraguai, formada por sua margem ocidental.

²⁵Susnik (1978, p.73) diz que: “La laguna de los Mataraés se ubicaba a unos 8 días de viaje fluvial desde el Pto. de Candelaria hacia el Pto. de Itatí (...)”.

²⁶Pasos (apud De Angelis, 1970, T. VI, p.128) registra importantes aspectos do ambiente próximo ao Pão de Açúcar, área de circulação dos Payaguá: “ La costa oriental es asimismo anegadiza, pues, aunque que tiene alguna barrancas es corta y sujeta a inundación, está poblada de palmas altas y delgadas, com algunas islas de bosque.”

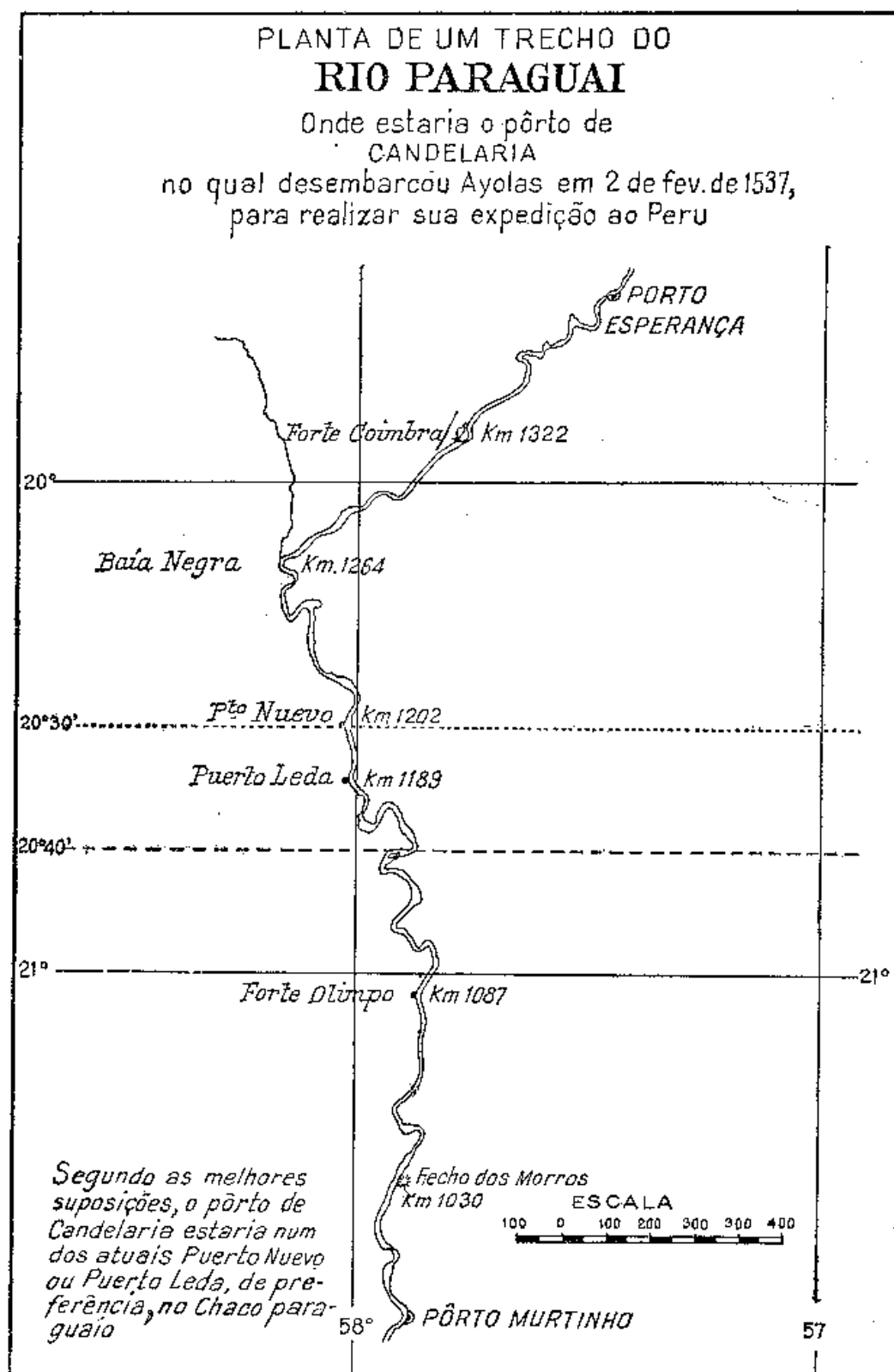


Figura 7. Trecho do rio Paraguai onde se localizaria o Porto de Candelária. (Fonte: Mello, 1958, 1º Vol., p. 84).

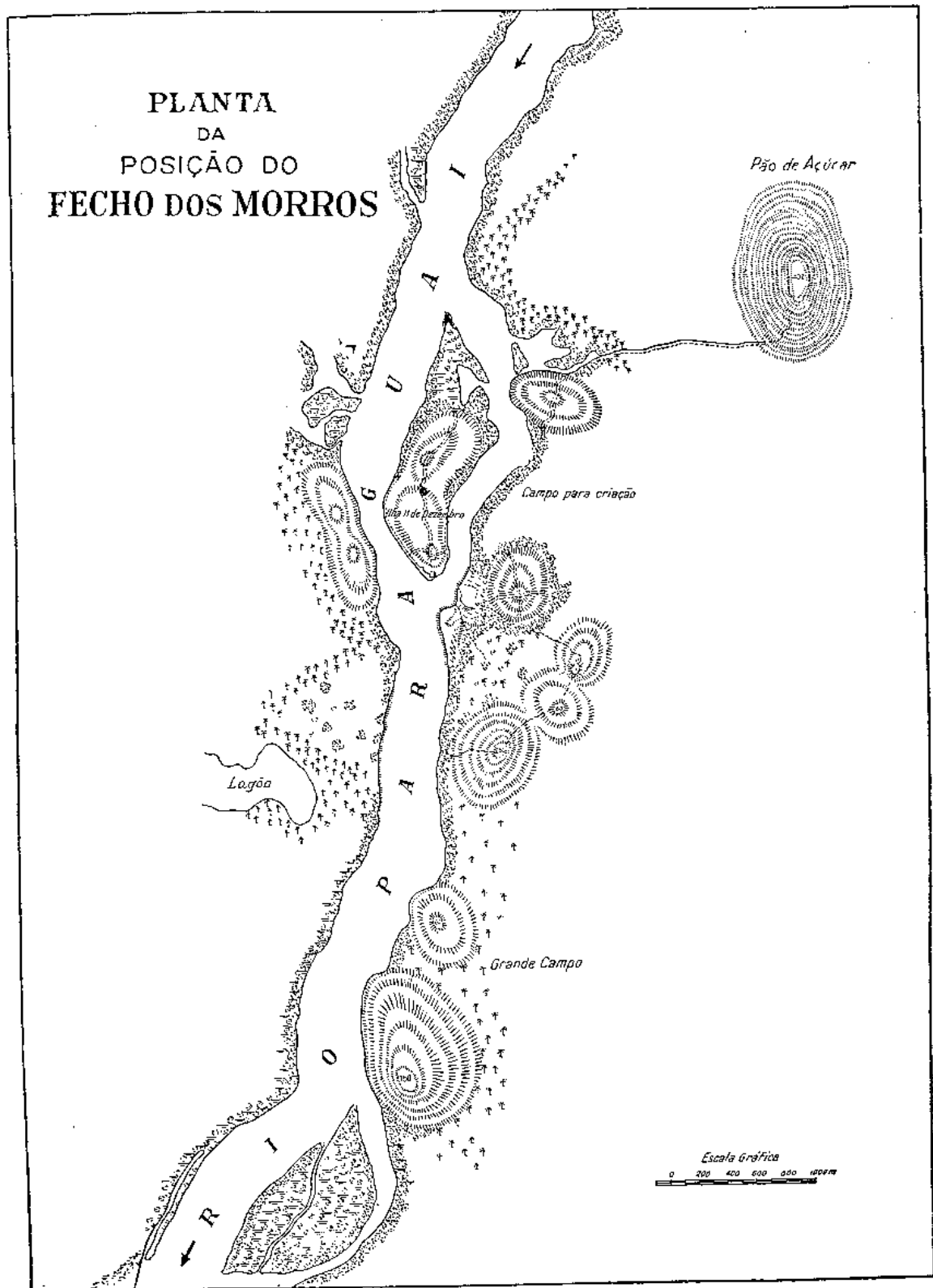


Figura 8. Planta da posição do Fecho dos Morros (Fonte: Mello, 1959, 2º Vol., p. 102).

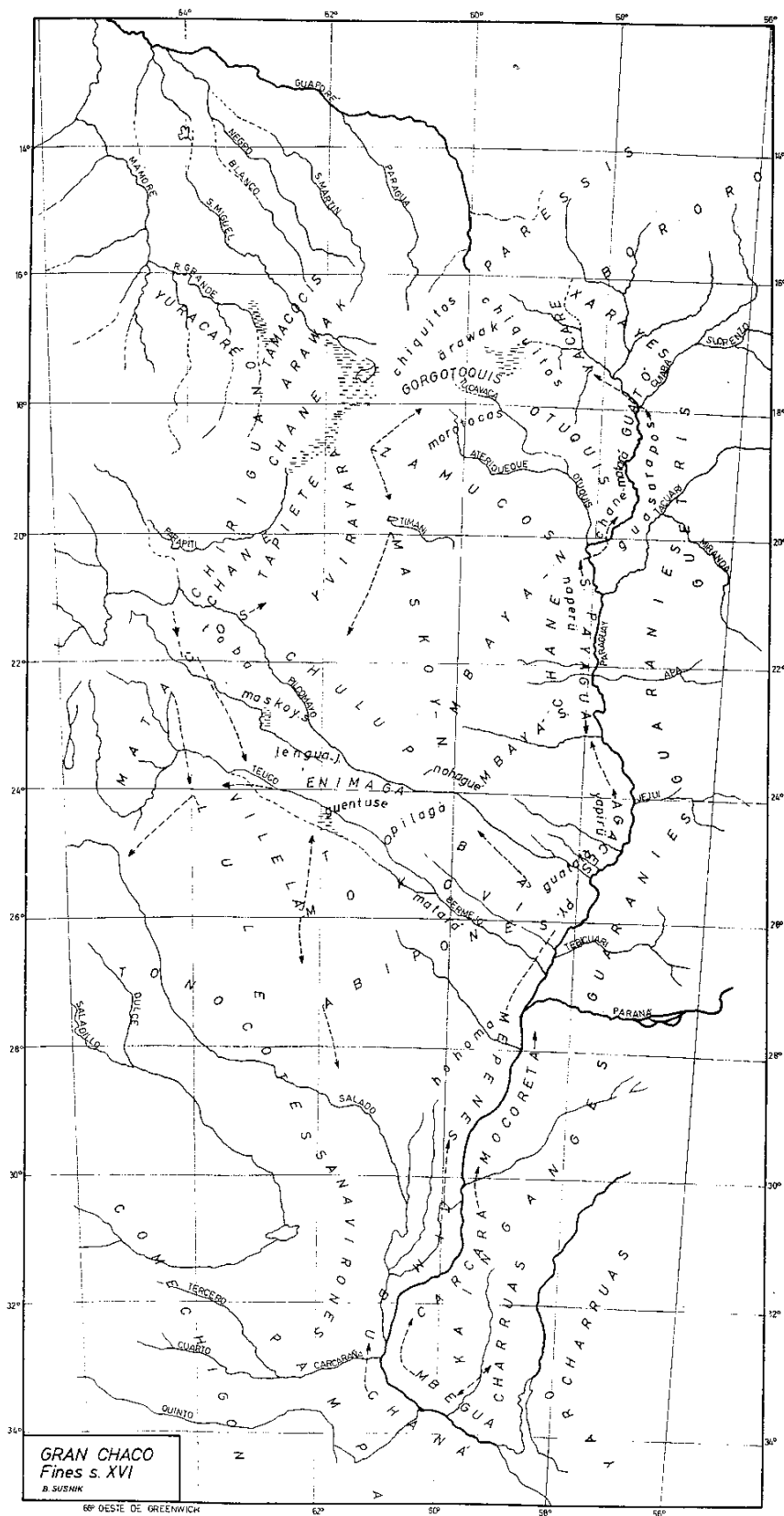


Figura 9. Os grupos étnicos do Gran Chaco em fins do século XVI (Fonte: Susnik, 1972, p. 12).

Segundo Max Schmidt (1949, p.173-174), que analisa a documentação histórica do século XVI, o território da tribo setentrional estaria situado na região do Porto de Candelária e do cerro de São Fernando, na localização de 20° 41' de latitude, ficando o território Payaguá muito próximo do local denominado de Guayviaño (terra de Guarani). O autor supõe que o território Payaguá, nesse período do século XVI, abrangia a região ocidental do rio Paraguay desde 20° 40' até a 22' de latitude (ver Figura 10)

Tratando-se do século XVII, os dados sobre a espaço ocupado ou transitado pelos canoeiros Payaguá são da ordem jesuítica. As informações, extraídas principalmente das Cartas Ânuas, não fornecem delimitações exatas da dominação desses indígenas, todavia servem como um rico material de pesquisa (de cunho primário), o qual possibilita traçar um esboço da mobilidade e servem de indicadores da extensão fluvial de abrangência da área de ação dos Payaguá.

O padre Diogo de Boroa comunica ao provincial Diogo Tôrres, no ano de 1614, que os Payaguá ameaçavam a redução e que estes teriam atacado, em 1612, o povoado de Jejuy (Boroa apud De Angelis, 1952, V. II).

Nas *Cartas Ânuas de la Provincia Jesuitica del Paraguay*, correspondente aos anos de 1632 a 1634 (Maeder, 1990, p.104), os Payaguá são ditos como “nación célebre por su indomable fiereça y en sus ariscas costumbres mas brutos que hombres. Abitan por mas de 100 leguas las riberas del Rio Paraguay, o mejor decir las tienen infestadas porque viven esparcidos y vagos (...)”.

No ano de 1633, o jesuíta Diogo Ferrer informa que o contacto dos índios do Itatin com outras nações (como Tunus, Bayas, Guanas, entre outras) estava dificultado devido à presença dos Payaguá que “señorean el rio”, impedindo assim a passagem pelo rio Paraguai

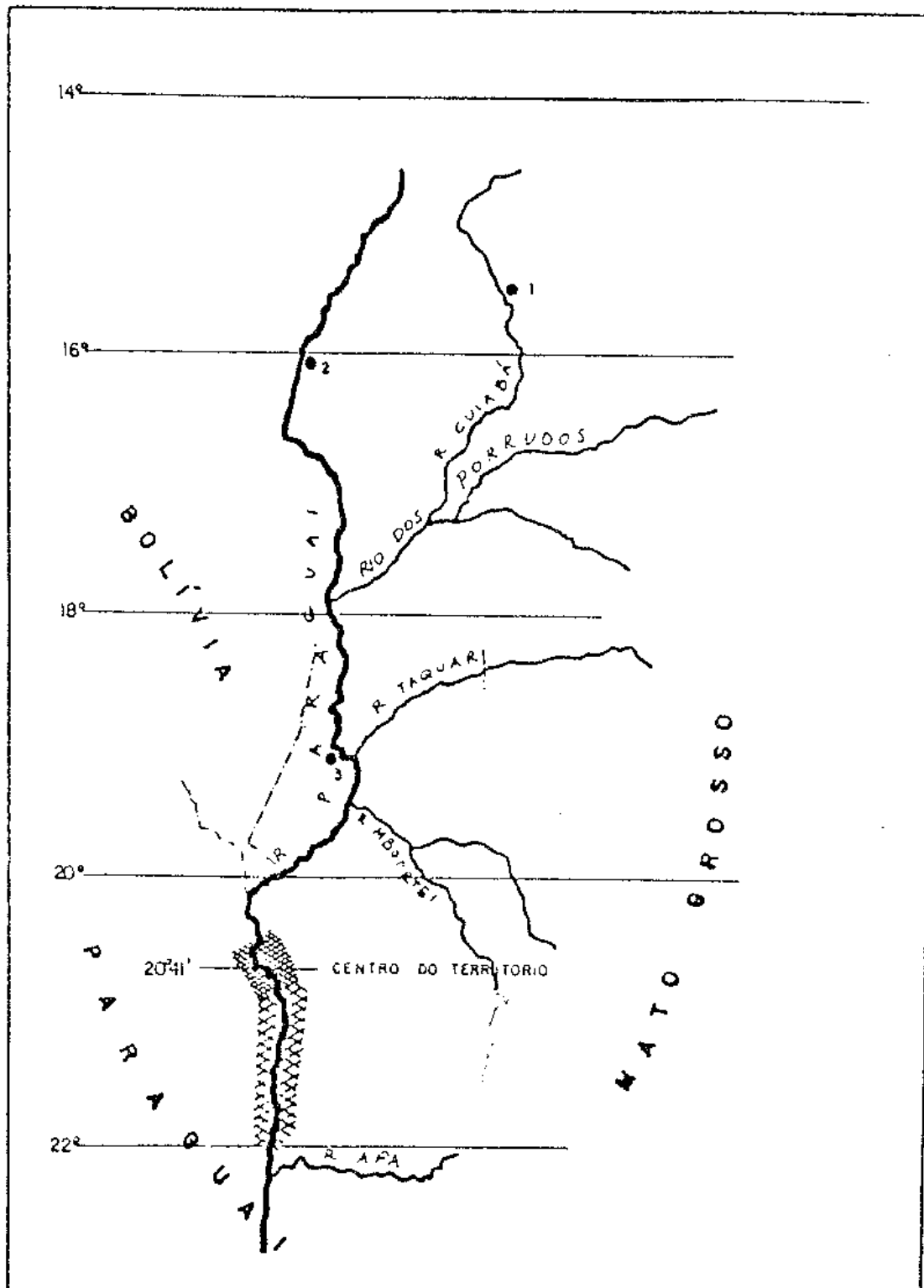


Figura 10. Localização dos Payaguá, segundo Schmidt (Fonte: Moura, 1984).

até o Itatin. Prossegue o missionário informando que, sobre o rio Paraguai, desde Assunção até os Guayarapos, os “(...) señores son los payagoas (...) corren por el rio mas de cien leguas, y estan ya rio arriba ya rio abajo, no permitiendo que algun español o otro Indio ande por el (...)” (Ferrer apud De Angelis, 1952, V. II, p.47).

Na petição do padre João Batista Ferrufino, solicitando a permissão para mudar os índios Itatin reduzidos para outro local, uma das argumentações utilizadas é a constante ameaça representada pelos Payaguá (Ferrufino apud De Angelis, 1952, V. II).

A Carta Ânua de 1644, contendo os sucessos da redução de Santo Ignácio Caaguazú, contém informações oriundas dos Padres Muñoa e Bonilla, cujos registros apresentam a intenção de conquistar a confiança dos canoeiros, como forma de desobstruir o caminho (através do rio Paraguai), permitindo, assim, o acesso a outras populações indígenas (CA-IAP (a)).

Na Carta de 1658-1660, temos os dados de que os Payaguá viviam no rio Paraguai, “(...) es decir en sus innumerables islas y en sus frondosos y pantanosos brazos laterales(...)” (CA-IAP (b), p.46).

Faz-se pertinente estabelecermos algumas constatações quanto ao espaço de ocupação e de mobilidade dos canoeiros Payaguá nos séculos XVI e XVII. Podemos inferir, respaldando-nos nos dados pesquisados até o presente, que a extensão territorial Payaguá possuía dois pontos vistos por nós como demarcadores. Um representado pelo rio Bermejo (mais ao sul do rio Paraguai), inserido na região do Chaco, espaço dominado pelos Agaces, tribo meridional. O trânsito da tribo sul atingiria a cidade de Assunção, via rio Paraguai (principalmente), ultrapassando, talvez, um pouco além de Assunção; o segundo ponto estaria representado pelo chamado Porto de Candelária e suas extensões mais próximas. Esse domínio era senhareado pelos Sarigues, tribo setentrional. A região hidrográfica, formada a

partir do rio Bermejo (inclusive pântanos e áreas alagadiças) e tendo como escoamento fundamental o rio Paraguai, formaria o raio de ação atingido pelos Payaguá. Nossas inferências quanto aos dois delimitadores é um simples exercício no intuito de fornecer uma visão mais nítida do espaço de mobilidade desses indígenas. Cabe ressaltar que uma leitura atenciosa das fontes informativas permite dizer que a localização dos assentamentos dos Payaguá dificilmente estaria à margem dos rios (como por exemplo, dos citados rios Bermejo e Paraguai). Provavelmente esses indígenas permaneciam por tempo determinado nas confluências de pequenos rios, próximo a áreas alagadiças e lagoas mais afastadas do trânsito de navegação, principalmente após o crescimento do processo de conquista. A escolha de locais para se fixarem temporariamente estaria associada a “pontos estratégicos”, os quais possibilitassem o acesso aos principais canais de navegação e proporcionassem as condições de manutenção da caça, da pesca, além de refúgio e proteção.

As fontes referentes ao século XVIII não apresentam dados que possam ser utilizados de forma precisa para rastrear a localização dos Payaguá. Não obstante, mostram a expansão da área de ação desses indígenas, apontando a mobilidade dos canoeiros na hidrografia regional (ver Figura 11).

No ano de 1723 o capitão Antonio Pires de Campos relata que, na barra do Paraguai, formada pelos rio Botetehu, Claro e Araquahu, “habitam os gentios Payaguazes” (Campos, 1862, T. XXV, p.439-440) “(...)corsan os Paiaguá até o rio Porrudos(...)” (Campos, 1862, T. XXV, p.441).

João Antônio Cabal Camello deixa o relato de sua viagem, empreendida no ano de 1727, às Minas de Cuiabá, ao padre Diogo de Soares. O então capitão informa que: “Dos Morrinhos, que são dous ou tres pequenos montes que estão na barra do Taquari, ao

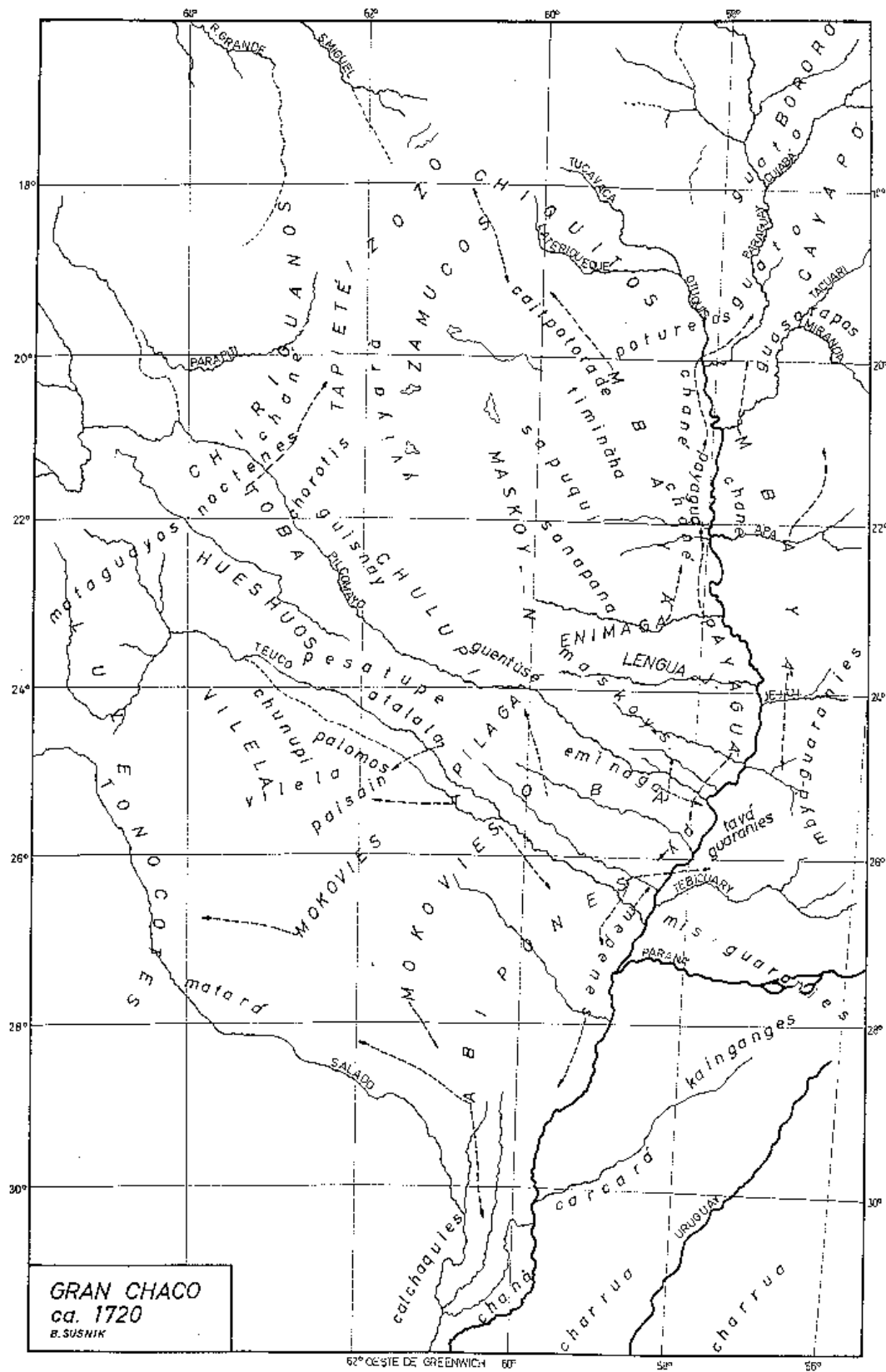


Figura 11. Grupos étnicos do Gran Chaco, cerca de 1720 (Fonte: Susnik, 1972, p. 13).

Paraguay-merim, é meio dia de viagem: n'esta parte é que costumam andar os Payaguá(...) (Camello, 1863, T.IV, p.495).

Prossegue o informante relatando sobre o rio Paraguay-Assú: “Por este rio acima se costumam gastar sete ou oito dias: quatro ou cinco da barra em que encontrámos n'elle tem os Payaguás os seus ranchos em uma das muitas ilhas que n'elle ha; seis ou sete dias de viagem, dizem os sertanistas antigos que está a cidade de Assumpção (...)” (Camello, 1863, T.IV, p.495).

No ano de 1751, D. Antonio Rolim (Conde de Azambuja), partiu da cidade de São Paulo em busca da vila de Cuiabá e registra na relação dessa viagem a seguinte informação (Rolim, 1866, T.VIII, p. 492)

“A 15 á tarde entre em Paraguay merin, que é um braço do Paraguay grande, mettendo-se entre este e aquele uma ilha que o fóрма. Tem sua difficuldade acertar por elle o caminho por se dividir em varios sangradouros, e em parte ser pantanal, que se comunica com o outro. Dáqui até sahir do Paraguay grande, é aonde mais facilmente se encontra o Payagoá (...)”

No relato do religioso Bartolomeu Ximenez (apud De Angelis, 1955, V. VI, p. 51), escrito no ano de 1703, o mesmo escreve que:

“(...)esta nacion Payagua esta difamada (...) Son los Piratillas de corso en todo este Rio; la parcialidad de arriba corre con sus canoguelas hasta el lago Grande de los Harayes y sus cabezadas que son principio del Rio Paraguay; la otra parcialidad estara 80 leguas de la ciudad de la Assump.on, y son de los que ordinariamen.te molestan a esta ciudad con robos (...)”

Na *Relação duma viagem no rio Paraguai desde Assunção até o lago dos Xariés*, redigida pelo padre Francisco Arce (apud De Angelis, 1955, V. VI, p.24-25), no ano de 1713, consta:

“ (...) a la orilla del rio Paraguay está un monte de mucha y buena madera para canoas. En el tenian los payagua del casique Yacayra su oficina, y estaban en ella como 30 familias, las cuales aviendo nos visto se despoblaron aquella noche, dejando gran cantidad de esteras y ollas y algunas canoas, q estaban haziendo. Desde aqui para arriba caminamos en demanda del Caaguasu, vimos algunas canoas de Payaguas.(...)”

D. Mathias de Anglés y Gortari (1896, p.61-62) tratando sobre o atroz ataque autorizado pelo governador D. Diego de los Reyes, no ano de 1717, aos Payaguá informa que estes encontravam-se localizados “en la orilla del rio, en la cercania de la ciudad de Asumpción.”

As informações contidas em Barboza, referem-se ao ano de 1792. Descrevendo o roteiro de navegação, salienta o autor a importância da necessidade de atenção no transcorrer do itinerário.

“(...)Do rio coxim passando ao taquari, a atenção é redobrada por serem aguas por onde andam os payagua; buscando o poente do rio Paraguay pelos campos alagados pela agua do taquari, ambiente do Paiaguá. A navegação pelo rio Paraguai, é ainda mais cuidosa frente a ameaça de ataques Paiaguá. Depois de chegarem os navegantes á barra do Rio dos Porrudos, deixam contra as correntes do dito Rio Porrudos o espaço de cinco e seis dias, chegam a barra do Cuyabá; praticando nesta marcha a mesma praxe do Paraguay, pelo que respeita a conservação das canôas; pois neste rio também frequenta o gentio Paiaguá” (Barboza, 1885, T. V, p. 33-34).

O jesuíta José Quiroga (apud De Angelis, 1970, T.VI, p.72-73) também lega informações sobre a localização dos Payaguá:

“Primeramente en el mismo río, y en sus islas, habitan dos parcialidades de indio Payaguás, que andan por todo el con sus canoas, y se mantienen de la pesca y de lo que roban a espanôles y portugueses. Una parcialidad tiene su habitación en parte más septentrional del río, y su cacique principal se

llama Quate. La otra suele estar con más frecuencia en la parte austral, en la cercanía de la Asunción. El cacique principal de ésta se llama Iparú.”

Segundo as informações contidas no diário de navegação de D. Ignacio de Pasos (apud De Angelis, 1970, T. VI, p.127),

“Amaneció nublado y medio garuando, el viento bonanza por el suroeste. A las 6 hora 10’, habiendo aclarado, le dijimos al baquean q siguiese siempre la costa oriental, para de este modo no perder el río, y seguimos el canal que va por l medio de las islas. A las 8 horas 30’ llegaron a bordo cuatro canoas de sarigues, y en seguida multitud de ellos con el cacique Quaty y otro cacique; estos indios a trueque de galletas, nos abasteceron de gallinas, huevos y resina de palo santo (...) están situados con una fila d toldos, como en la Asunción, en una isla, la más oriental d las este archipélago; y aseguran que en la costa oriental, desemboca un río, que sin duda es el río Corrientes o Gualchié.”

O jesuíta José Jolís (1972, p.293), que descreveu as nações indígenas do Chaco no ano de 1769, diz que os Payaguá estavam divididos em duas tribos. Uma, composta pelos Sarigues, os quais percorriam um espaço de 200 léguas do norte da cidade de Assunção até a laguna dos Xarayes; a outra, formada pelos Tacambú que “por más de 300 hacia la de Santa Fe, que a menudo sobrepasan, infestando nó sólo el río Paraguay y Paraná, sino todos los otros afluentes y los campos vecinos.”

Martin Dobrizhoffer (1967, T.I, p.215), jesuíta alemão que manteve contato com os indígenas do Chaco, na segunda metade do século XVIII, registra:

“Aunque hoy en día hay todavía numerosas tribus de Payaguás, que no tienen con los Españoles ningún pacto de paz o amistoso vínculo, no son peligrosos porque habitan en la orilla norte del Paraguay y de sus afluentes, muy distantes de la ciudad de Asumpción en una región adonde llegan muy raras veces los Españoles.”

Ainda segundo Labrador, as serras de "Elomogoconi quedan al sur respecto de la Piedra Blanca; unas diez leguas (al Oriente se veían distantes las cerranías de Cuyabá) así en la altura de unos 20 grados y 2 minutos" (Labrador, 1910, T. I, p. 65).

Nos documentos de origem lusa sobre as Minas de Cuiabá, constam referências sobre o prejuízo ocasionado pelos Payaguá ao acesso às referidas minas. Como exemplo temos a Carta do governador da capitania de São Paulo, datada de 1728, comunicando que a nação Paiguá continuava infestando as águas do rio Taquari, Paraguai grande e pequeno, prejudicando a navegação por essas águas.

Felix Azara (1923), que esteve no Paraguai no século XVIII, faz uso de documentação histórica e de suas observações para informar a seguinte localização para os Payaguá: uma tribo habitando a latitude de 21°5' (meridional) e outra na latitude de 25°17' (setentrional), na altura do rio Paraguai (ver Figura 13). Segundo Félix Azara, em 1740, uma das tribos se fixou em Assunção, a qual ele indica como sendo a Tacambú. E, em 1790, os Sarigués teriam se incorporado a esta, perfazendo um total de mil almas (Azara, 1923, p.71).

3.2 Aspectos Gerais do Ambiente Físico

O ambiente físico por onde circulavam e habitavam os Payaguá é composto por uma rica diversidade fisiográfica.

No século XVI e XVII, pode-se dizer que a área de domínio dos Payaguá está inserida na região conhecida como Chaco (na historiografia e na documentação é conhecida como Gran Chaco ou Chaco Gualamba). Ao que tudo indica, as duas tribos formadoras da etnia (Agaces e Sarigues) estariam localizadas dentro dos limites da região chaquenha.

O Chaco está situado no centro da América Meridional; é composto atualmente por territórios do Paraguai, Bolívia e Argentina, formando uma área em torno de 790.000 km².

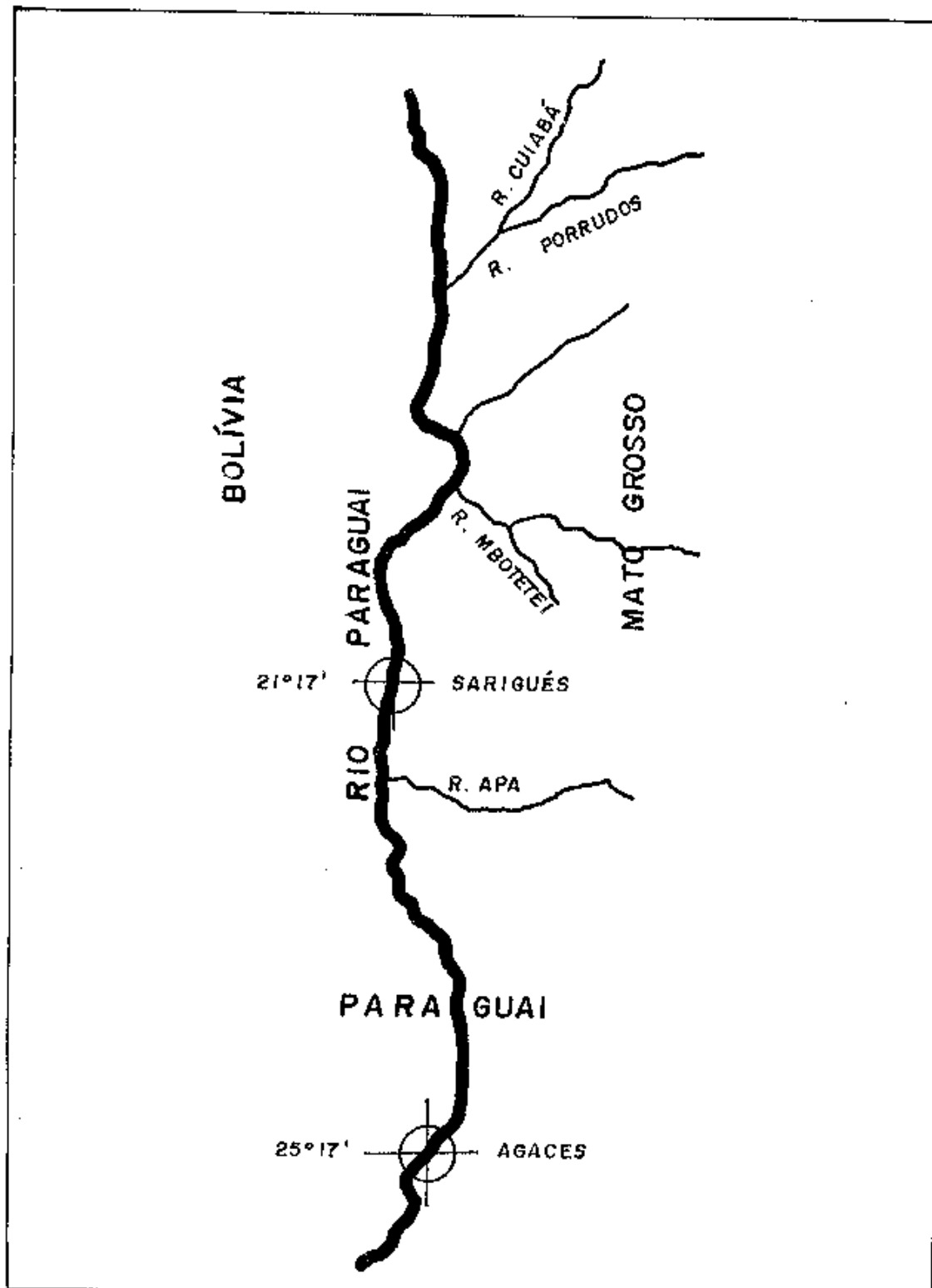


Figura 13. Localização dos Agaces e Sarigués, segundo Félix Azara (Fonte: Moura, 1984).

Em termos geográficos, limita-se ao sul com o pampa; a oeste, com a região andina; a noroeste, com o planalto de Chiquitos e Velasco; e a leste, com os rios Paraguai e Paraná (Carvalho, 1992, p.457).

O ambiente chaquenho possui duas estações bem singulares: o verão, úmido com fortes chuvas, principalmente nas regiões Ocidental e Oriental, as quais provocam a inundação de grandes áreas, ocasionando a formação de pântanos, banhados e de inúmeras lagunas (ver Figura 14). Nessa estação, o calor é intenso; o inverno, ao contrário, é composto por precipitações escassas, o que torna o ambiente semi-árido. Conseqüentemente, a falta de chuvas gera a seca. O frio rigoroso pode ser visto como característica climática do inverno chaquenho.

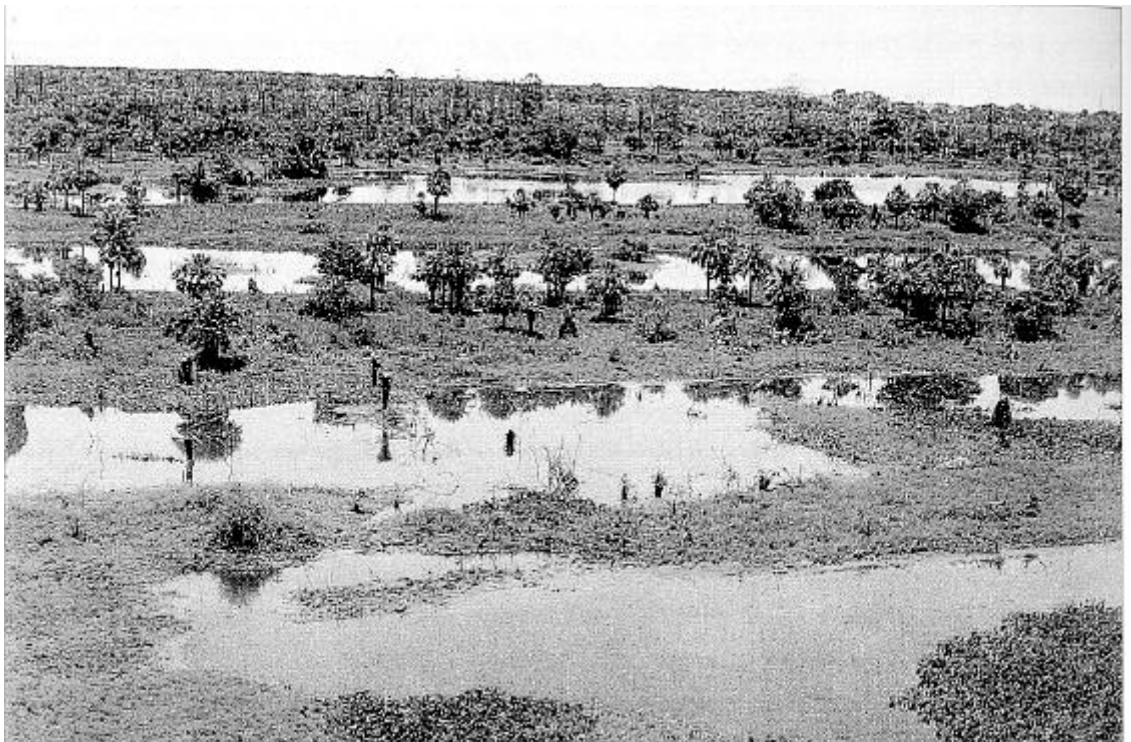


Figura 14. O Chaco Paraguayo inundado (Fonte: Garrido, 1992, p. 24).

Entre os meses de fevereiro e abril, ocorre a maior incidência de chuvas, fator responsável pelo clima tropical da região. No período das secas, a escassez de chuvas torna a terra improdutiva, pois a falta de umidade provoca o florescimento de camadas de sal no solo. Pedro Lozano (1941, p.67) sintetiza bem as particularidades dessas duas estações: “(...)las tierras son en tiempo de aguas, tan pantanosas y llenas de anegadizos, que no se pueden andar, y en tiempo de seca son tan ardientes los soles y falta de aguas, que se abre la tierra en profundas grietas, y no hay quien se atreva a andarlas porque los caballos se ahogan de sed.”

Nessa estação, os pastos são altos na região Ocidental, principalmente ao norte; já no Oriente, os trajetos inundados são imensos, compostos por grandes árvores.

A hidrografia da região têm como rios principais dois afluentes do rio Paraguai: o Pilcomayo e o Bermejo; e um afluente do rio Paraná, o Salado.

Segundo José Jolis (1973, p.63), o rio Pilcomayo é o terceiro maior rio do Chaco, após o Paraguai e o Paraná. As informações do jesuíta sobre o Pilcomayo retratam um rio de trajetória sinuosa, formando muitas lagunas. Em diversos trechos desse rio aparecem emaranhados de raízes, conhecidas como Aguapé.

Jolís chama a atenção para a quantidade de lagos existentes na região, destacando o lago Caimán, grande e profundo (distante 10 léguas ao sul do Rio Grande). Ficou assim conhecido devido aos grandes animais “de dos o tres pies de largo, gordos de seis o siete dedos” que ali habitavam (Jolís, 1973, p.72).

A vegetação é bastante diversificada, tendo em sua composição: campos, bosques de palmeiras, árvores espinhosas e plantas típicas de áreas alagadiças. Neste ambiente destaca-se a palma típica da área chaquenha, o Caranday (*Copernicia cerifera*), principalmente nas planícies e no curso do rio Paraguai.

Quanto a esse fator, o religioso ressalta:

“Los pastos son en consecuencia, altísimos y verdequeantes en las regiones Occidentales especialmente del Norte, Oriente y en todos esos inmensos trayectos inundados por ríos; los árboles también son muy frondosos y gran parte de ellos jamás se despojan de sus hojas, que siempre se conservan verdes en muchos lugares y forman una hermosa y perpetua primavera enriquecida en épocas oportunas por las correspondientes frutas de Algarrobas, Higos de India de varias clases, de Cardones y mucha más (...)” (Jolís, 1973, p.85).

Adrián Fernández Cornejo (apud De Angelis, 1970, T.VI, p.460-61) foi o responsável por uma expedição empreendida ao Chaco a partir do rio Bermejo, no ano de 1790 e observa:

“Por todo el Chaco va formando el Bermejo hermosas vegas, particularmente hasta las reducciones, desde donde corre más estrechado de barrancas:afuera se ven hermosos campos, de muy buenos pastos, y algunos montes altos de variedad de arboledas: se conoce que en sus crecientes se derrama a los campos por madejones que tiene, donde forma lagunas que abundan de pescados.
Hállanse las márgenes del Bermejo pobladas de innumerables indios, particularmente de la banda oriental; ya sea porque los terrenos sean mejores y más abundantes de caza, o por considerarse más seguros de nuestras invasiones.”

A partir do início do século XVIII, pelo que apresentam as fontes investigadas, a tendência do grupo Payaguá é expandir o espaço de mobilidade.

As migrações objetivando as extremidades norte do rio Paraguai e suas áreas adjacentes, principalmente da margem oriental, leva-os ao ambiente inundável formado pelo Pantanal.

Perfazendo uma superfície a grosso modo de 400 quilômetros de extensão por 250 de largura (Moura, 1943, p.7), o Pantanal é formado por parte do território dos atuais Estados brasileiros de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e por porções menores de terras pertencentes à Bolívia e ao Paraguai.

O termo pantanal é utilizado nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul para indicar uma das maiores planícies de inundação.

O pantanal matogrossense possui extensão aproximada de 139.111 km², situado na Bacia do Alto Paraguai (ver Figuras 16 e 17).



Figura 16. Vista parcial do rio Paraguai na altura do município de Ladário, MS (Foto de Marcus V. Beber).

O clima é do tipo tropical sub-úmido e é influenciado pelos movimentos de massas de ar. Possui duas estações distintas: uma, seca (de maio a setembro); nessa época (de vazante) as águas que haviam alagado a região retornam aos rios; e outra, chuvosa (de outubro a abril). No período das cheias, o volume dos rios aumenta consideravelmente, perpassando o leito. O transbordamento das águas inunda a região, provocando as enchentes.

Conforme Adamoli (1986a), há uma alternância de anos muito chuvosos e relativamente secos.



Figura 17. Vista parcial do rio Paraguai na altura da localidade de Morrinhos, município de Corumbá (travessia da balsa) (Foto de Marcus V. Beber).

Na primavera-verão as temperaturas podem variar entre 30° e 35° C; já no inverno, as médias mínimas são superiores a 14° C (Magalhães, 1992).

De dezembro a maio/junho, a umidade do ar se mantém acima 76%; no norte da região, a umidade relativa do ar é superior a 80%; no período de março e nos meses de fevereiro e março chega a 84% (Oliveira, 1996, p.23). As precipitações alcançam médias de 1.500mm (NE) a 1.200mm (S) e 800 a 900mm (NW), ocorrendo a descarga máxima em fevereiro, e a mínima em agosto ou setembro (Oliveira, 1996, p. 23).

No século XIX, Hércules Florence (apud Sganzerla, 1992, p.95) sobre o pantanal:

“se nos fosse dada a emissão de apresentar pessoalmente a você o Pantanal, iríamos pedir-lhe que levasse consigo o seu alforje munido com bermuda e roupas de lã, seu poncho de leite de mangaba, seu chapéu de

palha de carnaúba, seu porongo de água fria, sua cuia de mate quente e seu sapicoá de guaraná porque na caminhada iríamos pegar sol de rachar, frio de tremer, água de nadar, sede de gemer, vento de secar e chuva de encher.”

Em termos hidrográficos, a imensa área alagadiça do pantanal está sob a influência do rio Paraguai. Também contribuem para a formação do pantanal os rios: Cuiabá²⁷ (e seus afluentes São Lourenço²⁸ e Piquiri), Taquari²⁹ (e seu afluente Coxim), Miranda (e seu afluente Aquidauana)³⁰ e Apa³¹.

A heterogeneidade da flora do Pantanal chama a atenção para a riqueza de sua vegetação. Segundo mapeamento de Loureiro Lima & Fonzar (1982), essa vegetação pode ser distribuída da seguinte forma: Savana (Cerrado) - predominantemente em solos arenosos das áreas alagáveis, é de pequeno porte, plantas isoladas ou agrupadas; Savana estépica (vegetação chaquenha) - caracterizada geralmente por plantas lenhosas e espinhosas; Floresta Estacional Semidecidual - apresenta-se de forma descontínua e restrita à floresta de galeria e a pequenas faixas de vegetação de terraço, onde os solos são mais férteis; Floresta Estacional Decidual - varia conforme a estacionalidade climática; possui características do grupo anterior.

Pedro de Moura (1943, p. 8-9) menciona sobre a vegetação do pantanal:

“(...)de várzeas limpas, com gramíneas formando um contínuo atapetado verde, aqui acolá, em alguma ligeira depressão cercando lagoas dispersas. A vegetação do Pantanal é botanicamente variada (...). Manchas de matas, em partes mais altas, mais antigas geologicamente que o aluvium

²⁷Via de deslocamentos dos indígenas, no século XVIII foi utilizado pelos bandeirantes. Na época das chuvas formam-se quedas de grande volume de água corrente.

²⁸Seu primeiro nome foi Porrudos. Serviu de caminho para jesuítas e bandeirantes e de área de deslocamentos para os índios. Fornecedor de grande variedade de peixes, tartarugas, lontras e jacarés.

²⁹Afluente do rio Paraguai, era de grande interesse no século passado. Fazia a via de ligação entre São Paulo e Cuiabá.

³⁰O rio Miranda, afluente do rio Paraguai, recebeu no início da colonização outros nomes como Itatim, Guaxis, Mbotetey, Marrecos e Mondego. Quiroga (apud De Angelis, 1970, T. VI, p.69) escreve que “En las grandes crecientes bajan por el Mbotetey muchas tacuaras, o cañas muy gruesas, arrancadas de sus márgenes (...)”.

³¹Faz limite entre o Brasil e Paraguai, tem aproximadamente 400 km.

(...). Touceiras de aguapés debruam as margens dos canais dos rios, onde também existe mata ciliar nas ribanceiras um pouco mais altas.”

A fauna é considerada por Magalhães (1992) um dos maiores conjuntos de espécies animais do mundo, onde constam variedades de mamíferos, répteis, aves, crustáceos, moluscos, peixes e insetos.

No presente capítulo, fizemos a tentativa de localização das áreas habitadas pelos Payaguá e a caracterização do ambiente por onde se deslocavam esses indígenas. No próximo capítulo olharemos a organização espacial.

Nossa análise procurará apresentar os tipos de assentamento, as estruturas de habitação, de combustão e funerárias utilizadas pelo grupo. Acreditamos que as informações quanto à produção cultural dos Payaguá possa enriquecer as pesquisas arqueológicas, principalmente as da área pantaneira, fornecendo subsídios para comparação e para identificação de sítios arqueológicos.

4 ASSENTAMENTOS E ESTRUTURAS

“Por la ferocidad de estos selvajes, y sus celadas y acechanzas, como por la inestabilidad de su paradero, ha sucedido que se imposibilitaron las misiones entre los indios del otro lado del río, por lo demás, gente docil, y dedicada a la agricultura. Se han hecho toda clase de tentativas por nuestros Padres, para ganarse la voluntad de los payaguáes, por medio de doncellas y otras señales de benevolencia, para facilitar a lo menos el paso por el río, y para poder instruir en la religión cristiana los indios del otro lado (...)” (CA-IAP (b), p. 47).

Nosso estudo sobre os assentamentos Payaguá e suas respectivas estruturas está restrito a dados extraídos das fontes escritas pertinentes. Apesar de limitadas, as informações possibilitam o enriquecimento das pesquisas arqueológicas em andamento no Pantanal Mato-grossense, além de proporcionar subsídios para interpretações quanto a adaptação ecológica, bem como da construção cultural dos grupos indígenas nessa área.

Faz-se fundamental apresentarmos os conceitos sobre assentamento conforme o entendimento de Chang (1976) e Trigger (1968), os quais respaldam nosso trabalho.

Para Chang (1976, p.50-53), assentamento pode ser entendido como:

(...) una unidad arqueológica, analítica e históricamente significativa, sobre cuya base se realizan los análisis y comparaciones de las culturas prehistóricas y las historias culturales. Esta unidad se encuentra en un “estado estacionario” y ocupa una área significativa, extendiéndose también en un microtiempo significativo. (...) las características de un asentamiento arqueológico (...) incluyen artefactos, otras pruebas de ocupación humana y su contexto de deposición. Un asentamiento arqueológico se define como la

unidad arqueológica que posee dados tales como su contenido, con una dimensión temporal y una espacial que delimitan un estado estacionario.

Trigger (1968, p.68) compreende que o assentamento “é o ponto de partida estratégico para a interpretação funcional de culturas arqueológicas, onde é refletido o ambiente natural, o nível tecnológico no qual aqueles “construtores” estavam operando e várias instituições de interação social, mais o controle pelo qual era mantida a cultura”.

Procuramos nessa elaboração associar a dinâmica da utilização do espaço, através dos assentamentos e sua relação ao ambiente habitado e à sua sazonalidade.

4.1 Tipos de Assentamentos

Canoeiros por excelência, os Payaguá não possuíam assentamentos fixos, característicos de grupos sedentários.

A escolha de locais para assentamentos certamente estava concatenada à obtenção da subsistência. Relacionados a isso estão dois aspectos fundamentais para compreender a ocupação dos assentamentos pelos canoeiros: a sazonalidade (período de cheias e vazantes) e a mobilidade fluvial. Os assentamentos também poderiam estar associados às possibilidades de defesa e de contactos inter-étnicos, o que provavelmente influenciavam, em um plano secundário, a seleção de locais para ocupação.

A instabilidade da moradia ou a ausência da casa-aldeia na visão simplista (e preconceituosa) européia era entendida como um entrave a subjugação desses indígenas, principalmente para o ensinamento da doutrina religiosa colonizadora.

"Otro no pequeño motivo los retare de ser cristianos, y es que esta nacion es vagabunda, no estando jamas firme en algunos dias en un lugar, hoy estan en tierra firme, y mañana en alguna isla; ni pueden de otra suerte

vivir, porque, sustentandose con caza y pesca, no se puede hallar siempre esta en mismo lugar (...)” (Diário apud De Angelis, 1955, V. VI, p.21.).

Contrariando essa ótica superficial da cultura indígena, as informações contidas no registro abaixo exemplificam a manutenção de estratégias de adaptação a um ambiente diversificado que exigia uma organização complexa, a qual abarcava vários elementos culturais.

“(...) y los naturales del río, cuando el agua llega encima de las barrancas, ellos tienen aparejadas unas canoas muy grandes para este tiempo, y en medio de las canoas echan dos o tres cargas de barro, y hacen un fogón; y hecho, métese el indio en ella con su mujer e hijo y casa, y vanse con la creciente del agua donde quieren, y sobre aquel fogón hacen fuego y guisan de comer y se calientan, y así andan cuatro meses del año que dura esta creciente de las águas; y como las aguas andan crecidas, saltan en algunas tierras que quedan descubiertas, y allí matan venados y antas y otras salvajinhas que van huyendo del agua; y como las aguas hacen repunta (yemas) para volver a su curso, ellos se vulven cazando y pescando como han ido, y no salen de sus canoas hasta que las barrancas están descubiertas donde ellos suelen tener sus canoas (...)”³² (Cabeza de Vaca, 1982, p.242).

O relato de Ulrich Schmidl (1923, p.68) indica o estabelecimento dos Agaces-Payaguá, no século XVI, nas proximidades do rio Bermejo. Informa que a expedição de Ayolas confrontou-se com os Agaces (Aigeiss) em área banhada pelo rio Bermejo (Ypedy). Consta que foram atacados e travaram guerra com os indígenas, os quais ocultaram a “sus mujeres y hijos y alimentos (...)”.

³²Oliveira (1996, p.74 e 75) em *Guató, Argonautas do Pantanal* analisando os dados contidos em Cabeza de Vaca, aponta como provável que a referência supra citada faça alusão aos canoeiros Guató, os quais, segundo o autor, habitavam nas proximidades do Puerto de los Reyes. No entanto é importante enfatizar que os grupos canoeiros como os Payaguá, os Guató e os Guasarapo, habitavam o mesmo ambiente, dividindo-o e disputando-o, e apresentavam muitas semelhanças culturais (v. er Figura 22, Capítulo 3, nesta dissertação).

Cabeza de Vaca (1893, T.LVI, p.228) e Martínez de Irala (apud Machain, 1939, p.446), no mesmo século, indicam a presença dos Agaces, no rio Paraguai, habitando nas proximidades de Assunção.

A área formada pelo rio Bermejo e arredores de Assunção, pode ser vista como espaço de assentamentos Payaguá, estabelecendo o território meridional da etnia no rio Paraguai.

A documentação etno-histórica atesta a presença Payaguá nesse raio de ação, desde os primeiros contatos com os europeus (século XVI) até o final do século XVIII.

O interesse na manutenção de assentamentos nessa região pode ser explicado devido à proximidade à Assunção, local que servia para trocas intertribais e que tornou-se muito promissor após a chegada dos colonizadores com seus produtos.³³ Tendo o rio Bermejo como referência podemos indicar que esse(s) assentamento(s) estavam situados em área chaquenha.

O Alto-Paraguai pode ser visto como o espaço selecionado pelos Payaguá, para estabelecer os assentamentos setentrionais, na área delimitada nas proximidades do Porto de Candelária³⁴.

Nos Comentários de Cabeza de Vaca (1893, T. LIV, p.276) é registrado sobre a localização:

“Aos 12 de Outubro xegámos ao porto de Candelária, que faz parte do território dos Paiaguás. O capitão João d’Aiólas fizera sua entrada n’este porto acompanhado dos Espanhóes do seo comando. Ahi deixou Domingos d’Irala para o esperar até o seo regresso com os bergantins, que trouxera; mas quando regressou, já não axou, e ali os esperou por 4 mezes, sofrendo n’este intervalo muita fome”.

³³No capítulo que trata da subsistência, apresentamos a importância das trocas intertribais para os Payaguá como forma de obter alimentos complementares à subsistência. No item “Pilhagem”, trabalhamos a questão do comércio pacífico ou não executado por esses indígenas.

³⁴A discussão sobre a localização de Porto de Candelária é apresentada no Capítulo 3.

Baseando-nos na informação supra citada, podemos perceber que o local em que Irala se manteve à espera por Ayolas, e onde este, posteriormente, permaneceu por quatro meses, poderia ser visto como área escolhida pelos Payaguá para estabelecer seus assentamentos mais estáveis (ao norte do rio Paraguai), cuja estabilidade se daria por um espaço temporal envolvendo meses, sendo provável que a permanência estivesse associada ao período de inundações e vazantes do ambiente.

Outro aspecto que reforça a possibilidade de o assentamento possuir um caráter mais estável é a permanência de componentes da expedição (ao que parece formando um grupo numeroso) junto aos indígenas, aguardando o retorno de Ayolas.

Quanto a esse fato, a antropóloga Branislava Susnik (1978, p. 103-104), escreve:

“La presencia prolongada de los Españoles impedía el libre movimiento de los Payaguáes; las violencias propias de la soldadesca rompían el pacto de alianza; la presencia de los acompañantes guaraníes dio origen a la suspicacia y recelo interétnico; el continuo abastecimiento con productos de caza y pesca ya perdía su atractivo al carecer los Españoles de elementos de trueque, símbolo fundamental de una verdadera amistad y alianza.”

O Porto de Candelária e suas adjacências formariam o território setentrional dos Payaguá onde eram estabelecidos os assentamentos, o qual é inserido na região pertencente ao atual Estado do Mato Grosso do Sul. A partir desse espaço ocupado, os indígenas deslocavam-se em migrações ao norte em direção à laguna Mandioré³⁵, local de trocas intertribais e de coleta do arroz (*Oryza latifolia*).

Susnik, em *Etnohistoria de los Chaqueños* (1981, p.116), observa a importância das águas do Alto-Paraguai para os Payaguá:

³⁵Arce (século XVIII) (apud De Angelis, 1955, V. VI, p.28), apresenta aspectos geográficos importantes do ambiente próximo a Mandioré: “El día 17 de dicho Mes de Ouctubre llegamos a la boca de dha Laguna Mandioré (...). La qual esta entre cerros altos y empinados, a la parte del poniente. Ella es muy dilatada, mas su

“Dos caciques, Jarechacú y Arapichiguá, recorrían el curso del Alto R. Paraguay, vigilantes a la presencia de nuevas embarcaciones y en busca del botín, mientras el grupo del cacique Yacayrá levantó un asiento provisorio en la desembocadura del R. Jejuí, donde abundaban árboles “timbó”, necesarios para la fabricación de canoas; durante esta tarea coletiva, no hesitaban los parciales a acercarse a los asientos mbayáes o guaná-chanés y simplemente robar sus cultivos”.

Ao que tudo indica, o Porto de Candelária prossegue ao longo do anos, perpassando pelos séculos XVI, XVII e XVIII, sendo área dos Payaguá.

“ La parcialidad norteña de los Sarigués siempre imponía su dominio fluvial en la zona altoparaguayense; sus relaciones interétnicas con otras tribus atestiguan el rol específico de los canoeros evuevis, cuyo prestigio aumentaba por su “comunicación”- hostil o pacífica -, con los “españoles de Asunción”, el centro de una posible adquisición de “hierro-adornos” antes de la formación socioeconómica mattogrossense de los Portugueses (...)” (Susnik, 1981, p.115).

Ressaltamos que a manutenção dos domínios no Alto-Paraguai é fundamental a partir do século XVIII, quando o grupo se reorganiza, voltando seus ataques aos portugueses da região das minas de Cuiabá. A partir dessa reorganização, o raio de ação dos Payaguá expande-se para muito além das proximidades de Candelária. A documentação histórica³⁶ apresenta a expansão desses indígenas por toda a rede fluvial (rio Porrudos, Taquari, Cuiabá, entre outros) formadora da área alagadiça do pantanal mato-grossense.

As fontes documentais³⁷ indicam que os Payaguá, como canoeiros por excelência usufruíam da ampla área entre os territórios norte e sul, estabelecendo seus assentamentos em

boca o entrada es como un mediano rio caudaloso, y está entre dichos cerros; y por esso es facil acertar con ella (...)”

³⁶Os registros contidos em Campos (1862, p.441), Camello (1863, p.495) e Rolim (1866, p.492) informam sobre a ameaça Payaguá na região das minas de Cuiabá, conforme citações apresentadas no capítulo três.

³⁷Fazemos referência a documentação citada no capítulo três, que trata do espaço ocupado pela etnia. Dentre essa, destacamos as Cartas Anuas do ano de 1614, de 1632 a 1634, a de 1644 e a Carta Anua de 1658 a 1660.

locais diversos, adaptando-se à sazonalidade do ambiente que habitavam. Os assentamentos poderiam ser divididos em estáveis (que obedeceriam o período de cheias e vazantes) e temporários, os quais poderiam durar uma noite ou alguns dias, conforme o interesse do grupo.

No século XIX, os Payaguá perdem definitivamente a autonomia de canoeiros e possuem o espaço de circulação e deslocamento reduzido ao rio Paraguai, dentro dos limites do Estado Paraguaio. Seus assentamentos tornam-se fixos, limitados a localidades próximas à Assunção, como Chacarita, Lambaré e Remanso Castillo, determinadas pelo governo do Paraguai.

4.2 Estruturas de Habitação

As informações quanto ao tipo de habitação utilizada são escassas.

Ulrich Schmidl (1904, p.176-177), século XVI, menciona que os Agaces foram surpreendidos nas suas casas quando atacados por Ayolas. Registra que todos os “pueblos” que puderam encontrar foram queimados. O explorador alemão não fornece elementos que possibilitem uma caracterização das moradias, entretanto, deixa implícita a idéia dos indígenas distribuírem-se em várias habitações (possivelmente pequenas), talvez uma unidade por família.

Referindo-se aos canoeiros o intérprete Lengua, guia de Cabeza de Vaca na expedição pelo rio Paraguai, informa que “transportariam para mais longe suas habitações (...)” (1893, T. LIV, p.277). Provavelmente as habitações mencionadas fossem abrigos provisórios, de fácil funcionalidade (montagem e desmontagem) e de material leve.

Na relação da viagem pelo rio Paraguai de Assunção até o lago Xaraiés, empreendida em 1703 e redigida em 1713 pelo padre Francisco Arce (apud De Angelis, 1955, T. VI, p.24),

consta o registro (fazendo alusão ao mês de agosto) de um local de boa madeira, próximo ao pescadeiro de Nossa Senhora da Fé (a duas léguas de Ipane), onde foi visto o cacique Yacayra, com 30 famílias, as quais abandonaram o local naquela noite, deixando muitas esteiras e vasilhas de cerâmica. A informação que faz alusão ao cacique “con su oficina” possibilita que apontemos o assentamento e suas respectivas habitações como provisório. Outro aspecto sobre o qual podemos inferir, é quanto às famílias. Possivelmente viajavam grupos aparentados, nesse caso, com intenção de produzir canoas. O acompanhamento das famílias pode mostrar que a atividade transcorria por dias ou semanas, sendo provável que fosse o tempo de ocupação do local e de manutenção das moradias.

No século XVIII, as referências quanto à habitação dos canoeiros são registradas de forma superficial e muito genérica. Labrador (1910, T.II, p.174) faz menção “al toldo” dos Payaguás que se encontrava em Assunção. O general D. Mathias de Anglés y Gortari informa ao Corregedor Do Potosi sobre o ataque ordenado pelo governador da Provincia del Paraguay, D. Diego de los Reyes, no ano de 1717, às “tolderías rancheadas”, dos Payaguá, próximas a Assunção.

D. Ignacio de Pasos (apud De Angelis, 1970, T. VI, p.127), no ano de 1790, comandando uma expedição pelo rio Paraguai, registra a informação oriunda do cacique, Payaguá Quaty, que informa a presença da toldería próximo ao río Corrientes, o Gualchié.

O toldo e a toldería, supra citados, provavelmente seriam habitações mais estáveis, as quais abrigariam por um tempo maior. A estabilidade delas estaria associada a sazonalidade e, possivelmente, aos interesses do grupo, como as trocas intertribais de produtos e alimentos e com o comércio junto à população de Assunção.

É importante ressaltar o fato de Pasos aludir a disposição da “toldería” em fileira. Quanto a esse aspecto Susnik (1982, p.116 e 117) escreve, respaldada em dados extraídos de

Juan Francisco Aguirre (século XVIII) que “la disposición de chozas de esteras es lineal, formando entre sí una calle-plaza”, indicando essa organização para as casas dos Payaguá.

A investigadora percebe na área habitada pelos “Guaycurú”, incluindo os Mbayá, Abipon, Mocoví, Toba e Payaguá, a uniformidade na estrutura habitacional, “las chozas de esteras” (Susnik, 1982, p.103).

A descrição de Félix Azara (século XVIII) é a que melhor caracteriza a habitação Payaguá:

“Para construir sus habitaciones calavam 3 ó 5 horquillas paralelas, la más alta para cavalete (caballete) de 2 y media varas (2,09 metros) y las demás en disminución: enfrente de éstas clavan otras tantas iguales y paralelas. De cada una á su correspondiente tienden una caña gruesa (Tacuara) y sobre éstas esteras de juncos, no tejidos sino unidos por su longitud: y he aquí un toldo donde se acomodan de 15 á 20 personas: pegado á él por su longitud ponen otros y queda hecha la toldería abierta por los costados. Cuando hace frio ponen otras esteras verticales en el lado que conviene.” (Azara apud Schmidt, 1949, p.200).

Para Max Schmidt (1949, p.201), a descrição fornecida por Azara permite entender que as habitações Payaguá assemelhavam-se às dos Guaikurú, descritas pelo jesuíta Labrador.³⁸ As esteiras serviam de teto e paredes (coincidindo com a dos Guaikurú); sendo provável que os Payaguá as utilizassem no interior da habitação.

Segundo Schmidt, a Payaguá Maria Dominga Miranda, que trabalhou como informante para a elaboração do seu estudo sobre a etnia, recordava do uso de esteiras, nos toldos, dando mostras da manutenção das construções habitacionais até período mais recente.

³⁸Herberts (1998, p.92-93) em seu estudo sobre os Mbyá-Gaikurú, transcreve de El Paraguay Católico, (1910, T. I, p.268-273) as ricas informações fornecidas pelo jesuíta Labrador e tece comentários relevantes sobre a habitação desses indígenas.

No tocante ao interior, Azara coloca que o solo era coberto por couros, não existindo redes. Aponta a presença de utensílios produzidos à partir da cabaça e vasilhas de barro.

Quanto à montagem e desmontagem das casas, o autor indica a tarefa como sendo de responsabilidade feminina (1923, p.75).

O médico francês Alfred Demersay (apud Moura, 1984, p.427), que esteve no Paraguai no período de 1844-1847, registrou sobre a habitação Payaguá:

“Leur hutte principale, élevée sur le bord du fleuve, consiste en une grande case allongée, haute de trois à quatre mètres, faite de bambous placés sur des fourches et que l’on a recouverts de nattes de jonc non tressés.”

Demersay confirma a informação de Azara quanto ao interior ser revestido com couro, acrescentando serem de jaguar ou de capivara.³⁹

Augusto Leverger (1862, T. XXV, p.241) registra no ano de 1846 que na praia de Assunção estão assentadas famílias Payaguá, as quais “habitam em miseráveis e immundas choupanas levantadas na borda do rio e cobertas de couro (...)”.

As habitações dos canoeiros payaguá eram condizentes com as necessidades do grupo, ou seja, estavam associadas à sazonalidade e mobilidade exercida pelo grupo. Ao contrário de grupos sedentários, os Payaguá não habitavam em casas aldeias, possivelmente montavam abrigos provisórios, que os protegiam das intempéries da natureza e casas permanentes, de caráter mais duradouro, talvez seguindo os mesmos padrões de construção do abrigo provisório.

4.3 Estruturas de Combustão

³⁹“Des dépouilles de jaguars, de capivara, étendues sur le sol, servent de lits; des armes, des utensiles de pêche et de ménage sont accrochés aux perches qui soutiennent la frêle toiture de l’habitation, ou gisent pêle-mêle avec des vases de terre quelque coin.” (apud Moura, 1984, p.427).

Quanto às estruturas de combustão não constam dados nas fontes investigadas. Contamos somente com o registro de Azara que indica a forma de fazer fogo utilizada pelos Payaguá, cujo método é o de fricção rotativa⁴⁰.

“Sabén también encender fuego sin piedra de chispa, como todos los otros indios. Para este efecto hacen dar rápidamente vueltas a un pedazo de palo, del grueso de un dedo, que hacen entrar por un extremo en otro pedazo agujereado al efecto, y le dan un movimiento como el de un molinillo de chocolate, hasta que este movimiento, reiterado, produce un polvo semejante a la yesca inflamada.” (1923, p.75 e 76).

4.4 Estruturas Funerárias

Sobre a(s) forma(s) de sepultamento(s), os dados históricos são restritos ao século XVIII e XIX.

As fontes que tratam sobre os sepultamentos fornecem informações importantes, principalmente quanto ao comportamento dos indígenas em relação ao funeral, no entanto, não oferecem dados suficientes para respaldar inferências sobre a forma de sepultamento e a sua associação à dinâmica de assentamento do grupo.

A descrição de José Sánchez Labrador, a qual corresponde ao ano de 1764, é a mais antiga de que dispomos e a que melhor informa sobre o sepultamento Payaguá.

As informações legadas em El Paraguay Católico (1910, T.II) são oriundas da escavação realizada pelo jesuíta em um enterramento.

“Enterramiento de los Payaguás - La primera cosa que picó la curiosidad fué la diabólica tierra en que los infieles Payaguás entierran á sus difuntos, y ellos chaman iglesia, hurtando el nombre a los templos de los

⁴⁰Classificação segundo Cooper (1986, p.109).

cristianos. Está colocada en un pequeño bosque pero muy espeso á la entrada llamado Ypequá, nido de patos.

Por tierra dista muy poco de un presidio que tiene el nombre Arecutacuá, ó habitación de recanujos. Por donde entramos había un cañaveral de cañas bravas, que con sus garfios sacaban á la ropa el pasaporte: tenía de largo como cien varas. Al fin de este cañaveral había unos cinco ó seis árboles corpulentos y altos en proporcionada distancia uno de outro. Al Sur está la barranca del río bastante alta. Debajo y á los lados de dichos árboles, estaban las sepulturas, de una vara en cuatro cada una” (Labrador, 1910, T. II, p.93)

Conforme Schmidt (1949, p.213), que analisa a documentação histórica, a escavação realizada, ocorreu aproximadamente a duas léguas acima do antigo presidio de Arecutaguá⁴¹, no local denominado antigamente de Ipequá, atualmente chamado de Emboscada.

O registro do missionário, deixa nítido que os locais escolhidos para servirem de cemitério, eram elevados, não inundáveis e com vegetação bastante densa. Podemos conjecturar que os Payaguá os estabelecessem em lugares específicos, próximos aos locais de assentamento, utilizando-os também como forma de indicar o espaço (ou domínio) do grupo.

A descrição segue, apresentando a posição do morto no sepultamento:

“La profundidad es cuanto basta para que entre un cadáver en postura de sentado, recogidas las rodillas y brazos como a quien está en cuclillas. No echan mucha tierra encima, aunque se cubre con ella el cuerpo. No lo pisan ni la apietan” (Labrador, 1910, T. II, p. 93).

Conforme Labrador (1910, T. II, p. 93), as armas pertencentes ao morto eram colocadas no lado externo do sepultamento. Registra ainda a presença de “una estera de enea, que aquí llaman totora, y un cobertizo de la misma”, colocados sobre o sepultamento. Sobre as esteras eram dispostos “unos cántaros de varias figuras y grandeza. Unos parecen campanas, pero iguales en el vuelvo de la concavidad, y en lugar de asas, en unos hay como

una hacha y en otros como una mano de almirez. Los más tenían unos dibujos negros sobre campo blanco (...). Debaixo dos cântaros grandes havia “dos ó tres chicos de la misma forma” e em todas as sepulturas constava “un cántaro con tres agujeros, uno à un lado, otro en medio y otro en el fondo”.

Quanto às esteiras e à cerâmica, o autor escreve:

“Acaso en la imaginacion obscurecida servirá aquélla para, que el alma se siente sobre su corpo, cuando fatigada de la pesca, se retira á la iglesia, y el cobertizo templará los ardores de sol y las otras incomodidades, guareciéndose á su sombra una alma andariega. Como el cansancio en los paseos puede fatigar á los espíritus Payaguás, acostumbrados en su vida mortal á sus canoas, para que la sed no les aqueje, ponen sobre la estera unos cántaros (...)” (Labrador, 1910, T. II, p.93).

O trecho acima citado leva-nos a inferir que a crença na vida após a morte os impelia a colocar junto ao sepultado os pertences pessoais, além de objetos necessários no cotidiano, como as esteiras e as vasilhas de cerâmica, importantes na sobrevivência diária.

Tratando do sepultamento dos Payaguá, Susnik (1983, p.57) destaca a presença das cerâmicas de “verdadero carácter funerario” com três furos “en el fondo, en el medio y en el cuello” explicando as perfurações como forma do morto “ver el sol, sentir el viento y también otear el río como lo hacía en la vida”.

Outro registro do qual dispomos é o de Félix Azara (final do século XVIII). As informações fazem referência ao mesmo local registrado por Labrador. Entretanto, não estão respaldadas no acompanhamento ou na execução de um trabalho de escavação, mas se limita à observação do local.

⁴¹Pasos (apud De Angelis, 1970, T.VI, p.97-98)) em 1790, relaciona a existência de “islas” nas proximidades de “la Guardia de Arecutacué”, registrando “que han sido varias, son de poca altura; muchas en las crecientes quedarían anegadas, y algunas otras algo elevadas con espeso bosque tacuaral o sauces.”

Em *Geografía Física y Esférica de Las Provincias Del Paraguay*, Azara registra o enterramento⁴² da seguinte forma:

“el de los Tacambú está dentro de un bosque pegado á la orilla del Rio Paraguay poco más arriba del Presidio de Arecutaguá (hoy llamado Emboscada), allí enterraban antes sus difuntos en pié dejando fuera la cabeza cubierta con una olla de barro; pero como los tigres se los comiesen hoy los entierran enteramente con sus flechas y pequeñas alhajas. Tienen mucho cuidado de barrer el cementerio, aserarlo y arrancar las yerbas, cubriendo los sepulcros con toldo de esteras, y poniendo encima multitud de campanas de barro unas dentro de otras.” (Azara, 1904, p.357).

Em *Viajes Por La America Meridional*, o autor coloca:

“Apenas muere un payaguá, las viejas lo envuelven, con sus adornos y sus armas, en su manta o camiseta, y la familia alquila un hombre para llevarles al cemiterio. (...) Aun hace mucho tiempo enterraban sus muertos sentados, con la cabeza fuera de la fosa, pero cubierta con una gran campana o pote de barro cocido. Han aprendido de nosotros a enterrarlos enteramente en toda su longitud, cosa que hacen de miedo de que los tatuejos y los cerdos selvajes devoren los cadáveres, como antes sucedía (...)” (Azara, 1923, p.83).

As informações de Azara, em parte, estão contempladas em Labrador. A essas são acrescentadas a presença de toldos sobre os sepultamentos e a mudança na forma de posicionar o morto, alterando a postura de fletido (com os joelhos e braços recolhidos) para a de decúbito dorsal. Tais alterações poderiam ser resultado da incorporação de costume alheio à cultura tradicional do grupo, talvez uma consequência do contato com outros grupos indígenas ou com a sociedade colonizadora.

Conforme Félix Azara, os homens não lastimavam a perda do morto. O sentimento estava restrito às mulheres, as quais pranteavam dois ou três dias o finado, caso fosse marido

⁴²Azara faz referência aos Tacambú que seriam pertencentes à tribo sul dos Payaguá, ou seja, os Agaces.

ou pai. A morte ocasionada por inimigos ou homens de reputação, gerava uma lamentação mais prolongada, neste caso as mulheres choravam dia e noite dando voltas em torno do “pueblo” (1923, p.83).

As informações correspondentes ao século XVIII permitem apontar o sepultamento Payaguá como sendo do tipo primário, ou seja, direto no solo, podendo o morto ser enterrado amortalhado em uma espécie de manta ou em uma esteira. As alterações culturais sofridas pelos Payaguá ao longo dos anos, principalmente a partir de meados do século XVIII evidencia-se gradativamente. Como exemplo, temos o registro de D. Ildefonso Antonio Bermejo⁴³, século XIX, o qual expõe alterações comportamentais sofridas com a incorporação à sociedade paraguaia e sua conseqüente influência.

“Bajé a la Ribera (en la ciudad de Asunción) y en una explanada solitaria, y entre dos canoas tumbadas, alumbrado por una iménsta fogata, estaba estendido el cadáver de un indio, y á su lado derecho vi un puchero de barro cuyo objeto me indicó que tenía alguna significación, y se lo pregunté al indio Miguel, á quien yo conocía de antemano, y al cual encontré mas despejado, porque sus compañeros y sus compañeras estaban totalmente embriagados y tendidos en el suelo dando terribles aullidos... Según me referió Miguel, Telesforo (el indio difunto) había muerto de una borrachera que tomó de aguardiente de quemar...(...)cuando le vieron en la agonía corrió Miguel á la Asunción, llamó al cura de la Encarnación, que batizó inmediatamente al moribundo y le dió después los últimos auxilios espirituales, según práctica católica, y espiró momentos después. Pregunté le á Miguel, cómo Telesforo destinta creencia habia buscado en sus últimos momentos socorros espirituales de los sacerdotes del Dios verdadero si era que se había convertido y había pedido el paciente este socorro en su agonía y me habló Miguel en esta sustancia: “Siempre que llegan nuestros compañeros á este trance, reclamamos el auxilio del Dios de los cristianos, á fin de que puedan nuestros amigos ser conducidos en féretros y ser enterrados en vuestro cementerio, porque despues de muertos todos somos compañeros.” Levantó en esto la cabeza el cacique, y dando un fuerte grito, que equivalía á decir alerta ó despertad, los indios y las indias allí reunidos, que ascendían á cincuenta, se pusieron de pié, y unos tras otros corrieron en derredor del cadáver y las canoas, dando desaforados aullidos á guisa de lamentación

⁴³Ildefonso Antonio Bermejo esteve no Paraguai durante a época do governo de Carlos Antonio Lopez (1840-1862).

estupida y exasperada. Cuando terminó la corrida, que duró unos diez minutos, se tiro contra el suelo el cacique y le imitaron los demás, y entonces el llanto no fué tan ruidoso y selvaje.

Miguel, que también había formado parte de los corredores, tornó á ponerse á mi lado, y le pregunté la significación que tenía el puchero que estaba al lado diestro del difunto, y me dijo que dentro de aquel puchero iba un pedazo de chipa, diez ó doce granos de maíz, un peso de plata y la cinta roja con que se sujetaba el cabello; añadiendo que el puchero y su contenido tenía que acompañar á Telesforo en la fosa...

Así sucedió. Vi un carro tirado por una mula (...)dentro del cual iba la caja con el cadáver del indio. Detrás iban sus parientes y deudos todos borrachos, dando tumbos y atronando la calle con sus gritos y lamentos, y así caminaron hasta llegar al cementerio.

Despues que dieron sepultura al difunto, los indios permanecieron aquel dia y durante la noche cerca del enterramiento(...)" (Bermejo apud Schmidt, 1949, p.215-216).

Em Bermejo há poucos indícios dos canoeiros autônomos de outrora. Elementos culturais são alterados de forma significativa: não possuem mais cemitério próprio, utilizam-se do caixão para instalar o morto e adotam o ritual do batismo cristão. Todavia, paralela a essas alterações, persiste a manutenção de aspectos culturais próprios, como a presença junto ao morto de pertences pessoais, bem como objetos importantes no cotidiano.

Correspondendo ao mesmo século, porém de um período posterior, temos o registro de Luis Jorge Fontana⁴⁴:

“Una noche despertamos a causa de unos gemidos lastimeros que llegaban de muy lejos; era que había fallecido un indio payaguá, y su familia y amigos lloraban. Estes gemidos, que se escuchaban con tanta claridad desde tres cuartos de legua, no se interrumpieron durante toda la noche; a la mañana siguiente nos trasladamos al campo de los payaguás y efectivamente ellos se ocupaban del entierro de un indio(...)Cuando saltamos de la embarcación pudimos notar que, después de la playa amarilla y donde empezaba el verde de la ribera, se levantaban algunos árboles, al pie de unos de los cuales dos indios ahondaban una sepultura, en tanto que cuatro más y algunas mujeres lloraban todavía, apoyada la cara en las

⁴⁴Fontana foi secretário de “Gobernación del Chaco”, no período de 1875 a 1884. Em 1875 acompanhou o governador Aurélio Díaz a uma viagem de exploração à foz do rio Pilcomayo, realizada no ano de 1875. O autor escreve que “Pasamos todo el día haciéndoles preguntas (aos Payaguá) y ordenando el vocabulario de su lengua, la más difícil de todas las de Chaco (...)”.

palmas de las manos, y todos rodeando un cadáver que se halla tendido en una estera de junco; aquel hombre muerto representaba cincuenta años, no tenía más vestituras que un pedazo de lienzo que le envolvía desde la cintura hasta las rodillas, se hallaba rígido, con los brazos naturalmente tendidos a los costados de su cuerpo, la cara hacia arriba, la boca ligeramente contraída y los ojos entreabiertos” (Fontana, 1977, p.131).

Bermejo e Fontana permitem entender que a lástima pelo morto envolvia a todos (homens e mulheres), contrariando Azara que limita a lamentação às mulheres. Quanto à forma de demonstrar o pesar com prantos, gritos e lamentos exasperados por tempo prolongado, parece expressar o sentimento de perda em meio aos Payaguá, característica cultural, pelo visto, mantida entre os indígenas.

Quanto à forma e ritual do sepultamento, os autores apresentam disparidade nas informações. É possível que as diferenças estejam associadas ao contexto histórico no qual se inseria a sociedade paraguaia. Talvez dependendo do governo, as regras impostas aos indígenas para viver junto à sociedade restringisse a pouca autonomia que restava, limitando costumes. Podemos conjecturar também que, no século XIX, os Payaguá estivessem assentados nas proximidades de Assunção, em localidades como La Chacarita e Remanso Castillo, encontravam-se em níveis diferenciados de aculturação⁴⁵. Seguindo essa perspectiva poderíamos compreender os aspectos culturais apresentados em Fontana, os quais assemelham-se a períodos mais remotos, como o de Labrador, segundo o qual o morto era sepultado junto a árvores, em locais isolados, sempre próximos da água, e que não são mencionados em Bermejo.

O historiador inglês Robert Southey em *História do Brasil* (1862, T. VI, p.216) transcreve de *Novo Orbe Seráfico Brazilico*, publicado em Lisboa em 1761, de autoria do frei

⁴⁵O emprego do conceito de aculturação está baseado no trabalho de Nathan Wachtel, *A Aculturação* (1987, p.142-172).

Antônio de Santa Maria Jaboatam, um costume indicado como pertencente aos Payaguá, de enterrar os idosos vivos:

"Soiã entre algumas d'estas hordas os homens pedir que os enterrassem vivos, quando cançados de viver por velhice, decrepitude, doença, ou mero tédio da existencia, enfermidade de espírito que ás vezes se encontrava entre elles como entre os membros devassos de sociedades corrompidas. Uma festa se fazia por estas occasiões. Entre folias e danças se cobria de gomme e se emplumava com grande cuidado o suicida. Soterrado estava ja de antemão um vaso enorme, n'elle o mettião, e fechada a boca com pezada tampa, cobria-se tudo de terra."

Faz-se fundamental ressaltar que a informação apresentada na obra de Southey não é encontrada em nenhuma das fontes investigadas para a elaboração deste trabalho, o que permite duvidarmos da prática desse costume em meio à cultura Payaguá.

Neste capítulo estudamos a ocupação do espaço, indicando as principais áreas de ação dos Payaguá. A seguir, apresentamos a exploração do ambiente, por parte da etnia, apontando o aproveitamento dos recursos provenientes da fauna e da flora, bem como as estratégias utilizadas por esses indígenas para promover a obtenção de alimentos e produtos necessários à manutenção dos grupos.

5 SUBSISTÊNCIA

(...) andan hechos corsarios por el río en canoas; saltan en tierra a hacer robos y presas en los guaranis, que tienen por principales enemigos, mantiénense de caza y pesquería del río y de la tierra, y no siembran (...)” (Cabeza de Vaca, 1962, p.34).

Os registros sobre a alimentação e as atividades correlatas constam na documentação histórica, porém de forma fragmentada. Apesar das limitações para um estudo mais aprofundado, conseguimos delinear uma visão da subsistência desses indígenas e das atividades relacionadas a ela.

Ao que tudo indica, a pesca pode ser vista como a principal atividade da população Payaguá, seguida da caça e da coleta. Os alimentos cultivados constavam na dieta desses indígenas, não significando, obrigatoriamente, que a prática do cultivo fizesse parte das atividades de subsistência. Poderiam resultar das pautas negociáveis com outros grupos através da troca, ou como produto de saque. A obtenção de mercadorias ou alimentos através da permuta ou do saque é mencionada nos primeiros registros sobre os Payaguá. A partir do século XVIII, devido à conjuntura colonial envolvendo portugueses e espanhóis em torno da disputa pela região das minas de Cuiabá, os Payaguá incluíram entre as mercadorias para comércio elementos como o ouro e o negro escravo, os quais passaram a ser comercializados principalmente com a população de Assunção.

5.1 Pesca

É muito provável que a pesca fosse a principal atividade de subsistência dos Payaguá, devido ao fato de serem canoeiros por excelência e habitarem um ambiente propício à prática da pesca que era executada no rio Paraguai e seus afluentes, bem como nas lagoas. "La pesca constituía el recurso subsistencial básico (...)" dos canoeiros-pescadores, afirma Branislava Susnik (1978, p.18), os indígenas se adaptavam, ao ciclo das águas com "crecientes y bajas".

A documentação histórica comprova a habilidade e a destreza dos Payaguá em meio ao ambiente fluvial, sendo apontados como uma nação que "(...) viven principalmente de la pesca en la cual son muy hábiles porque tienen sus paraderos a orillas de los lagos e ríos e nadan tan bien como los mismos peces" (Dobrizhoffer, 1967, V. I, p.445) ou como nação "verdadeiramente anfibia, porque igualmente vive en los dos elementos pareciendo peces de tierra y hombres del agua" (Lozano, 1873, T.I, p.102).

Baseando-nos na riqueza apresentada pelo ambiente habitado por esses indígenas e na habilidade deles em meio às águas do seu habitat, indicamos algumas espécies de peixes que poderiam ter sido exploradas pela etnia. Estas estão diretamente associadas à sazonalidade e à variedade existente na área de ação dos Payaguá, sendo algumas espécies mais frequentes em época de cheias e outras no período de seca.

As prováveis espécies exploradas, constantes na relação abaixo, são as comuns nas águas do Pantanal.

Nome Comum	Nome Científico
Bagre-mandin	<i>Pimelodus</i> sp.
Barbado	<i>Pinirampus pinirampu</i>
Cachara	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>

Cascudo	Loricariidae
Curimatá	<i>Prochilodus lineatus</i>
Dourado	<i>Salminus maxillosus</i>
Jurupoca	<i>Hemisorubim platyrhynchos</i>
Muçum	<i>Synbranchus marmoratus</i>
Pacu	<i>Piaractus mesopotamicus</i>
Pacubeva	Myleinae
Piava maduvô	Characidae
Piavuçu	<i>Leporinus macrocephalus</i>
Pirambeva	<i>Serrasalmus spp.</i>
Piranha	<i>Pygocentrus nattereri</i>
Piraputanga	<i>Brycon hilarii</i>
Sardinha	<i>Pellona flavipinnis</i> e <i>Triportheus angulatus</i>
Surubi	<i>Pseudoplatystoma corruscans</i>
Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>

Quanto à forma de pescar e ao uso da canoa nessa atividade, temos as seguintes informações: o jesuíta Martin Dobrizhoffer (1967, V. I, p.444) registra que os Payaguá

"usan para pescar solo una red muy pequeña, la atan cual cinturón en el bajo vientre y sostienen la otra con ambas manos. Ceñidos de esta manera saltan desde la orilla al agua. Si ven en el fondo algún pescado, le siguen nadando, lo rodean con la red que tratan de colocar debajo de su vientre y lo arrastran a la costa. (...) Pero si el agua es clara y diáfana, como en el río Salado, de modo que pueden ver los peces, los atraviesan a veces con una flecha, a veces con una lanza y también frecuentemente con un tridente de hierro (...)"

Susnik (1982, p.50), baseada em Azara, escreve:

“Pescan en las canoas, desde la tierra o nadando, usando flechas, una especie de arpón o pequeñas redes de pesca (...). Los pescadores se sientan en medio de sus canoas pequeñas monóxilas, dejándose llevar por la corriente del río; la lengüeta del arpón es separable; cuando los peces, Siluróides, especialmente, quedan heridos, se sumergen con el asta enclavada, pudiendo los pescadores tirarlos hacia la canoa o hacia la orilla y dando el golpe final con la maza o con el mismo remo”.

Segundo as investigações da antropóloga Susnik (1982, p.50-51), a prática da pesca com rede seria uma atividade individual dos “pescadores-nadadores”, destinada aos mais jovens que competiam e provavam a sua destreza. Quanto à realizada com arpão ou flecha, a autora a aponta como um trabalho de grupo, composto por dez ou mais homens, predominando em época de pesca abundante a divisão da atividade entre grupos domésticos.

A forma de pescar com anzol e linha, foi adotada somente no século XVIII (Aguirre apud Susnik, 1982, p.51). O anzol de ferro, quando adotado, era utilizado para a pesca destinada ao comércio e não para consumo do grupo.

Em localidades como Lambaré, Chacarita e Remanso Castillo, dividiam-se em pequenos grupos para executar a tarefa (Susnik, 1981, p.134). Estes locais estavam entre os preferidos dos Payaguá para pesca, bem como a confluência dos pequenos rios ligados ao rio Paraguai, onde a prática se realizava com flechas.

A habilidade desses indígenas é registrada por Rangger, no século XIX (apud Schmidt, 1949, p.218) que testemunhou um Payaguá executando a atividade com muita destreza, pescando cinco peixes, sem errar nenhuma das flechas.

Não se pode deixar de destacar a importância e a utilização da canoa em todas as formas de pescar dos Payaguá.

A partir de algumas elaborações, podemos acreditar na possibilidade de a prática da pesca ter sido realizada por núcleos familiares, as “canoas-famílias” (Susnik, 1978, p.96), que, na época das cheias,⁴⁶ deslocavam-se livremente para o Alto-Paraguai, muito provavelmente em busca de locais propícios para a obtenção de alimentos, dentre os quais não poderia deixar de constar a pesca.

A preparação do pescado para consumo estava sob cuidados masculinos; raramente as mulheres exerciam tal tarefa. Aguirre (apud Susnik 1982, p.89) registra que os Payaguá “asan o también cocinan el pescado”. A sopa poderia ser outra forma de os Payaguá consumirem o pescado, costume tradicional entre os índios chaquenhos (Susnik, 1982, p.89). Sobre a maneira de ingerir o peixe, temos o registro de Azara (1923, p.75): “el pescado más abundante en espinas no las separan de la carne sino por un movimiento de la lengua y las guardan a los lados de la mandíbula, como los monos, para arrojarlas todas de una vez después de haber acabado de comer(...)”.

5.2 Caça

A caça era uma das atividades importantes ligadas à subsistência dos Payaguá. Relatos que remontam ao século XVI, como os de Schmidl (1903) e Cabeza de Vaca (1962), apontam os Payaguá como caçadores. Entretanto, a forma de execução da atividade e as espécies caçadas pela etnia não são registradas. As fontes escritas correspondentes ao século

⁴⁶Conforme Oliveira (1996, p.105) “ Na cheia a pesca se torna mais fácil, porque nos campos inundados e nas baías ocorrem com maior frequência algumas espécies de peixes, como o pacu (*Piaractus mesopotamicus*), normalmente encontrado em locais onde existem espécies florísticas em frutificação, como tucum e carandá (*Copernicia alba*). São locais que funcionam como verdadeiras cevas para essas espécies.”

XVIII (Labrador (1910), Dobrizohoffer (1967), Azara (1904 e 1969)), fornecem algumas indicações sobre os animais aproveitados pelo grupo.

A diversidade faunística do ambiente pelo qual circulavam os Payaguá permite acreditar que a caça era essencial para a dieta do grupo. Sendo assim, elaboramos um quadro das prováveis espécies utilizadas pelos Payaguá na alimentação. Cabe salientar que nossa lista está amparada no aproveitamento de inúmeras espécies de mamíferos, répteis e aves existentes no ambiente habitado por esses indígenas, além de serem espécies comuns na dieta de outros grupos, com características culturais semelhantes às dos Payaguá, como os Guató, por exemplo.

Prováveis espécies contidas na dieta Payaguá:

Classe	Nome Comum	Nome Científico
Mammalia	anta	<i>Tapirus terrestris</i>
Mammalia	capivara	<i>Hydrochaeris hydrochaeris</i>
Mammalia	cervo-do-pantanal	<i>Blastocerus dichotomus</i>
Mammalia	veado	Cervidae
Mammalia	cutia	<i>Dasyprocta spp.</i>
Mammalia	lontra	<i>Lutra longicaudis</i>
Mammalia	tatu-bola	<i>Tolypeutes matacus</i>
Mammalia	veado-campeiro	<i>Ozotocerus bezoarticus</i>
Reptilia	cágado	Quelonia
Reptilia	jabuti	<i>Testudo tabulata</i>
Reptilia	jacaré-do-pantanal	<i>Caiman crocodilus yacare</i>
Reptilia	sucuri	<i>Eunectes spp</i>

Aves	carão	<i>Aramus guarauna</i>
Aves	ema	<i>Rhea americana</i>
Aves	frango-d'água	<i>Gallinula chloropus</i>
Aves	tuiuiú	<i>Jabiru mycteria</i>
Aves	tucano	<i>Ramphastos toco</i>

Max Schmidt (1949, p.157), em seu trabalho sobre a etnia, utiliza a *Relación del Rio de La Plata*, que descreve a expedição de Juan de Ayolas (1536), (publicada em 1545), a qual informa que os Payaguá alimentavam-se de “pescado y venados y puercos de agua y desto bien que no es gente que siembra.”

Na expedição de Cabeza de Vaca (1987, p.189-190) pelo rio Paraguai em busca das terras dos Payaguá, é registrada a quantidade de porcos da água (capivaras/*Hydrochaeris hydrochaeris*) e lontras (*Lutra longicaudis*) que podiam ser caçadas quando a navegação se realizava de forma mais lenta.

A *Breve Notícia*, escrita nas primeiras décadas do século XVIII, pelo bandeirante Antônio Pires de Campos, informa que os Payaguá “vivem de montarias do rio” (p.440)⁴⁷.

O jesuíta Labrador (1910, T.II, p.152) informa sobre a alimentação dos Payaguá: “no sabe más ejercicio para buscar la vida, que la pesca, para lo que necesitan rio grande y en que abundan los peces, cocrodiles, capibaras, hidros y otras especies de que se mantienen”.

Dobrizhoffer (1967, V. I, p.394) registra os Payaguá como uma exceção no Paraguai devido ao consumo da carne de “cocodrile o caimán”.

⁴⁷Conforme trabalho de Carlos Francisco Moura (1984, p.428) o termo montaria na época era entendido como caça.

Azara (1923, p. 84) registra quanto à alimentação e à forma de caçar dos Payaguá:

“Viven de lo que pescan y de los yacaré y capiybaras (carpinchos) que cojen á flechazos: para esto tienen flechas á propósito que clavadas se separa la lengüeta de la asta quedando por una cuerda. Si el herido sumerge como sucede siempre, flota la asta ó caña, y por ella tiran hasta ponerse sobre el herido, y le dan lanzadas con la pala.”
 (...) y cuando quieren proporcionarse un ave o un pequeño animal vivo ponen en la punta de la flecha algo para amortizar el golpe a fin de aturdirlo sin matarlo.”

Quanto ao aproveitamento do jacaré, Lozano (1873, T.I, p.320) informa que a espécie possuía valor medicinal para os indígenas, "especialmente su sebo ó grosura; de la carne, comen los indios; en su ventriculo se hallan piedras medios roidas que resueltas en polvo, son grande remedio para el mal de piedra. El mismo ventrículo limpio seco al sol, y bien molido, deshace las piedras de los riñones y vegiga, y facilita la orina."

Cabe salientar que algumas espécies de animais existentes em grande quantidade no ambiente de circulação dos Payaguá, como as lontras (*Lutra longicaudis*), por exemplo, provavelmente eram caçadas em função da pele fornecida pelo mamífero.

A tarefa de preparo da caça para consumo não é diferente da pesca. Estava sob responsabilidade do homem. Ao que parece, o consumo de determinadas espécies de carne era vedada à mulher “pero las mujeres jamás se alimentan de carne, porque dicen que les hace daño” (Azara, 1923, p.75).

5.3 Coleta

A diversidade do ambiente por onde circulavam os Payaguá certamente oferecia um manancial de espécies florísticas para coleta, além de mel, ovos de répteis e de aves. Os

registros sobre essa atividade são esparsos. Entretanto nos fornecem alguns exemplos claros de aproveitamento, principalmente da flora local.

Schmidl (1962, p.73) no século XVI, relata a resposta dos Cario, quando estes são interrogados por Juan de Ayolas sobre os Payaguá:

“que los payaguá no tenían otros alimentos que pescado y carne. También tienen cuernitos de morueco, o sea algarrobo o pan de san Juan, y de estos cuernitos de morueco hacen una harina que se la comen con los pescados. De los cuernitos de morueco hacen también un vino, y es muy bueno, como allá afuera la aloja.”

O mesmo registro consta em outra edição de *Viajes Al Río De La Plata*, com notas de Bartolomé Mitre (1923, p.179) da seguinte forma:

“(...) los Piembas no tienen más comida que pescado y carne, iten cuerno de cabra, ó algarroba ó pan de san Juan; de estos cuernos de cabra (vainas de algarroba) hacen ellos miel que comen con el pescado; también de esto hacen vino, y es dulce como la hidromiel en Alemania (...)”

O explorador alemão que participou da expedição comandada por Juan de Ayolas registra que passaram nove dias junto aos Payaguá do Monte San Fernando e que estes teriam como alimento pescados, carnes, algarroba ou "pan de Juan" (apud Schmidt, 1945, p.155).

Em carta datada de 1622, D. Diego de Gôngora (apud Garay, 1899) aponta como alimento dos Payaguá algarroba e mel.

Dobrizhoffer (1967, V. I, p.469-471) explica que existem várias espécies de algarroba no Paraguai, destacando-se duas: a negra e a branca. Sobre a algarroba branca, o jesuíta registra: "El algarrobo blanco suministra no sólo alimento y bebida sino también medicina y

la madera más excelente para la construcción de carros, casas y naves, con ella se construía la mayoría de las quillas de barcos que navegaban por el Paraguay y el Paraná."

Prossegue o autor relatando sobre outra espécie de algarroba que possuía o tronco torcido, não propiciando o aproveitamento da madeira; das folhas pequenas (chamadas de oaikíki pelos Abipone) de cor amarelo pálido, brotava "el pan de San Juan en vainas". O período delimitado entre os meses de novembro e março é indicado pelo autor como a época de amadurecimento dessa espécie vegetal.

Quanto ao tipo de algarroba apontado como negra, Dobrizhoffer (1967, V. I, p.472) informa que é utilizada "con mayor frecuencia para la comida que para la bebida(...) como ésta es muy resinosa, se torna de por sí en un pan y endurece cual piedra la espesa resina de la harina es la cola que la mantiene compacta."

Conforme o autor, a algarroba negra era utilizada não só como alimento, mas também como medicamento para o "mal de piedra o mal de orina".

Complementa o seu registro da seguinte forma: "Lo cierto es que ambas algarrobas; tanto la blanca como la negra, comida o bebida, prestan irrefutablemente los servicios más oportunos a los tísicos o a los atacados por retención de orina porque esta fruta posee una gran fuerza diurética" (Dobrizhoffer, 1967, V. I, p. 473).

É relevante tecer alguns comentários sobre a utilização da algarroba (ver Figura 18). A coleta do fruto talvez fosse uma das mais importantes (ou o mais importante) devido às possibilidades de aproveitamento. O amadurecimento (a partir de novembro) coincidia com a época de baixa das águas. A abundância da espécie favorecia o abastecimento; o transporte provavelmente transcorria sem maiores problemas, devido o fato de o fruto ser de tamanho pequeno. Por ser destituído de grande umidade, o armazenamento poderia ocorrer de forma satisfatória. É provável que os indígenas produzissem a farinha da algarroba, esmagando ou

socando o fruto, que, devidamente armazenada, poderia abastecer o grupo por meses, até a próxima coleta. O consumo estava associado ao pescado e, talvez, à caça.



Figura 18. Fruto da Algarroba (exemplares do Instituto Anchietano de Pesquisas. Foto de Julian Mauhs).

O fruto da algarroba também era aproveitado para a produção da bebida fermentada, a chicha, chamada por Schmídl (1923) de “vino dulce”.

Para Susnik (1982, p.60)

"El mes de noviembre es el mes de la madurez del algarrobo que marca el ritmo de la vida festival y ceremonial entre las tribus chaqueñas, de varias clases de algarrobo se prefiere el blanco (*Prosopis alba*) y negro (*Prosopis nigra*); se aprovecha por vainas frescas, secas, harina y aloja."

Além das espécies de algarroba citadas pela antropóloga, existe a algarroba (*Prosopis ruscifolia*) que é típica do Chaco, localizada com facilidade na parte ocidental.

Cabeza de Vaca (1893, T. LIV, p.278), relatando sobre a expedição pelo rio Paraguai, observa a presença de árvores de canafístula:

“O fruto da canafístula tem quazi palmo e meio de comprimento com 3 dedos de grossura. A gente da tropa o saboreava muito; o interior do fruto contem polpa adocicada, e o mesmo fruto não se diferencia dos que produzem diversas regiões da Espanha, sinão em ser mais grosso, e ter o gosto muito mais pronunciado; por isso o não cultivam”.

O jesuíta Labrador (1910, T.I, p.61) registra a utilização da “caña fístola” pelos Payaguá. “Los indios Payaguás habituados al uso de estas vainas, ó cañas fístolas, las comen desleídas en agua sin especial turbación de la región inferior del cuerpo”.

As árvores dessa espécie vegetal são descritas da seguinte forma:

“(...)corpulentos y bien copados. La hoja mediana y de un verdor lustroso; el fruto excedía palmo y medio de largo y algo más de media vara cumplida de ancho. Cuando maduro, toma un color pardo que tira á negro; su corteza, dura por dentro, está dividida por celdillas ó apartamientos en que se contiene una pulpa melosa, en la cual reside la virtud purgante que tiene” (Labrador, 1910, T. I, p.61).

Quanto à coleta do fruto da canafístula (*Cassia grandis*) (ver Figura 19), a importância residia nas propriedades medicinais. A espécie existe de forma variada e se dispersa expressivamente ao longo do rio Paraguai e do Paraná.

Em Quiroga (apud De Angelis, 1970, T. VI, p.75-76), também encontramos referência à “cañafístula”. O registro aponta as “cercanías de los Xarayes” como local de grande abundância da espécie que

“crescen más altos e gruesos que los castaños de España(...)”. O religioso descreve o fruto: “El fruto son unas cañas de palmo y medio, y algunas de dos palmos de largo. Tienen dentro granos grandes como las habas, y entre los granos cierta pulpa negra, que sirve para purga suave, y se vende en las boticas. El color de la caña, estando madura es negro como el de la pulpa.”

O missionário Labrador acrescenta ainda a existência de um fruto muito amargo utilizado pelos Payaguá, o qual era cozido em várias águas para poder ser consumido: “Llamanle el presidio de Mandubirú por unos árboles medianos que dan fruto unas manzanas llenas de granos como los de maní, pero muy amargos” (1910, T.I, p.61).



Figura 19. Canafístula (Exemplar do Instituto Anchietano de Pesquisas. Foto de Julian Mauhs).

A coleta do arroz nativo é outra atividade ligada à subsistência Payaguá. A busca desse produto nos campos inundados (ver Figura 20) e nos brejos gerava conflitos com outros grupos, como os Guató (Labrador, 1910, T.I, p.185) e os Guasarapos (ou Guachis) (Susnik, 1978, p.22).

O período de amadurecimento do alimento coincide com o fim da vazante⁴⁸. “El arroz se halla silvestre en las márgenes del río Cuyabá y de los Porrudos” (Quiroga apud De Angelis, 1970, T. VI, p.82). O arroz nativo foi identificado como *Oryza paraguayensis* por Castelnau (1949, p.328), que encontrou a espécie na Lagoa Uberaba. Schmidt (apud Susnik, 1982, p.60) identifica como *Oryza sativa*; Métraux (1963b, p.410-411) aponta a espécie como se tratando de *Oryza sativa* ou *Oryza perenis*; Susnik (1978, p.117) indica a espécie como

⁴⁸O arroz silvestre não passou despercebido na viagem de Langsdorff pelo interior do Brasil. O viajante, referindo-se às águas do rio Taquari e, do Paraguai, registra: “N’ essas vastidões alagadas cresce em grande

Oryza subulata. Oliveira (1995, p.144), em seu estudo sobre os Guató, utiliza informações obtidas junto ao botânico Geraldo Alves D. Júnior, professor e pesquisador da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Segundo o pesquisador, na região do Pantanal Matogrossense, a única espécie de arroz nativo que ocorre é a *Oryza latifolia* (ver Figura 21).

Segundo Labrador (1910, T. I, p.185):

“Á las orillas del río Paraguay, y en los anegadizos que dejan sus crecientes, nacen de suyo extendidísimos arrozales. El grano de este arroz silvestre al cual llaman los Guaycurús Nacacodi, no es tan abultado y blanco como el de España y también rinde mucho menos. Sin embargo es verdadero arroz y sabroso al gusto. Los infieles Payaguas y los Guachicos, que también son indios que usan canoas, disfrutaban en más abundancia este apreciable grano. Entran en la sementera ó plantío con sus canoas, sobre las cuales sacuden las espigas, recogen en pocas horas lo que quieren y se retiran temerosos de ser sorprendidos de sus rivales los Guachicos(...)”

Susnik (1978, p.17) informa que “Madurando el arroz, los altoparaguayenses se aglomeraban en cercanías de la laguna Gaiba, originándose frecuentes escaramuzas intertribales; también los Payaguáes remontaban para tal fin el R. Paraguay y a veces traían el arroz silvestre hasta la misma Asunción” (ver Figura 22).

A coleta do arroz estava associada às migrações fluviais dos Payaguá ao Alto-Paraguai na época da vazante. Com os deslocamentos, esses indígenas abasteciam-se de determinadas espécies de pescado e de caça, além de fazerem a coleta do arroz nativo. Os dados investigados nos levam a inferir que essa coleta era expressiva, isso devido à abundância e à possibilidade de armazenamento do produto, cuja durabilidade seria de meses.

abundância o arroz selvagem, cuja altura ha de exceder de sete a oito pés, pois só fora d água tem dois a tres, sendo o terreno submergido em profundidade (...)” (1875, T.XXXVIII, p.420).

Rangger (apud Susnik, 1982, p.145), no século XIX, observa que os homens Payaguá aproveitavam tiras de "caraguatá" (Bromeliáceas) para prender os cabelos.

Conforme Susnik (1982, p.27), os grupos chaquenhos sabiam aproveitar muito bem as folhas de "caraguatá", pois "entre sus fiolodios se conserva el agua de lluvia; se corta la planta y se obtiene un material acuoso(...)"

Quanto à coleta e ao aproveitamento de ovos de répteis ou aves, bem como de insetos e vermes por parte do grupo, não constam dados nas fontes investigadas que possibilitem a elaboração de inferências sobre o assunto⁴⁹.

Sobre a utilização do mel pelos Payaguá, as informações são genéricas. Os documentos históricos não apresentam maiores informações sobre a forma como era praticada a coleta ou mesmo sobre as espécies de abelhas⁵⁰ que originavam tal produto, entretanto, como outros grupos chaquenhos, os Payaguá também incluíam o mel na dieta (Susnik, 1982, p.67).

O jesuíta Lozano (1941, p.62) informa sobre a forma como os canoeiros aproveitavam o mel: "La mayor parte del tiempo gastan en buscar miel por las selvas para hacer su vino, con que se embriagan de ordinario(...)"

É provável que esses indígenas tirassem o máximo de vantagem do produto, utilizando-o para outras finalidades além da produção da bebida.

⁴⁹Pasos (apud De Angelis, T. VI, 1970, p.91) em 1790 menciona que a expedição comandada por ele recebeu do cacique Quaty "gallinas" e "huevos" em troca de "galletas".

⁵⁰Os grupos indígenas não consumiam "la miel de "lechiguana", la que puede producir mareos y verdaderas intoxicaciones, provocando una locura temporária" (Susnik, 1990, p.146) .

Lozano (1941, p.62) prossegue no mesmo registro informando que, para a produção da bebida os Payaguá faziam uso de frutas “en tiempos de verano le hacen también de otras frutas, como de algarroba, chañar, etc.”⁵¹

As informações do autor alertam para o aproveitamento e para a abundância de frutos silvestres na área por onde circulavam os Payaguá. Em *Historia De La Conquista Del Paraguay, Rio De la Plata y Tucuman* (1873, T.I, p.104-105), o religioso aponta a existência de “mil generos de frutas silvestres, entre las cuales se hallaron uvas, peras y aceitunas”, em um local chamado de ilha dos Orejones, despovoado pelos mamelucos, mas freqüentado pelos Payaguá.

5.4 Cultivo

O cultivo de alimentos enquanto atividade correlata à subsistência Payaguá é negada pelas fontes investigadas.

Schmidt (1949, p.217) afirma que a economia dos Payaguá é caracterizada pela absoluta falta da agricultura.

Na interpretação de Susnik (1978, p.17-18) o ethos de canoieiros-pescadores, o qual envolvia o deslocamento livre, impedia a prática do cultivo, mesmo o monticular (em cima dos muitos aterros do Pantanal).

No século XVIII, a tentativa de reduzir os Payaguá e instruí-los para a atividade agrícola, por parte do missionário Labrador não foi bem sucedida. Os indígenas não se adaptavam e não admitiam o trabalho sedentário: “El cultivo seguía para los Payaguáes la

⁵¹Chañar: árvore americana parecida com a oliveira, no tamanho e nas folhas, de fruto comestível (Dicionário de Espanhol-Português, 1984). Em Garmendia (1969, p.15) constam três nomes científicos, possivelmente sinônimos, todos da família das Facácias: *Gourliea chilensis*, *Gurliea decorticans* e *Geoffroea decorticans*.

ocupación “indigna” de los hombres canoeros, y la reducción-táva-pueblo simbolizava sujeción y supresión de la verdadera libertad, la movilidad” (Susnik, 1981, p.134).

A inexistência do plantio por parte desses indígenas, não implicava necessariamente no não consumo de alimentos cultivados, como já foi mencionado no início desse estudo. A obtenção dos produtos ocorria através da troca ou do saque. Produtos como o milho (*Zea mays*) e a mandioca (*Manihot* sp) plantados pelos Cariós-guarani eram consumidos pelos Payaguá. Esses alimentos constavam na permuta realizada com os Guarani que trocavam milho, mandioca e amendoim por carne de caça e por pescado (Susnik, 1982, p.98). Outras vezes, os mesmos produtos eram saqueados ao invés de serem comerciados. Os Guasarapos também forneciam (de forma pacífica ou não) aos Payaguá milho (Susnik, 1982, p.99).

Dobrizhoffer (1967, V. I, p.212-213), no século XVIII, menciona a troca de pescado pelos Payaguá na cidade de Assunção por frutos como o amendoim.

Com a presença mais efetiva dos portugueses (meados do século XVIII) no Alto Paraguai, os Payaguá no intuito de obter alimentos direcionaram seus saques aos Chané e Mbayá.

Susnik (1981, p.134) respaldando-se nos registros de Rangger, aponta a inexistência do cultivo entre os Payaguá mesmo no século XIX: “Los Payaguáes seguían siendo pescadores usando sus canoas monóxilas: la sopa de pescado representaba el alimento básico; no obstante, el aprovechamiento de carne de yacaré y de carpinchos seguía importante (...)”

A inexistência da prática do cultivo entre os Payaguá pode ser compreendida como uma pauta cultural associada à autonomia de canoeiros e ao ethos guerreiro.

O cultivo tornava-se desnecessário de acordo com as construções culturais desses indígenas, os quais se organizavam conforme as possibilidades oferecidas pelo ambiente habitado e pelas adaptações realizadas sobre este. Nesse sentido, podemos acreditar na

necessidade de alimentos cultivados para completar a dieta Payaguá, exigindo, por parte do grupo, estratégias que oportunizassem a sua aquisição. Entretanto, a forma de obtenção distanciava-se de incluir na cultura Payaguá a prática do cultivo. No nosso entendimento, a atividade de cultivar (importante para outras etnias) é substituída pela prática da pilhagem.

Essa atividade exercida pelos Payaguá deve ser vista como fundamental para a etnia, pois, ao contrário da atividade de cultivar, associava-se à possibilidade de manutenção de livre trânsito e da exacerbada oposição aos grupos cultivadores sedentários, além de reforçar a autonomia do grupo e fornecer respaldo para uma constante ação guerreira, elementos utilizados pelos Payaguá para se auto-indicarem como “gente de corso”, demonstrando a singularidade da etnia.

5.3 Pilhagem

Os Payaguá assumiam uma postura exaltada frente aos grupos cultivadores sedentários. Amparados em um forte etnocentrismo guerreiro, rejeitavam o trabalho sedentário e a conseqüente perda da liberdade de deslocamento.

A subsistência do grupo possuía como base a pesca, a caça e a coleta. Alimentos como o milho, a mandioca, o amendoim, constavam na dieta, no entanto, como resultado de um comércio (baseado na troca ou no saque de produtos e mercadorias) executado pelos canoeiros.

Elaboramos a hipótese de haver uma concatenação entre a atividade de comerciantes exercida pelos Payaguá e a manutenção do ethos de canoeiros autônomos.

Por essa ótica, esses indígenas tinham no comércio pacífico, bem como nos saques violentos, uma das principais estratégias para abastecer o grupo de alimentos necessários à complementação da dieta, além da vantagem de adquirir artigos importantes como os metais

(prata e ferro), plumas, mantas, entre outros. A troca de produtos (ou saque), segundo nossas inferências, estava associada ao ambiente habitado por esses indígenas, ao ethos guerreiro sustentado pela etnia e às oscilações ocasionadas pelo avanço do projeto colonizador, imposto pelos conquistadores.

O relato de Cabeza de Vaca (1962, p.34), século XVI, apresenta uma das estratégias dos Payaguá para a obtenção de produtos junto a outro grupo indígena:

“(...) costumbre de tomar captivos de los guaraníes, y tráenlos maniatados dentro de sus canoas, y lléganse a la propia tierra donde son naturales y salen sus parientes para rescatarlos, y delante de sus padres e hijos, mujeres y deudos, les dan crueles azotes y les dicen que les traigan de comer si no que los matarán. Luego les traen muchos mantenimientos, hasta que les cargan las canoas; y se vuelven a sus casas, y llévanse los prisioneros, y esto hacen muchas veces, y son pocos los que rescatan; porque después que están hartos de traerlos en sus canoas y de azotarlos, los cortan las cabezas y las ponen por la ribera del río hincadas en unos palos muy altos.”

Podemos acreditar que os produtos usurpados dos Guarani, além de serem aproveitados pelo próprio grupo, serviriam também para posteriores trocas junto a outros indígenas, principalmente do Alto-Paraguai.

Em documento do século XVI, dirigido ao rei da Espanha Martínez de Irala informa sobre os saques cometidos pelos Payaguá: “(...)otro si saltan e han saltado muchas veces en tierra en las rozas de los cristianos e de los dichos indios e roban e disipan, llevando cogiendo e arrancando los mantenimientos dellas(...)” (apud Machain, 1939, p.443-444).

A habilidade de canoeiros e o livre trânsito pela região fluvial do rio Paraguai e suas adjacências permitiam a esses indígenas o contato (amistoso ou não) com os mais diversos grupos (como os Guajarapo, os Chané e os Mbayá, entre outros) do Alto-Paraguai,

proporcionando a oportunidade de promover a troca de produtos, os quais possuíam procedência diferenciada.

Segundo Susnik (1978, p.107-108):

“Con frecuencia los Payaguáes servían de intermediarios en los trueques intertribales, llegando a la ciudad las famosas mantas tejidas por los Chanés; su economía no fue productiva sino simplemente substancial, pero el trueque les facilitaba medios para la adquisición de objetos útiles o de alguna valorización inmediata.”

Os produtos adquiridos com outros grupos, somados ao pescado e à carne de caça, formavam os elementos de barganha dos Payaguá com a população mestiça de Assunção e arredores. Nessa permuta, o objetivo principal dos canoeiros centrava-se na aquisição de metais como o ferro (para produção de facas, machados, pontas de flechas) e a prata (muito utilizada na ornamentação), os quais tornavam-se indispensáveis frente ao avanço da colonização.

“El robo mutuo de canoas entre españoles, guaraníes y payaguáes era un caso cotidiano. Los Agaces percibieron que era factible un rescate pacífico para obtener “hierro”, pues los “guaraníes cristianos” cautivados adquirieron un valor mayor cuando eran los mismos Españoles que debían rescatarlos, en aquel entonces no tanto por la necesidad de brazos, sino por el temor a las inquietudes y revueltas de los Guaraníes” (Susnik, 1978, p.101).

Durante o século XVII, as embarcações de erva-mate tornaram-se o principal alvo dos saques dos Payaguá.

“Al crecer los ríos, los Payaguáes seguían el curso de los ríos Manduvirá, Ypané, Jejuí, acercándose a los “táva-pueblos” de los Tobatines y Guarambarenses en busca de botín y cautivos, aprovechando a la vez la

pesca de pacú y surubí; remontaban el mismo R. Apa hasta el arrecife luego conocido por los Mbayaes como Ayagiyaga; así podían los Payaguáes acercarse a los Guaraníes Monteses que rodeaban los yerbales. Por el R. Jejuí apeliaba el transporte yerbatero fluvial; los Payaguáes quemaban las cargas de yerba y cautivaban a los mitayos guaraníes con fines de un rescate provechoso” (Susnik, 1978, p.107).

No século XVIII o comércio dos canoeiros bem como as estratégias de obtenção de mercadorias e produtos prosseguiram. Entretanto, novos elementos foram incorporados para negociação, dentre os quais tecidos, negros escravos e ouro.

Conforme Jolis (1972, p.294):

“Si hacen la paz con los Españoles no es con ánimo de manternela, que no es practicada por Los Payaguas, sino para comerciar con ellos o proveerse de cuchillos y otras armas de hierro, de agujas de coser, anzuelos para la pesca y muchas otras cosas que necesitan.”

O início do século é marcado pela expansão territorial lusa sobre os domínios espanhóis, acentuando-se no decorrer das décadas de sessenta e setenta.

A área mato-grossense é o espaço territorial disputado, principalmente após a descoberta das primeiras minas.

Inseridos em um contexto de transformações, os Payaguá usufruíram da rivalidade existente entre os espanhóis de Assunção e os portugueses de Cuiabá.

Com o fortalecimento do sistema colonial e a conseqüente retração da área de domínio, a tendência do grupo é empreender um gradual processo de expansão territorial, atingindo a extremidade norte do rio Paraguai, adentrando nas águas do Taquari e do Cuiabá. Antigos conhecidos dos espanhóis de Assunção (desde o século XVI) estabelecem, a partir das primeiras décadas do século XVIII, uma espécie de elo comercial entre a área de Cuiabá e

Assunção, utilizando o ouro e a “peça negra” (o escravo) como produtos principais das negociações.

“Hacia la primera década del siglo XVIII, los Sarigués - la parcialidad norteña de los Payaguáes, incursionaban fluvialmente también en Alto Paraguay; se les ofrecía una nueva oportunidad, cuando los Portugueses comenzaron a explotar las minas de Cuyabá; el trajín seguía la acostumbrada vía de entonces: desde de S.Paulo por los ríos Tieté, Tacuary, Mbotetey de Alto paraguay, costeano la antigua provincia española de Santiago de Xerez. Los Payaguás norteños atacaban las flotillas portuguesas que volvían con carga de Cuyabá, empleando sus tácticas de emboscada en las confluencias de los ríos Tacuarý, Mbotetey y S. Lorenzo con el Río Paraguay” (Susnik, 1991, p.36).

A migração para o Alto-Paraguai desencadeou dois aspectos novos na política Payaguá: o fortalecimento da atividade de ataques e saques às embarcações portuguesas e um relacionamento mais amistoso com os espanhóis de Assunção. O escoamento das riquezas cuiabanas através do furto das monções lusas origina um comércio lucrativo para Assunção.

Essa reelaboração resulta em um relacionamento profícuo (baseado no comércio) para Payaguás e espanhóis. O novo delineamento cultural pode ser interpretado como uma articulação da etnia para conservar a sua organização como sociedade autônoma. A proximidade aos espanhóis, mesmo que limitada, possibilitou a reafirmação do seu modo característico de vida, estruturado no semi-nomadismo e no espírito guerreiro.

Os portugueses depararam-se com os Payaguá pela primeira vez em 1725; a partir de então, foram constantes as situações de confronto. Os saques executados contra os carregamentos lusos tornavam-se uma ameaça permanente. As embarcações carregadas de mercadorias e ouro enfrentavam a velocidade e a agilidade dos “corsários” em suas canoas.

A estratégia de emboscadas e assaltos exercida contra as frotas portuguesas lesava não somente a coroa, mas também os colonos que direcionavam parte de suas riquezas para a exploração das minas (ver Figura 23)

“Em junho largou de Cuiabá para Araraitaguaba grande monção. Nela partiu o ouvidor Antônio Alves Lanhas Peixoto, acompanhado por mais de quatrocentas pessoas entre brancos, índios e pretos. Iam nas canoas e canoões algumas centenas de quilos de ouro, sessenta arrôbas (...) a serem quintadas em São Paulo.

Navegava no Paraguai, quando, de um sangradouro, surgiu-lhe uma turba de paiaguás, travando-se tremenda pugna(...)

Durou o combate das nove da manhã às duas da tarde, sendo trucidados quatrocentos cristãos. Teve o gentio, segundo se avaliou, uns cinqüenta mortos. Da monção escaparam apenas doze pessoas” (Taunay, 1951, p.77).

A organização de expedições para fiscalizar a trajetória das monções e combater os “corsários” requeria uma alta soma de financiamentos direcionados para a aquisição de suprimentos de armamentos, de munições, entre outros. A exigência de indivíduos para lutar contra a ameaça afastava do trabalho aurífero um contingente elevado de mão-de-obra (índios e negros), gerando considerável prejuízo.

O escravo negro foi um dos “artigos” mais negociados entre os Payaguá e os espanhóis. Tornava-se um comércio extremamente rentável para os castelhanos de Assunção a obtenção das “peças” roubadas dos cuiabanos. O pagamento pelo escravo contrabandeado era insignificante em relação ao real valor do artigo no mercado.

As notícias dadas pelo capitão Lourenço de Araújo (apud Holanda, 1986, p.83) fornece informações sobre a importância dada pelos Payaguá ao escravo: “Diz-se que nas suas acometidas procuravam esses índios tomar o pulso dos pretos robustos, que guardavam

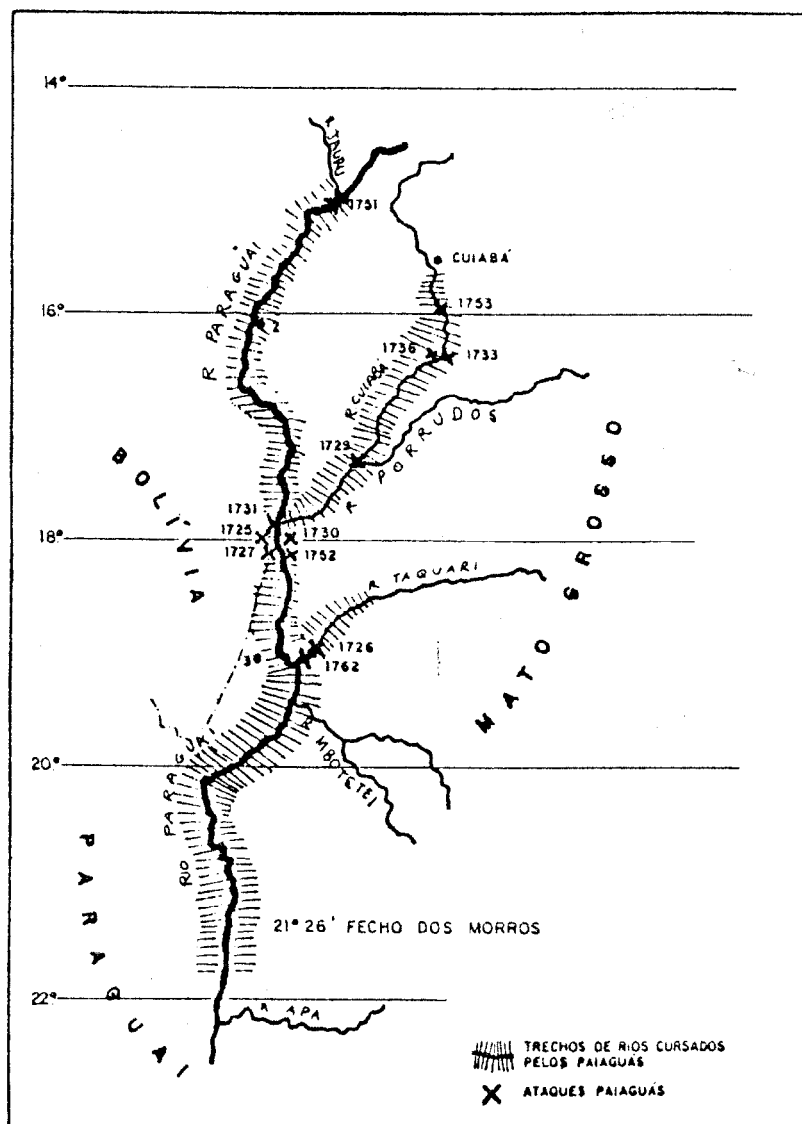


Figura 23. Mapa apresentando área de circulação e locais de ataque dos Payaguá no século XVIII (Fonte: Moura, 1984)

consigo, trucidando os mais fracos, e consta de um depoimento que, no maior calor da refrega iam escolhendo os que lhes pareciam melhores.”

Em carta de um oficial, datada de 5 de setembro de 1754 (apud Holanda, 1986, p.84) a seguinte informação é registrada:

“(...)que por ora quaze todos os Escravos que forão para Assumpção hé por mão do Payagoá a quem a dita Cidade os comprão por terem ordinariamente pazes com dito Gentio e allguma presumpção que os mesmos Castelhanos lhe dão armas, por se haverem em que varias occaziões achado algumas lanças com choupos de ferro tão polidas e bem feitas que não parecião fabricadas pelo Gentio.”

O ouro oriundo de Cuiabá era outro produto de intercâmbio comercial. O metal não despertava o interesse dos Payaguá para fins de ornamentação; preferiam a prata para essa finalidade. Usufruíam da riqueza saqueada como forma de adquirir produtos (como facas, por exemplo) e alimentos de que necessitassem ou apreciassem. O ferro estava entre os artigos mais apreciados, utilizado na fabricação de machados e pontas de lanças; sempre que possível era obtido através da troca junto à população de Assunção. A entrada dos Payaguá na cidade revertia em lucros para o comércio local, pois esses pagavam com grande quantidade de ouro objetos de baixo custo no mercado colonial.

“En oro en polvo, creo, que avran traído de cien arrobas, las quales han vendido con tal abundancia, que por un platillo dan 8 onças, por una cuchara 3 y 4 por un pedaço de bayeta, e sempterna colorada dan 6 y 8 onças, por quantitillas falsas, miel, mas cuchillos, y a este tenor, por quanto ven; pues ay sugeto, que con valor de 50 pesos ha comprado 20 libras de oro.” (Carlos de los Reyes Balmaseda apud Vangelista, 1991, p.157)

O resgate de prisioneiros (brancos) capturados durante as lutas com os portugueses, também oportunizava aos Payaguá escambos junto à população mais humilde da cidade, além da compra e venda de mercadorias com os comerciantes. No caso dos resgates, os Payaguá negociavam com as autoridades de Assunção a entrega da “presa”, exigindo em troca geralmente a prata. Durante o período de negociações, transitavam pela cidade, comprando artigos e pagando-os com ouro; simultaneamente vendiam produtos saqueados dos portugueses aos comerciantes e à população de Assunção.

A indignação lusa frente às investidas Payaguá fica nítida nos documentos oficiais das Minas de Cuiabá, bem como a preocupação por parte dos representantes do governo em extinguir o problema que lhe acarretava perdas de trabalhadores (índios e negros escravizados) e desvio da riqueza aurífera.

Em *Carta do Juiz Mais Velho das Minas de Cuiabá ao Rei*, de 25 de março de 1728, as informações enviadas à metrópole são que “(...) estas Minas não podem alargar por serem premidas com muito gentio assim pelos rios os chamados Paiaguás, destruindo e matando as pessoas viandantes para estas Minas (...)” (DHMT-MC, MT. 11.Doc (a)). A aceitação dos produtos furtados em Assunção estreitava uma relação de trocas entre os espanhóis e os Payaguá, incentivando a intensificação dos saques às embarcações lusas.

É de notar que o relacionamento menos conflitivo desses indígenas com os castelhanos do Paraguai, e a contrariedade frente aos portugueses de Cuiabá encaminharam o ouro cuiabano para o mercado interno de Assunção. Para uma economia marginalizada que não possuía uma produção agrícola rentável e muito menos riquezas minerais que auxiliassem no seu desenvolvimento, a introdução do ouro significou um novo elemento para comercialização.

Nossas conjecturas propõem que os Payaguá, a partir do início do século XVIII, assumem uma postura política que pode ser entendida como uma reordenação cultural, a qual usufruiu do antagonismo existente entre espanhóis e portugueses como forma de redimensionar a sua organização e manter a autonomia social, econômica e política do grupo. Após um longo período de oposição frontal aos espanhóis (desde o século XVI), esses indígenas iniciam uma nova fase política, na qual se insere uma maior aproximação com a população de Assunção e um confronto exacerbado com os povoadores de Cuiabá. Essa

estratégia política desenvolve-se simultaneamente à expansão dos domínios fluviais da etnia no alto Paraguai, adentrando nas águas do Cuiabá e Taquari.

As mudanças de comportamento dos Payaguá quanto ao espanhol podem ser entendidas como uma forma de afirmação de identidade, como canoieiros semi-nômades, portadores de um forte espírito guerreiro. Ao mesmo tempo, podemos acreditar que o progressivo avanço do domínio europeu, subjugando as populações aborígenes, instiga as reformulações comportamentais, aspirando à manutenção do modo de vida próprio.

Os Payaguá assumem uma postura de piratas, atacando as embarcações lusas. O saldo desses ataques lhes possibilita entrar na cidade de Assunção e permutar os artigos saqueados por mercadorias e produtos de que necessitassem.

Desenvolve-se uma relação proveitosa para Assunção em detrimento de Cuiabá. Concomitante a essa situação contraditória, os Payaguá conseguem manter as suas características culturais tradicionais, assimilando novos comportamentos de acordo com as necessidades impostas pelo avanço do sistema colonial.

Na última década do século XVIII, a ação de pirataria executada pelos Payaguá chega ao seu final. Podemos apontar alguns fatores que desencadearam tal situação: as perdas sofridas combatendo a ação contínua dos portugueses, o esgotamento das minas que ocasionou a escassez dos produtos de barganha, o delineamento das fronteiras entre os territórios luso e espanhol, e, por fim, o alicerçamento do modelo sócio-econômico colonial, o qual não permitia a sobrevivência de culturas autônomas.

No século XIX, o comércio dos canoieiros estava restrito à venda de produtos artesanais produzidos pelas mulheres do grupo. Assentados próximos à Assunção, os Payaguá continuavam mantendo alguns aspectos da cultura tradicional, entretanto, não mais exerciam o papel de “corsários fluviais”.

A passagem do século XVIII para o XIX marca um maior abandono das características culturais do grupo, paralelamente a uma dependência de artigos e produtos provenientes do colonizador (como sal, tabaco, aguardente, carne de gado, entre outros).

Nesse capítulo apresentamos a exploração dos recursos faunísticos e florísticos, por parte dos canoieiros Payaguá, através das atividades de pesca, caça e coleta, e, as estratégias empregadas por eles para obterem alimentos cultivados e/ou produtos manufaturados de interesse do grupo. A seguir procuramos mostrar os equipamentos de uso doméstico e pessoal utilizados pela etnia.

6 CULTURA MATERIAL

“Puedan venir abajo montañas de aguas unas sobre otras, bramar tempestades, hasta el cansancio, que el Payaguá, de pie sobre la punta extrema de su embarcación, proseguirá remando completamente impávido frente a ellas (...)” (Dobrizhoffer, V. I, 1967, p.214).

Neste capítulo, apresentamos os artefatos relacionados à atividade de subsistência e de guerra, bem como de uso doméstico e pessoal.

Com esse objetivo, procuramos elaborar uma visão da cultura material pertinente ao grupo, respaldando esse estudo na sistematização de dados etno-históricos e em trabalhos de cunho etnológico como o de Max Schmidt (1949) e Félix Outes (1915).

Para o entendimento de cultura material recorreremos a Meneses (1983, p.112-113):

“Por cultura material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual, individual, mas se alinha conforme padrões, nos quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem(...) Para analisar, portanto, a cultura material, é preciso situá-la como suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social. Conforme esse enquadramento, os artefatos - que constituem(...), o principal contingente da cultura material - têm que ser considerados sob duplo aspecto: como produtos e como vetores das relações sociais.”

6.1 Equipamento de Subsistência e/ou Guerra

Nesse item, configuramos os instrumentos utilizados nas atividades correlatas à subsistência e à ação guerreira. O trabalho envolvendo a produção desses instrumentos é, em geral, uma tarefa masculina.

Para este estudo, tomamos como base os trabalhos de Chiara (1987), Métraux (1987), e Ribeiro (1988).

6.1.1 Arcos

Segundo Berta Ribeiro (1988, p.216) podemos definir arco⁵³ da seguinte forma:

“Arma com a qual se atiram flechas. É constituída de uma ripa de madeira, recurvada por desbastamento e pela ação do calor, sendo provida de corda (...)”

Para Chiara (1987, p.123), os arcos simples (ver Figura 24)

“não se distinguem entre si de maneira nítida e formal, mas sim pela sua localização. Nada distingue o trecho da empunhadura dos dois membros ou segmentos: superior ou inferior. Estes são iguais quanto à forma; as respectivas extremidades é que podem diferenciar-se.”

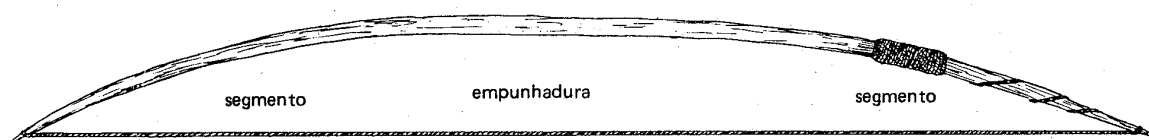


Figura 24. Arco (Fonte: Chiara, 1987, p.123)

⁵³No vocabulário Payaguá anotado por Max Schmidt (1949, p.258), em 1940 com o auxílio de María Dominga Miranda arco é indicado como hanaúke.

A antropóloga Branislava Susnik (1996, p.70) salienta que:

“(...) las partes constitutivas del arco indican variaciones más bien regionales que étnicas; influyen la disposición de la materia prima, la finalidad de la eficacia del arma como “instrumentos” de la subsistencia; la tradición manufacturera de algunas tribus puede determinar ciertas preferencias (...) La forma de las secciones transversales del arco pueden variar dentro de una misma tribu, dependiendo en gran parte del tipo de madera empleada.”

As fontes investigadas para elaboração desse trabalho mencionam de forma superficial as armas utilizadas pelo grupo, sem apresentar maiores detalhes, fato que dificulta a classificação dos artefatos quanto às categorias estabelecidas em Ribeiro (1989) e Chiara (1987), além de inibir uma caracterização mais consistente. (ver Figura 25).

6.1.2 Flechas

Conforme Ribeiro (1988, p.224), a flecha é uma “arma perfurante, usada como projétil do arco. É constituída de uma haste de taquara provida ordinariamente de emplumação na extremidade basal e de ponteira aguçada na distal.”

Segundo a proposta de Chiara (1987, p.124) a uniformização da nomenclatura das partes da flecha é: ponta, vareta, extremidade proximal, haste, emplumação e extremidade distal (ver Figura 26).

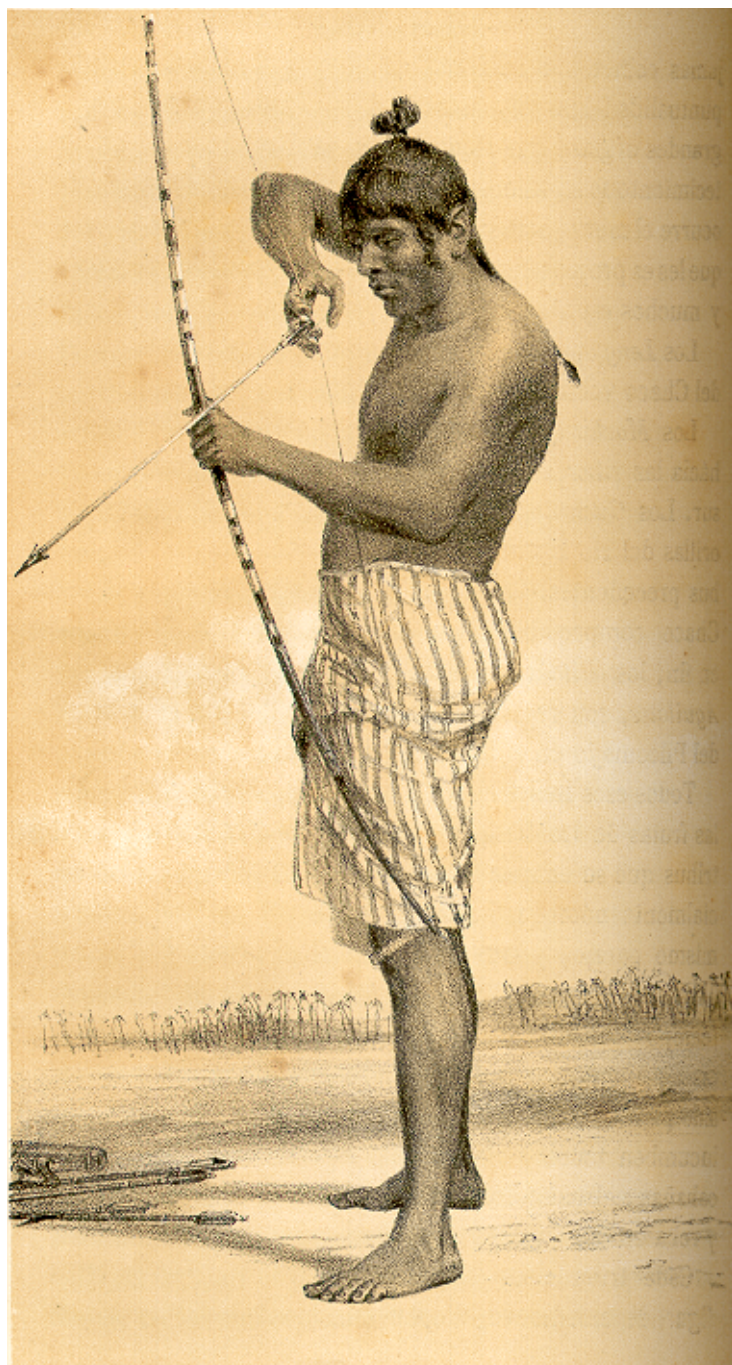


Figura 25. Cacique Payaguá - Século XIX (Fonte: Graty, 1862)

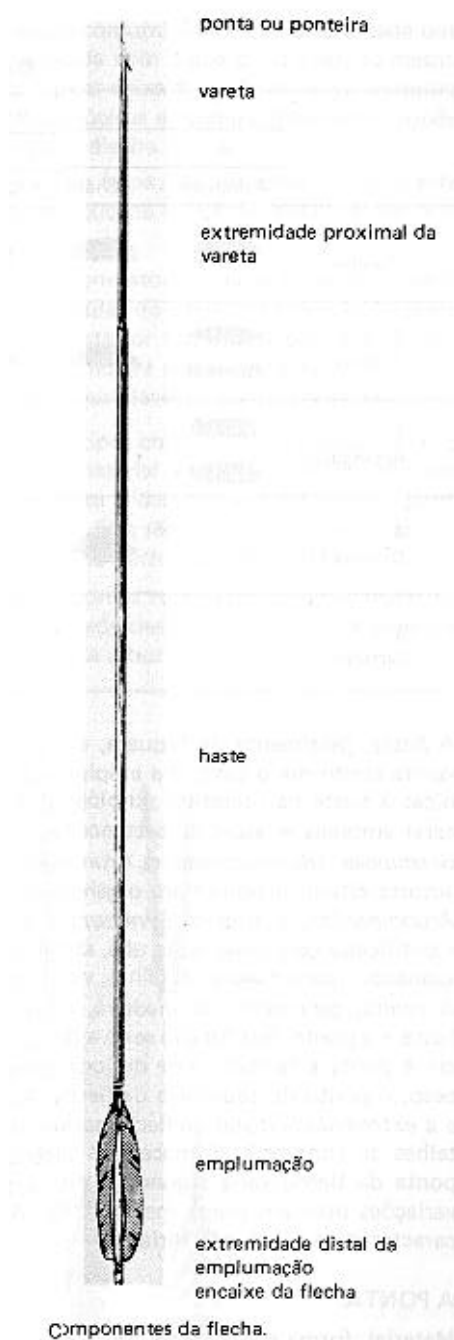


Figura 26. Flecha (Fonte: Chiara, 1987, p. 125)

A documentação histórica pertinente a este estudo em geral associa a utilização de artefatos com a alimentação do grupo. O registro de Azara (1904), no século XVIII, aponta a

caça de jacarés e capivaras com flechas que “clavadas se separava la lengüeta de la asta quedando amarradas por una cuerda” (Azara, 1904, p.365). O autor menciona que os arcos dos Payaguá teriam “siete pies”⁵⁴ e as flechas “cuatro y medio”, informa também sobre a ausência de estojo para carregar as flechas (Azara, 1923, p.84)

Quanto ao material utilizado para a confecção das pontas de flechas, não dispomos de dados que possibilitem a classificação das flechas quanto à funcionalidade. É provável que as flechas Payaguá fossem produzidas a partir de matéria-prima como: madeira, taquara, ossos ou espinhos de peixes; e, posteriormente, tenha sido adotada a ponta de metal, frente ao contato com o colonizador.

6.1.3 Macana (ou garrote)

Alfred Métraux (apud Ribeiro, 1986, p.218) insere as bordunas sul-americanas em quatro categorias:

- 1) bordunas-cajado ou cacetes;
- 2) bordunas achatadas ou bordunas-espada (macana na linguagem espanhola);
- 3) maças ou bordunas com ponta de pedra ou de metal;
- 4) bordunas de arremesso.

Segundo Susnik (1996, p.93), “el tipo de maza de los Chaqueños es esencialmente el de “garrote” como arma contundente, es hecha de madera de Palo Mataco o Palo Santo (Bulnesia sarmiento), de sección circular con diámetro variable, larga 40 a 70 cmts (...)”

Em se tratando do grupo em estudo, o instrumento é mencionado no século XVI por Cabeza de Vaca (apud Schmidt, 1949, p.240): “con que dieron (á los españoles) tantos palos en las cabezas, que de esta manera mataron al capitán Juan de Ayolas y á ochenta hombres que le habían quedado.”

⁵⁴Cada pé equivale a 33 cm.

Nos *Documentos Históricos do Mato Grosso - Minas de Cuiabá*, consta o auto de denúncia e devassa contra os Payaguá, datado de 7 de março de 1713, o qual apresenta o seguinte registro:

“(...) e se acharam cercados do gentio que conhecem ser Paiaguá todos com luas de pratas na cabeça, arcos, flechas, lanças e porretes e nas canoas em que se vinham a flechadas lançadas e porretadas matavam a vida dos pretos e brancos sem lhes escapar nenhum (...)” (DHMT-MC, MT. 10.Doc.(b)).

Dobrizhoffer (1967, V. I, p.214) indica o uso da “maza”. Azara (1923, p.400) aponta como “macana ó garrote”. As indicações indiscriminadas atribuídas ao instrumento (porrete, macana, garrote e maza) impedem a classificação do artefato segundo as categorias estabelecidas em Métraux.

6.1.4 Canoas e Remos

A canoa⁵⁵ monóxila pode ser vista como o símbolo máximo de representação da cultura Payaguá. Além de representar o ethos guerreiro, é o instrumento que permite o deslocamento constante, que sustentava o semi-nomadismo característico do grupo; era fundamental para a execução das atividades correlatas à subsistência.

Os dados para a caracterização do meio de transporte dos Payaguá são extraídos das fontes relacionadas ao século XVIII. Quanto ao período anterior, séculos XVI e XVII, os relatos fazem menção ao uso de canoas, porém não informam sobre o tamanho ou material empregado na produção.

O jesuíta Martin Dobrizhoffer (1967, V. I, p.213-214), caracterizou as canoas como levianas, rápidas, estreitas e extensas, impulsionadas por um remo pontiagudo. “La proa y

⁵⁵Conforme vocabulário anotado por Schmidt canoa é apontada como loôk.

popa de la quilla están encorvadas como un arco." O missionário aponta dois tipos de canoas: uma menor, para pesca e viagens diárias, e uma maior, com capacidade para quarenta homens, utilizada na guerra.

Segundo José Jolís (1972, p.293):

“Las canoas que usan comúnmente son pequeñas, livianas y muy ligeras(...).Teniendo en cuenta la pequeñez y poco pesu de sus esquifes ordinarios, capaces de sostener poco más de tres hombres, cuando se ven cercados y ya embestidos por enemigos, los dan vuelta ágilmente para usarlos como un escudo en defensa de sus cuerpos.”

Jolís também menciona canoas maiores “con capacidad para vinte bárbaros” (Jolís, 1972, p.293), registrando que as de guerra teriam capacidade para dez homens.

Para o religioso Pedro Lozano (1874, T.II, p.22) as canoas pertencentes aos Agaces transportavam seis ou oito "remeros". Nesse caso, é provável que o religioso esteja se referindo a canoa de proporção menor empregada na pesca.

Em Aguirre (apud Susnik, 1982, p.123-124) temos a informação de canoas de 10 metros, com capacidade de transportar 100 arrobas⁵⁶ de peso, as quais eram utilizadas nas trocas de produtos.

Conforme Félix Azara (1904, p.364-365):

“Viven los Payaguá en el río que navegan con canoas que ellos mismos fabrican: son de 4 á 8 varas (3,34 á 6,68 metros) de longitud y $1\frac{1}{2}$ á $2\frac{1}{2}$ (4,2 á 70 centímetros) de mayor anchura que está á los $\frac{2}{3}$ contados de la proa, que es puntiaguda y casi lo mismo la popa. Constan de 3 planos los dos verticales y el 3 es covo de popa á proa. El remo es una pala flexible larga 3 vara(s) (2,50 metros) las dos son de hasta muy delgada, y la 3 es la pala que tiene figura de lanza(...)”⁵⁷

⁵⁶Uma arroba equivale a 15 quilos.

⁵⁷Uma vara equivale a 1,1 m.

Quanto ao material e o método de produção, o jesuíta José Sánchez Labrador (1910, Tomo I, p.58) indica o emprego da árvore timbó (*Enterolobium timbouva*) e registra que os Payaguá possuíam “veloces canoas del tronco excavado de una especie de arbol que es alto y corpolento y llamado Neguategigo.”

Lozano (1874, T.II, p.22) explica que “canoas son unas embarcaciones que se forman de los troncos de los árboles, cavándolos con tal disposicion que cada tronco es un bajel; y los suele haber capaces de veinte hombres.”

Na produção com “las hachas de piedras” era empregado o auxílio do fogo, (Dobrizhoffer, V. I, 1967, p.214). A tarefa masculina reunia pequenos grupos em locais fartos em árvore timbó⁵⁸. O contato com o conquistador resultou na incorporação de machados e facas de metal, que agilizaram o trabalho.

“La continuidad o el rompimiento de “las paces” dependía de la exigencia astuta de los Agaces, deseando éstos “el hierro”, pues necesitaban de hachas de metal para una rápida confección de suas canoas y “lenguetas de hierro” para sus flechas usadas en guerra y caza” (Susnik, 1978, p.102-103).

A representação do elemento canoa na cultura Payaguá ultrapassava os limites do material. Podemos dizer que a canoa para esse grupo estabelecia o elo de ligação entre os elementos formadores do conjunto cultural do grupo.

A questão social envolvendo a formação familiar com a integração de um homem a uma família, através do casamento, estava concatenada à posse da canoa. Da mesma forma, a dissolução matrimonial dava à mulher com filhos o direito de ficar com a canoa, que representava o principal meio de obter o sustento.

⁵⁸A respeito da produção da canoa, Susnik (1983, p.135) coloca o seguinte: “(...) los payaguáes que dominaron absolutamente el río Paraguay, con una extraordinaria movilidad a base de canoas de factura muy simple

“(...)los achar-caciques especialmente los organizadores de flotillas guerreras o de carga, buscaban establecer uniones matrimoniales ventajosas entre sí a fin de tener más canoas y más remeros disponibles(...) (Susnik, 1972, p.101-102).

A socialização entre as tribos do Norte e do Sul estava alicerçada em lutas e disputas, as quais revertiam para os vencedores o recebimento de canoas como prêmio.

“(...)las visitas interparciales se caracterizaban por la fiesta socioritual de “puños” entre los hombres de las parcialidades, quedando los vencedores con el “botín” de “canoas-remos-mercancías”; era el ethos competitivo y la misma expresión vivencial de “confianza-seguridad”(...)”(Susnik,1981, p.119).

A canoa de timbó, como elemento cultural Payaguá, conservou características próprias até o século XIX. A partir de então, a dependência crescente em relação à sociedade colonizadora instiga a adoção da canoa de cedro (Susnik, 1996, p.62).

Quanto ao remo⁵⁹, os registros são escassos. O instrumento, quando mencionado, é apontado como sendo confeccionado de madeira “durísima y con puntas agudas a manera de dardos” (Jolís, 1972, p.293). É, em geral, caracterizado como pontiagudo, exercendo também a função de lança, “é largo três varas y média, incluída la pala, agudísima” (Azara, 1923, p.400)⁶⁰.

monóxilas, vale decir elaboradas en un simple tronco aunque sí grandes troncos de timbó, un árbol como el samuhú de meollo blanco, que era extraída con un simple hacha y ayudados con el fuego.”

⁵⁹Remo na língua Payaguá é apontado como laraJA.

6.2 Equipamento Doméstico e de Trabalho e Artefatos de Uso Pessoal

Neste item, temos por objetivo caracterizar os equipamentos de uso doméstico e de trabalho, bem como os artefatos de uso pessoal, conforme as categorias de matéria-prima e técnica de manufatura.

6.2.1 Cerâmica

A produção de cerâmica entre os Payaguá pode ser comprovada em fontes históricas do século XVIII e XIX. Apesar de genéricas, as informações apontam para a presença do trabalho em argila entre as atividades executadas por esses indígenas.

O jesuíta José Sánchez Labrador (1910, T.II, p. 93-94), no século XVIII, registrou a presença de vasilhame nos sepultamentos.

Félix Azara, em *Geografía Física e Esférica de Las Provincias del Paraguay* (1904, p.357), menciona as “ollas de barro”, empregadas nos enterramentos para cobrir a cabeça do sepultado. O autor caracterizou as vasilhas cerâmicas dos Payaguá como “muy pintadas y mal cocidas” (1923, p.398). E apontou essa tarefa como de responsabilidade feminina.

No século XIX, temos a observação do médico francês Alfred Demersay (apud Moura, 1984, p.427):

"a cerâmica fabricada pelas mulheres paiaguás era mal cozida, quebrava-se facilmente e não devia resistir senão fracamente à ação do fogo; a argila era enegrecida e muito grosseira, mas as formas de que lhe sabiam dar e os desenhos com que a revestiam, demonstravam habilidade e gosto artístico."

Para um maior conhecimento da cerâmica, torna-se fundamental recorrermos ao trabalho de Max Schmidt (*Los Payaguáes*, 1949), que apresenta características sobre os artefatos em argila pertencentes à etnia. O estudo do antropólogo alemão está amparado na

⁶⁰Em *Etnohistoria de Los Chaqueños* (1981, p.113) Susnik se refere ao “remo-lanza”.

análise das peças em exposição no Museo de História e Etnografia de Assunção, bem como nos dados obtidos junto à informante Payaguá María Dominga Miranda, que indicou os exemplares analisados como de procedência Payaguá. As peças são procedentes de Asunción, Piquetecue, Rincon Peñon, Limpio e das proximidades de Santísima Trinidad.

Segundo Schmidt, os vasilhames podem ser divididos em dois grupos: campanas e cântaros, de acordo com a forma.

Descrição da cerâmica, conforme Schmidt:



Figura 27

Altura: 7,2cm

Espessura: 1,1cm

Ornamentação: geométrica, com linhas gravadas em parte horizontais e outras verticais.

Cor: a superfície do lado interno mostra restos de uma pintura marrom escura em um fundo vermelho.

Procedência: Assunção (localizada durante os trabalho para edificação do novo Museo de Assunção)



Figura 28

Altura: 72cm

Diâmetro da abertura superior: 2,2-2,6cm

Cor: gris

Procedência: proximidades de Limpio

No caso dessa peça, chama a atenção, segundo a análise de Schmidt (1949, p.228), a concordância entre as medidas da altura e do diâmetro da abertura superior, semelhantes às urnas funerárias Guaraní, bem como as linhas paralelamente impressas.

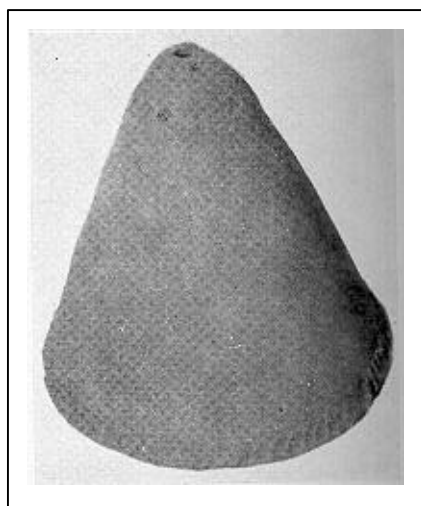


Figura 29

Altura: 46cm

Espessura do fundo: 1cm da borda: 1,8cm

Diâmetro da abertura superior: 46cm

Diâmetro da perfuração: 2cm

Cor: gris-amarelo

Procedência: proximidades de Limpio

Forma de campana, com perfuração no fundo. Apresenta decoração na borda superior com unha ou com instrumento próprio.

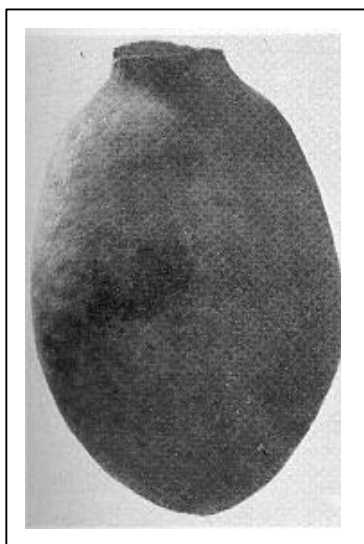


Figura 30

Altura: 56cm

Diâmetro máximo: 60cm

Diâmetro da abertura superior: 28,5cm

Espessura da borda: 1,5cm

Procedência: Limpio

Cântaro de barro cozido, ornamentado com barro fundido.

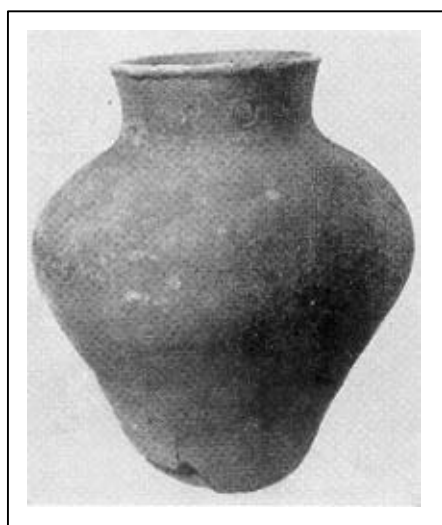


Figura 31

Altura: 68cm

Diâmetro máximo: 60cm

Diâmetro da abertura superior: 33cm

Espessura do fundo: 2,5cm

Espessura da borda: 2cm

Diâmetro da abertura contida na parte superior da peça: 3,3cm-3,8cm.

Procedência: proximidades de Limpio

Cântaro de barro cozido. A forma é comum aos potes de água utilizados pelos paraguaios.

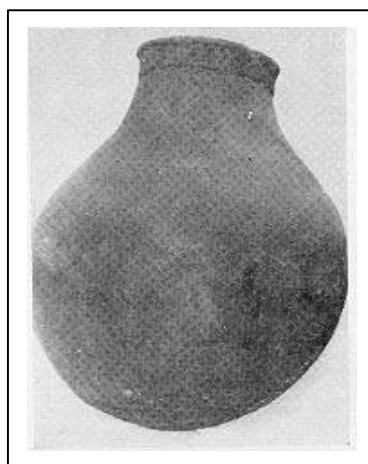


Figura 32

Altura: 2,7cm

Diâmetro máximo: 5cm

Diâmetro da abertura superior: 21cm

Espessura: 1,5cm

Espessura da borda: 2cm

Procedência: proximidades de Limpio

Cântaro de barro cozido, com ornamento aprofundado no barro.

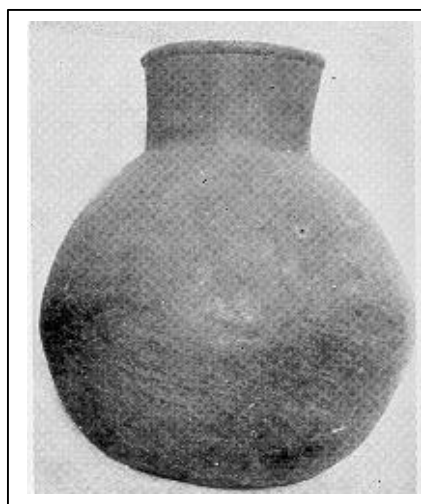


Figura 33

Altura: 48,8cm
Diâmetro máximo: 40cm
Diâmetro de abertura superior: 20,5cm
Espessura: 1 cm
Procedência: proximidades de Limpio
Cântaro de barro cozido, forma comum.

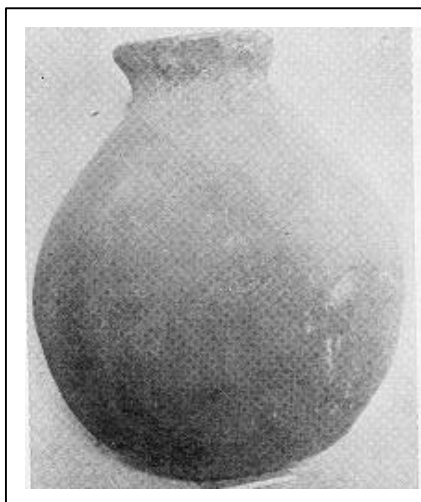


Figura 34

Altura: 34,5cm
Diâmetro máximo: 28,5cm
Diâmetro da abertura superior: 13,5cm
Procedência: proximidades de Limpio
Cântaro de barro cozido. Chama a atenção pela forma diferenciada, com a diminuição da peça próxima à abertura.

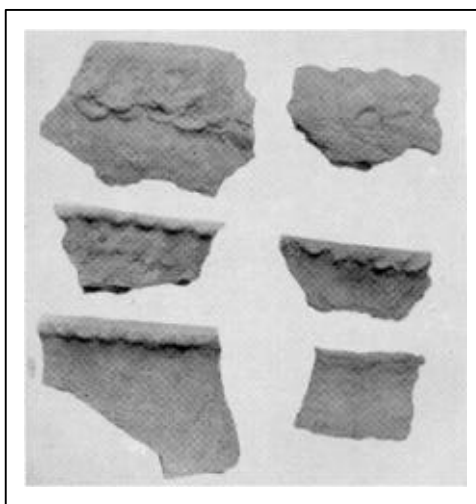


Figura 35

Pedaços de bordas de vasilhas relativamente pequenas, de cor avermelhada. A ornamentação é aprofundada no barro.

Procedência: Piquetecue, Rincon Peñon e Limpio.

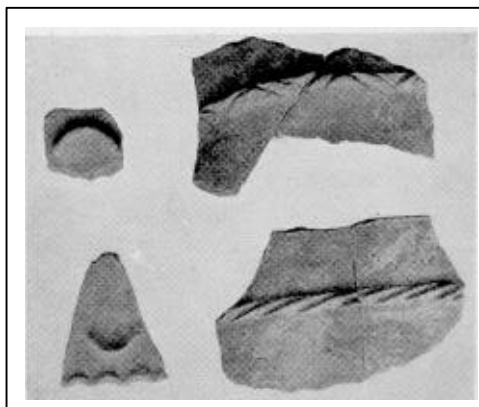


Figura 36

Pedaços de barro cozido, os quais apresentam ornamentação em relevo, alguns contendo uma espécie de alça na parede. Apresentam linhas gravadas; elevações feitas com unhas ou com utensílio próprio.

Procedência: Piquetecue, Rincon Peñon e Limpio.

A ausência de fontes etno-históricas que atestem a presença de cerâmica entre os Payaguá nos séculos XVI e XVII não indica a inexistência dos artefatos.

Conforme Susnik (1981, p.35):

"Los Payaguáes adoptaron la cerámica- en función limitada-, ya en la época precolonial, al aparecer bajo la influencia de las "ollas para la sopa de pescado" alto paraguayenses y de las vasijas funerarias del tipo litoral - paranaense, destacándose la cerámica gruesa en forma de campana."

É importante destacar que os esparsos registros que mencionam os vasilhames correspondem a um período no qual os Payaguá encontravam-se assentados nas proximidades de Assunção e mantinham um contato freqüente com a população da cidade e arredores, ficando a etnia sujeita aos valores culturais estabelecidos pela sociedade colonizadora. Ao

mesmo tempo, serve de incentivo para a produção voltada para o comércio. Ressalta-se, ainda, que o papel de comerciantes, exercido por esses indígenas, permutando artigos e produtos oriundos de outros grupos, instigava a assimilação de produtos e, provavelmente, de técnicas.

Para Susnik, há uma relação entre a cerâmica “gruesa” dos Payaguá e a cerâmica arqueológica do Litoral do Paraná (1996, p.153) (ver Figura 37).

Segundo a autora,

“caracteriza a los Payaguá la falta de toda cerámica utilitaria para su propio uso tribal hasta la segunda mitad del siglo XVIII, cuando aún defendían concientemente su tradicionalismo cultural; posteriormente, con la pacificación y asentamientos estables en cercanías de los criollos, las mujeres Payaguá se volvieron ceramistas imitando las formas criollas de vasijas y adoptando hasta el horno, para de esta manera disponer de un nuevo medio de trueque adquisitivo” (Susnik,1995, p.93-94).

6.2.2 Artefatos Líticos

A documentação histórica pertinente ao estudo do grupo apresenta ausência de dados sobre a utilização de implementos líticos. De cunho etno-histórico, temos somente o registro de Dobrizhoffer (1967, V. I, p.214), o qual menciona o emprego de machados de pedra na confecção das canoas.



Figura 37. Cerâmica Payaguá da Coleção do Museu Andres Barbero (Fonte: Susnik, 1995)

No entendimento de Susnik (1982, p.169), os grupos chaquenhos, por causa da ausência de pedras na área chaquenha, recorriam a zonas periféricas para obter o material. A autora inclui os Payaguá nessa prática: “también los Payaguáes recurrían a los norteños para disponer de hachas como el básico instrumento para fabricar sus canoas monóxilas.”

A investigadora informa sobre o uso por parte desses indígenas de “cuchillos de la quijada de pez “piraña” (Susnik, 1982, p.172).

É provável que implementos líticos, como alisadores, polidores, lascas, entre outros, fossem empregados pelos Payaguá em tarefas cotidianas, porém a falta de registros restringe nosso estudo e impede maiores elaborações sobre o tema.

6.2.3 Utensílios em Cabaça

Max Schmidt (1949) apresenta em seu estudo um conjunto de cabaças, em cuja ornamentação predomina a forma geométrica. Do total de exemplares, três foram doados pela informante María Dominga Miranda, e os demais fazem parte da coleção Moises Bertoni (ver Figura 38).

Nas fontes escritas, relacionadas aos séculos XVI e XVII, não constam registros da presença de utensílios em cabaça entre os Payaguá. Entretanto, é possível supor que o porongo fosse conhecido desses indígenas, e provavelmente aproveitado, para uso doméstico (recipientes para beber ou carregar água, entre outros).

Azara (1923, p.399-400), tratando da questão das enfermidades entre os Payaguá, no século XVIII, aponta o uso de cabaças pelos pajés.

“La calabaza es hueca, larga tres palmos, y compuesta de dos pegadas a lo largo con un agujero en cada punta, el mayor de tres pulgadas y media de diámetro(...) Luego aplica el borde del agujero mayor de la calabaza al lado superior, junto a la nariz, quedando la boca en medio del agujero; grita sin articular palabras y suena la calabaza con bastante extrañeza y variedad, espantando a la enfermedad, según ellos dicen.”

O autor indica a presença de cabaças entre os utensílios domésticos dos Payaguá (1904, p.362).

Para Susnik (1982, p.211-212):

“Los Payaguáes desarrollaron al máximo la ornamentación de las calabazas-estuches y mates, especialmente en la segunda mitad del siglo XVIII, cuando convirtieron esta manufatura en un ventajoso trueque. Los motivos ornamentales, divididos en campos, son geométricos o ya fitomorfos estilizados, pirograbados generalmente; el estilo ornamental es adaptado al gusto criollo ya que los Payaguáes siempre distinguen entre su pauta consuntiva y la finalidad de venta-trueque.”

De acordo com nossas investigações podemos inferir que, a partir das últimas décadas do século XVIII, os Payaguá encontravam-se incorporados à sociedade paraguaia. Por causa da nova situação, ocorre a necessidade de reformulações, principalmente de ordem econômica. A produção de artigos e produtos para comercialização parece ter sido a forma encontrada de gerar recursos necessários para manter o grupo. Não se pode acreditar que a produção artesanal mobilizasse a atenção de todos (homens e mulheres), entretanto, cabe enfatizar que as mulheres assumem um papel decisivo na economia do grupo a partir do período citado, produzindo e vendendo artigos no comércio de Assunção.

6.2.4 Tecelagem e Trançado

A presença da tecelagem entre os Payaguá é registrada nas últimas décadas do século XVIII por Juan Francisco Aguirre e Félix Azara, quando progressivamente, o grupo se incorpora à sociedade colonial, apresentando nítidas mostras de aculturação.

Não obstante, é importante acrescentar que, apesar da falta de subsídios para tecer comentários sobre a atividade em períodos anteriores (séculos XVI e XVII), não colocamos como inexistente a presença da manufatura em meio ao grupo, pois é provável que, se não produzissem, obtinham o produto junto a outros grupos. Nesse caso, as mantas provenientes dos Chané parecem enquadrar-se.

Susnik (1982, p.154) aponta a importância dos Chané do Alto Paraguay como elementos responsáveis pela difusão dos tecidos de algodão. A autora também apresenta o contato dos Payaguá com os Chané, dos quais recebiam mantas. “(...)Así por ejemplo traían mantas de algodón de los chanés y las llevaban hacia la costa donde vivían los Guaycurúes mbayáes y se las entregaban a ellos en cambio de otras cosas” (Susnik, 1983, p.135).

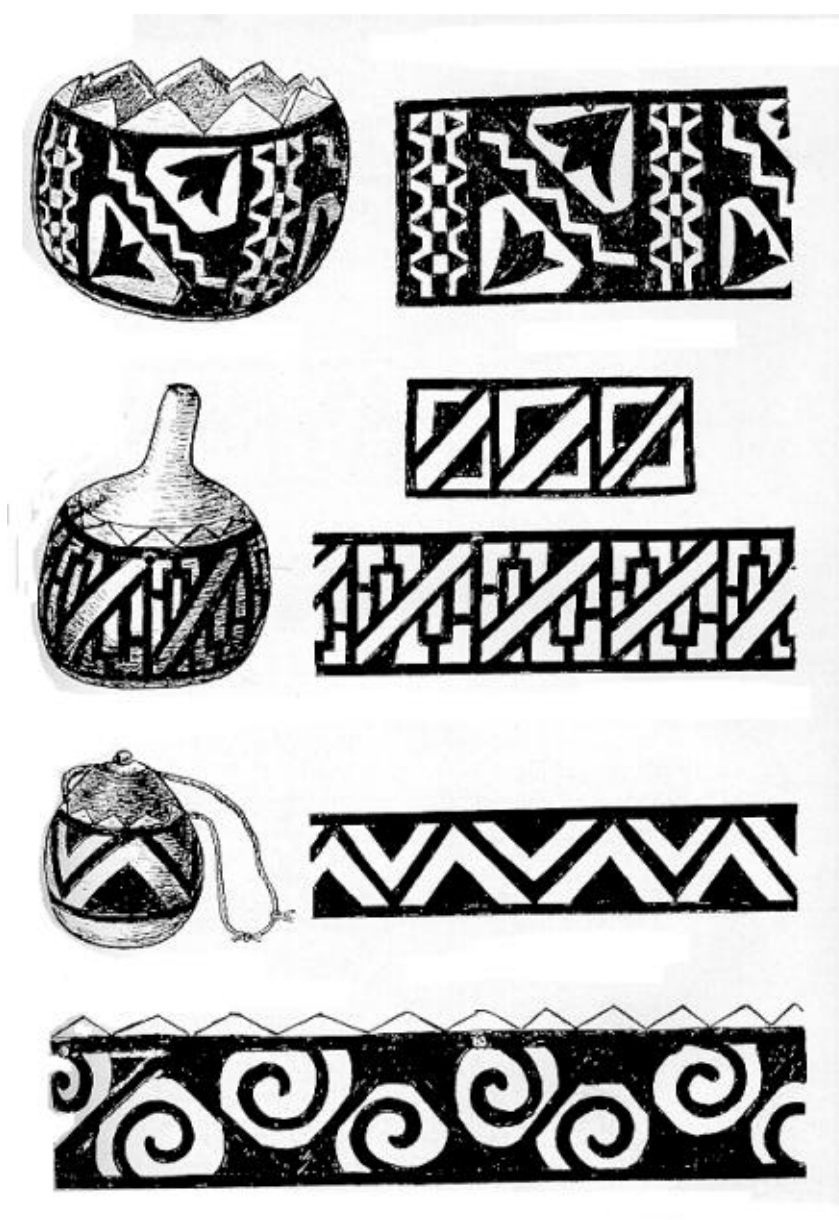


Figura 38. Conjunto de Cabaças Payaguá - coleção Moisés Bertoni (Fonte: Schmidt, 1949)

Aguirre (apud Susnik, 1981, p.136) atesta a atividade de tecer e deixa nítida a intenção comercial contida na produção:

“De poca importancia era el tejido, faltando el cultivo de algodón y despreciando los payaguáes el tejido de lana; hacia los fines del siglo XVIII había algunos intentos de tejer mantas de algodón, de 2 1/2 varias largas y 1

1/2 de ancho, generalmente en ornamentación listada simple de color de tabaco, siempre destinadas a una favorable venta.”

Azara (1923, p.72) descreve a forma como as índias Payaguá executavam a tarefa de tecer:

“Cuando las mujeres quieren hilar preparan el algodón disponiéndole en forma de larga morcilla del grueso de un dedo, sin torcelo; después, sentándose en el suelo con las piernas extendidas, toman su huso, que tiene cerca de dos pies de largo, y empiezan a hilar haciendo vueltas al dicho huso sobre la pierna desnuda, pero torciendo poco el hilo, que van arrollando sobre el huso mismo. Cuando han hilado todo el algodón que tenían en el brazo ponen alrededor de este mismo brazo el hilo que había en el huso, para torcerlo por segunda vez, y lo van reuniendo en la parte inferior del repetido huso. En este estado, y sin doble, lo emplean ellas para fabricar sus cobertores y para coser, pues no practican jamás esta operación.”

Quanto ao trançado, temos a referência de Labrador, correspondente ao século XVIII, que aponta o emprego de esteiras e cobertores de enea (chamada de totora) sobre os sepultamentos dos Payaguá. Pedro Lozano (1941, p.62) menciona que esses indígenas para se protegerem do vento, faziam uso de “una pequeña estera”. A confecção era uma tarefa feminina (Azara, 1904, p.362).

Max Schmidt (1949) supõe que as esteiras fossem aproveitadas na parte interna (para sentar e dormir) e externa (cobertura) da habitação. E que essas corresponderiam às utilizadas pelos Mbayá⁶¹. Segundo a hipótese do antropólogo, o trançado “con hilo doble” poderia ser a técnica empregada pelos Payaguá na produção das esteiras.

6.2.5 Manufatura em Madeira

⁶¹Schmidt aponta o método de produzir esteiras registrado por Labrador (apud Schmidt, 1949, p.224) para os Mbayá, o qual acredita ser também o empregado pelos Payaguá: “No tienen más arte que poner los juncos tendidos con igualdad según el anchor que ha de tener la estera, y atravesarlos por seis ú ocho partes en

Nesse item, restringimos nosso estudo ao trabalho de ornamentação dos cachimbos dos Payaguá. Isso porque os registros históricos pertinentes a esse item não possibilitam uma elaboração mais completa sobre a manufatura em madeira.

Das fontes históricas disponíveis extraímos três referências quanto ao artefato:

Azara (1904, p.356-357), no século XVIII, registra a utilização do cachimbo pelo pajé em seus rituais medicinais, caracterizando-o da seguinte forma:

“(...)La pipa es un cilindro largo 14 pulgadas (32,20cm) y 2 de diámetro (4,6cm), barrenado por el eje, y en una de sus bases tiene un cañoncito largo dos pulgadas(4,6cm) que sirve de boquilla(...)”

Aguirre (apud Outes, 1915, p.385), no mesmo século, registra que esses indígenas utilizavam para fumar as “pipas que ellos hacen de madera y tienen boca horizontal y cuadrada.”

Demersay (apud Moura, 1984, p.446), que esteve no Paraguai no século XIX (1844-1847), descreve o cachimbo Payaguá como um

“tubo de madeira dura e pesada coberto por gregas regulares e gravadas superficialmente com perfeição, tinha o comprimento de 50 centímetros, ornado com pregos dourados e perfurado por um conduto alargado numa extremidade e terminado por um bico na outra”.

O etnólogo Félix Outes em seu trabalho *Los Asuntos Decorativos Bíblicos En Los Objetos De Ceremonial Pagano Payaguá*, publicado em 1915, nos *Anales del Museo*

proporcionada distancia y apretar unos con otros con el hilo. Atan las dos extremidades por las puntas de los juncos, haciendo un modo de trencilla, que corre lo ancho, y así queda concluida la estera.”

Nacional de Historia Natural de Buenos Aires, apresenta uma análise dos exemplares do artefato em exposição no Museu Britânico e no Museu Nacional de Montevideo.⁶²

As peças analisadas por Outes podem ser divididas em dois conjuntos: um com exemplares cuja longitude varia de 545 e 50 mm; o outro contém peças quadrangulares, com longitude de 452 a 386 mm. Os quadrados laterais não excedem a 51 mm, nem são menores que 33mm. A madeira, o “palo santo” (*Bulnesia sp*), é a matéria-prima empregada neste trabalho. (ver Figuras 39 e 40)

A decoração é em baixo-relevo ou em “taglio”; a maioria dos exemplares apresenta “tachuetas” de bronze ou fragmentos de espelhos distribuídos simetricamente ou integrados a alguma figura.

No entendimento do autor, a falta de informações históricas sobre o instrumento indica uma confecção inexpressiva, reservada somente para rituais dos shamans.

Conforme Outes, a expressiva decoração está ligada à influência jesuítica, tanto na arte de talhar a madeira, quanto nas representações de figuras associadas a ensinamentos religiosos dos missionários.

A ornamentação é composta por figuras bíblicas e elementos do cotidiano dos indígenas, como plantas e animais (ver Figura 41). Podemos inferir que as características decorativas dos cachimbos foram influenciadas por variantes culturais externas, entretanto, preservam parte da cultura tradicional, no caso, representada por elementos associados principalmente ao ambiente e à vivência do grupo.

Percebe-se nesses objetos a manutenção de símbolos próprios, mesmo que estes estejam diluídos em meio a significações (e representações) extraídas de referências culturais alheias.

⁶²Em 1901, Karl von den Steinen publica um estudo sobre a decoração dos cachimbos dos Payaguá, analisando exemplares em exposição no Museo de Berlim. Teodoro Koch, em 1903, publica um artigo sob o mesmo título, servindo como uma complementação ao estudo de Steinen. Félix Outes faz uso das informações obtidas em

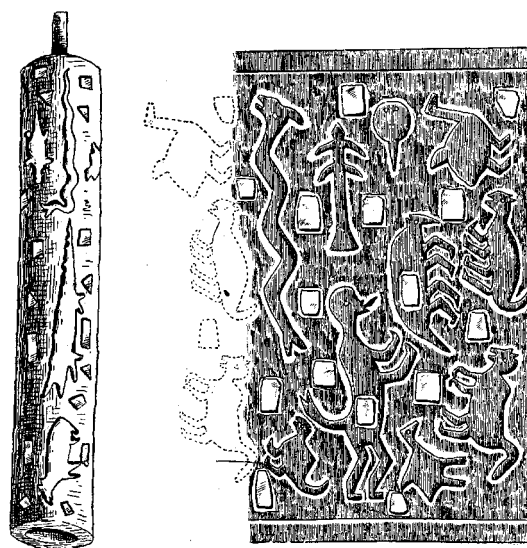


Figura 39. Cachimbo Payaguá (Fonte: Outes, 1915, p. 389)

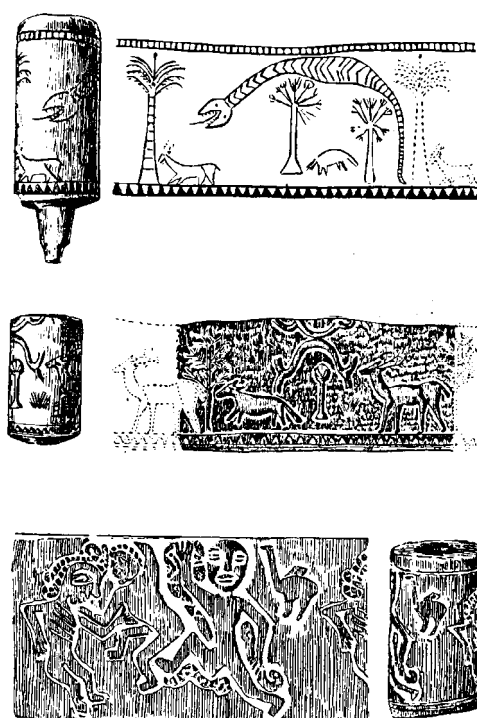


Figura 40. Cachimbo Payaguá (Fonte: Outes, 1915, p. 390)

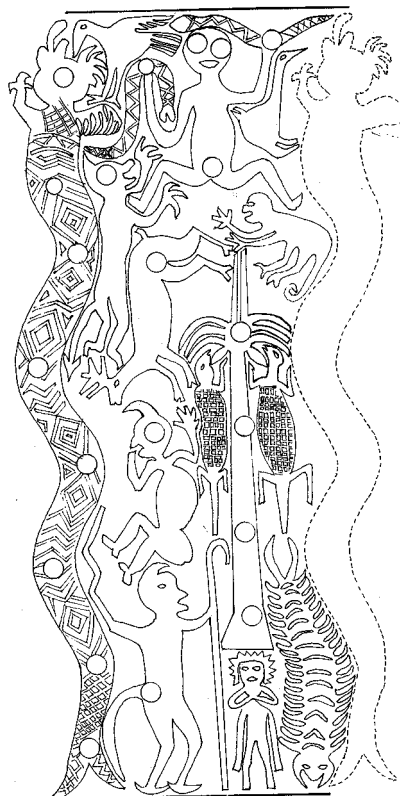


Figura 41. Decoração em madeira (Cachimbo Payaguá) (Fonte: Schmidt, 1949).

Cabe ressaltar que a doutrina cristã não se estabeleceu efetivamente entre os Payaguá. Os trabalhos missionários e as tentativas de redução fracassaram. No entanto, podemos observar que determinados aspectos religiosos foram assimilados por esses indígenas, não através de uma aprendizagem sistemática, mas possivelmente frente ao contato com a sociedade colonial e com grupos indígenas conhecedores da religião colonizadora.

6.2.6 Objetos de Adorno Pessoal

Neste item, trabalhamos especificamente o tembetá (ou labrete). As informações históricas quanto aos adornos utilizados pelos Payaguá são escassas. Os poucos dados de que dispomos referem-se ao século XVIII e são bem genéricos.

Faz-se importante apresentar a diferenciação existente entre os termos tembetá e labrete:

Conforme a definição de Ribeiro (1988, p.183) "tornou-se costume chamar de tembetá todo o objeto duro e inflexível que os índios se introduzem no furo artificial do beijo inferior, com exceção do botoque."

Labrete é definido como:

“adorno pendente do orifício do lábio inferior. Distingue-se do tembetá e do labrete emplumado pela matéria-prima empregada(...). Os labretes, tal como outros adornos corporais, apresentam variantes que denotam sua qualidade de insígnas tribais, clânicas e subclânicas. Às vezes são constituídos de uma simples talisca de taquara ou madeira que impede o fechamento do orifício do lábio.”(Ribeiro, 1988, p.172).

O jesuíta Dobrizhoffer (1967, V. I, p.212) registra que os Payaguá colocavam no lábio inferior perfurado “una larga varilla de madera o de metal reluciente que les llega hasta el pecho.”

O uso do adorno também é mencionado pelo missionário Jolís (1972, p.294): “los Payaguas que llevan muchas láminas de plata y de oro pendientes de las orejas y del labio inferior a la manera de los Chiriguanos.”

O frei Pedro José de Parras menciona o adorno em seus registros sobre os Payaguá:

“ Son ellos de gallarda estatura, pero feísimos de cara como el mismo demonio (...) Traen también pendiente del labio bajo, un pito de plata, y para eso hacen un agujero en dicho labio, cuando son muchachos” (Jolís, 1943, p.138).

Félix Azara informa que a utilização do barbote era uma marca distintiva dos homens (1923, p.73). O autor registra o uso do ornamento desde a infância:

“En los pechos de la madre usan ya el barbote que es un palito largo 4 ó 5 pulgadas, y de línea y media de diámetro; afianzan uno de sus extremos á frotación en el ahuego (agujero) de otro palo más grueso que les atraviesa el labio inferior en la raíz de los dientes, quedando el otro extremo flotante” (Azara, 1904, p.359).

Conforme Rangger (apud Schmidt, 1949, p.207), o adorno utilizado pelos homens no lábio inferior era uma “pequeña barrita de plata.”

A antropóloga Branislava Susnik, baseando-se em Aguirre, registra que

“El “yayobaga” de los Payaguá es de plata, concha o simple palito, de 9 a 11 cms. de largo; cuando se efectúa la perforación del lábio al hijo de un cacique, tiene lugar siempre un festival público; al niño eligen o nombran “compañeros”, y los participantes lo rocian con su sangre ya que el festival implica el rito de escarificación”(Susnik, 1982, p.129).

Os registros apontam o uso, pelos Payaguá, de material diversificado para confeccionar os tembetás (ou labretes). Talvez, a matéria-prima empregada (taquara, prata, entre outros) na confecção do adorno marcasse o lugar ocupado pelo indivíduo em meio à sociedade.

FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS

a) Documentos Não Publicados

DHMT-MC - Documentos Históricos do Mato Grosso - Minas de Cuiabá (1719-1748). Transcrição e organização de Elizabeth Madureira Siqueira. Impressão: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1995. Referências: MT. 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15. Doc.

MT. 05.Doc (a) - Carta do Ouvidor Geral das Minas de Cuiabá João Gonçalves Pereira, ao Governador da capitania de São Paulo, Conde Sarzedas, discorrendo sobre a atuação dos Ministros e demais autoridades junto às Minas de Cuiabá e sugerindo medidas administrativas para a mesma (Cuiabá, 19 de março de 1736). (Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo, Vol. XXIII: 335-350).

MT. 05.Doc (b) - Registro de uma portaria expedida pelo Governador da capitania de São Paulo, Conde de Sazerdas, determinando guerra aos índios Caiapó (Santos, 18 de dezembro de 1736). (Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo, Vol. XXII: 120-121).

MT. 06.Doc - Carta do Governador da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, ao Rei, relatando as notícias das Minas de Cuiabá e justificando sua ida tardia para São Paulo (Cuiabá, 11 de março de 1728). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre História de São Paulo - Doc. 9. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 09.Doc - Traslado do termo de conferência da expedição que de Cuiabá transportava o Ouvidor Geral, José Burgos Vila Lobos, para a cidade de São Paulo (02 de Novembro de 1730). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre a História de São Paulo - Doc. 64. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 10.Doc (a) - Provisão Régia ao Governador da capitania de São Paulo ordenando decisão sobre o socorro a ser dado ao Ouvidor das Minas de Cuiabá, frente aos ataques dos índios (Lisboa, 21 de janeiro de 1731). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre a História de São Paulo - Doc. 857. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 10.Doc (b) - Auto da denúncia e devassa feitos tendo por base os ataques dos índios Paiaguá no caminho das monções das Minas de Cuiabá (Cuiabá, 07 de março de 1731). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre a História de São Paulo - Doc. 67. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 10.Doc (c) - Termo da junta que se fez para que saísse bandeira em guerra aos índios Paiaguá (Cuiabá, 31 de março, de 1731). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre a História de São Paulo - Doc. 63. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 11.Doc (a) - Carta do Juiz Mais Velho das Minas de Cuiabá ao Rei, informando sobre a cobrança dos quintos, sobre os índios e sobre a atuação dos provedores dos defuntos e ausentes das Minas de Cuiabá (Cuiabá, 25 de março de 1728). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre a História de São Paulo - Doc. 24. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 11.Doc (b) - Carta do Ex-Governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses ao Rei, expondo as providências tomadas em seu Governo na administração das Minas de Cuiabá (Lisboa, 08 de janeiro de 1732). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre a História de São Paulo - Doc. 80. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 11.Doc (c) - Parecer do Conselho Ultramarino sobre a situação geral das Minas de Cuiabá e especialmente com relação a questão indígena (Lisboa, 29 de janeiro de 1932). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre a História de São Paulo - Doc. 78. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 11.Doc (d) - Parecer do Conselho Ultramarino sobre a necessidade de se dar guerra aos índios que infestavam as Minas de Cuiabá e Goiás (Lisboa, 04 de fevereiro de 1731). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre a História de São Paulo - Doc. 74. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 11.Doc (e) - Carta do Governador da Capitania de São Paulo, Conde de Sazerdas, ao Rei, informando sobre a falta de notícias das Minas de Cuiabá e sobre as providências que tomará no tocante a guerra empreendida contra os índios Paiaguá e a proibição de se escravizar os Pareci (São Paulo, 20 de agosto de 1732). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre a História de São Paulo - Doc. 856. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 11.Doc (f) - Carta do Governador da Capitania de São Paulo Rodrigo César de Meneses ao Rei, relatando os ataques dos índios da região aos moradores das Minas de Cuiabá e as monções que a ela chegavam (Cuiabá, 28 de março de 1728). (Documentos Ibéricos: Documentos Sobre a História de São Paulo - Doc. 25. Acervo da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul).

MT. 12.Doc (a) - Ordem passada pelo Governador da Capitania de São Paulo, Conde de Sazerdas, ao Tenente-Coronel da Vila de Sorocaba, Bernardo Antunes de Moura, para efetivação da guerra contra os índios Paiaguá (São Paulo, 02 de março de 1733). (Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo, Vol. XXIII: 40-41).

MT. 12.Doc (b) - Carta ao Governador da Capitania de São Paulo, Conde de Sazerdas a Manuel Mendes de Almeida, ordenando ajuda ao Provedor da fazenda nas despesas com a guerra contra os índios Paiaguá (São Paulo, 30 de abril de 1733). (Documentos Interessantes Para a História e Costumes de São Paulo, Vol. XXIII: 56-57).

b) Cartas Ânuas Não Publicadas

CA-IAP (a) - Cartas Anuas que contienen los sucessos de la Provincia del Paraguay del año 1644 - Reducción de San Ignacio de Caaguazú. Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1927. Transcrição: 1994 - São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, p. 1-122.

CA-IAP (b) - Carta Anua de la Provincia del Paraguay años 1658-1660. Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1928. Transcrição: 1994. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, p.1-55.

CA-IAP (c) - Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay años 1663-1666. Traducción de Carlos Leonhardt, S.J. Buenos Aires, 1927. Transcrição:1994. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, p.1-123.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADÁMOLI, Jorge. O pantanal e suas relações fitogeográficas com os cerrados - discussão sobre o conceito de "Complexo do Pantanal". In: **Anais do XXXII Congresso Nacional de Botânica**. Teresina, Sociedade Botânica do Brasil, 1982, p. 109-119.
- _____. A dinâmica das inundações no Pantanal. In: **I Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal**. Brasília, EMBRAPA, Centro de Difusão e Tecnologia, 1986, p. 51-61.
- _____. Fitogeografia do Pantanal. In: **I Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal**. Brasília, EMBRAPA, Centro de Difusão e Tecnologia, 1986, p. 105-106.
- AGUIRRE, Juan Francisco. Diario del Capitán de Fragata de la Real Armada don Juan Francisco Aguirre en la demarcación de límites de España y Portugal en la América Meridional. **Boletim del Instituto Geográfico Argentino**, XIX. Buenos Aires, 1898, p.464-510.
- ALVEAR, Diego de. Relación Geográfica e História del territorio de las Misiones por el Brigader D. Diego de Alvear. **Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua y Moderna de La Provincia del Río de La Plata por Pedro Angelis**. T.V. Buenos Aires, 1970, p.565-727.
- ARCE, Francisco. Relação Duma viagem no rio Paraguai desde Assunção até o lago dos Xaraiés, em 1703-1 704, pelo Padre Francisco de Arce, redigida em 1713. Manuscritos da Coleção de Angelis.VI. In: **Antecedentes do Tratado de Madri Jesuíta e Bandeirante no Paraguai (1703-1751)**. Introdução, notas e sumário por Jaime Cortesão. Biblioteca Nacional. Divisão de obras raras e publicações, I parte - Expedições de Jesuítas e Bandeirantes, 1955.p.23-34
- AUDIBERT, Alejandro. **Los Limites de la Antigua Provincia del Paraguay**. 1ª Parte. Buenos Aires, Imprenta La Economica, 1892. 386 p.
- AZARA, Félix. **Geografía Física y Esférica de las Provincias del Paraguay, Misiones Guaraníes**. Bibliografía, prólogo y anotaciones por Rodolfo R. Schuller. T.I. Montevideo: 1904. 474 p.
- _____. **Descripcion e Historia del Paraguay y del Rio de la Plata**. Buenos Aires, Editorial Bajel, 1943. 383 p.

- _____. Descripción e Historia del Paraguay y del Río de la Plata. estudio preliminar y notas aclaratorias por Fernando Marquez Miranda. In: **Viajes por America del Sur**. Viajes y Viajeros. II. Madrid, Aguilar, 1962, p.332-497 (Biblioteca Indiana, IV).
- _____. **Viajes por la América Meridional**. Trad. Francisco de Las Barras de Aragón. Madrid, Espasa-Calpe, 1969. 326 p. (Colección Austral).
- BALDUS, Herbert. **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**. São Paulo, 1954. 859 p.
- _____. **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**. Vol II. Hannover, Kommissionsverlag Münstermann - Druck GMBH, 1968. 864 p.
- _____. **Ensaio de Etnologia Brasileira**. São Paulo, Companhia Editorial Nacional, 1937, p.1-28.
- BARBOZA, Francisco de Oliveira. Noticias da Capitania de S. Paulo, da America Meridional escriptas no anno de 1792. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Geographico Brasileiro**, T.V, n° 17 (abril de 1843). Rio de Janeiro, 1885, p.22-36.
- BARTH, Frederick. **Los Grupos Étnicos y Sus Fronteras: La Organización Social de las Diferencias Culturales**. México, Fondo de Cultura Económica, 1976. 204p.
- BINFORD, Lewis R. Smudge pits and hide smoking: the use of analogy in archaeological reasoning. **American antiquity**, v.32, n.1, 1967, p.1-12.
- _____. Willow smoke and dog's tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. **American antiquity**, v.45, n.1, 1980, p.4-20.
- _____. **En Busca del Pasado**. Descifrando el Registro Arqueológico. Barcelona, Editorial Crítica, 1988. 283 p.
- BOGGIANI, Guido. Etnografia del Alto Paraguay. **Boletín del Instituto Geográfico Argentino**, XVIII. Buenos Aires, 1898, p.3-15.
- _____. **Compendio de Etnografia Paraguaya Moderna**. Asunción, 1900.
- BOROA, Diego de. Carta Anua da Missão de Todos os Santos de Guarambaré dirigida pelo Padre Diogo de Boroa ao Provincial Diogo Tôres-28-X-1614. Manuscritos da coleção De Angelis V. II. In: **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p.12-26.
- CABEZA DE VACA, Alvar Nuñez. Comentarios. Escriptos por Pero Hernández, escribano y secretario de la Provincia, y dirigidos al serenísimo, muy alto e muy poderoso Señor el infante Don Carlos N.S. Estudio Preliminar y notas aclaratorias de D. Roberto Ferrando Perez. In: **Viajes por America del Sur**. Viajes e Viajeros, II. Madrid, Aguilar, 1962, p.13-87 (Biblioteca Indiana, IV).
- _____. Comentários. Traduzido por Tristão de Alencar Araripe. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, T.LIV, Parte 1. Rio de Janeiro, 1893, p.193-344.

- _____. **Naufraios y Comentarios.** Edición, introducción y notas de Roberto Ferrando. 2ª ed. Madrid, Raycar, 1984. 318 p. (Colección Historia, 16 - Serie Crônicas de América, 3).
- _____. **Naufraios e Comentários.** Trad. do texto: Jurandir Soares dos Santos. Trad. da introdução :Bettina Becker. Apresentação: Henry Miller. Porto Alegre, L & PM, 1987. 256 p.(Col. L&PM/ História, Série “Os Conquistadores”, vol.3).
- CALEFFI, Paula. Indianismo e Etnohistória. In: **Anais da XIII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica- SBPH.** Porto Alegre, 1991, p.101-103.
- _____. A Identidade atribuída: um estudo da historiografia sobre o índio. In: **Estudos Leopoldenses,** Série História, V.1, nº 1. São Leopoldo, UNISINOS, 1997, p.49-64.
- CAMELLO, João Antonio Cabral. Noticias praticas das minas de Cuiabá e Goyazes, que dá ao rev. padre Diogo Soares, o capitão João Antonio Camello, sobre a viagem que fez às Minas do Cuiabá no anno de 1727. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro,** T. IV, n.16 (janeiro de 1843). Rio de Janeiro, 2ªed., 1863, p. 487-500.
- CAMPOS, Antonio Pires de. Breve noticia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos, do gentio barbaro que há na derrota viagem das minas do Cuyabá e seu reconcavo....até o dia 20 de maio de 1723. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico e Ethnografico do Brasil,** T. XXV. Rio de Janeiro, 1862, p.437-449.
- CARDOZO, Efraim. **Historiografia Paraguaya.** México, Instituto Panamericano de Geografia e Historia, 1979. 610p.
- CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada de povos e “Melting Pot” cultural. Suas relações com a bacia do Paraná e o Sul Mato-grossense. In: CUNHA, Manoela Carneiro da (Org.). **História dos Índios do Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992, p.457-474.
- CASAL, Manuel Aires de. **Corografia Brasilica ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil.** Prefácio de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte/São Paulo, Ed. Itatiaia/EDUSP, 1976. 342p. (Col. Reconquista do Brasil, vol.27).
- CASTELNAU, Francis. **Expedição Às Regiões Centrais da América do Sul.** Trad. Olivério M. de Oliveira Pinto. T.II. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1949. 378 p. (Col. Brasiliana, vol.266-A).
- CHANG, K.C. Major aspects of the interrelationship of archaeology and ethnology. **Current Anthropology,** V.8, n.3, 1967, p.227-243.
- _____. **Nuevas Perspectivas en Arqueología.** Madrid, Alianza Editorial, 1976, 175 p.

- CHARLEVOIX, P. Pedro Francisco Javier de. **Historia del Paraguay**. T.I. Anotaciones y correcciones línas del P. Muriel. Traducida por el P. Pablo Hernández. Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1910. 402p.
- CHAVES, Julio César. **Descubrimiento y Conquista del Río de la Plata y el Paraguay**. Asunción, Ediciones Nizza, 1968. 275 p. (Historia General del Paraguay, V. 1).
- CHIARA, Vilma. Armas: bases para uma classificação. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2.ed. Petrópolis, Vozes/Finep, 1987, p.117-138. (V.2: Tecnologia Indígena).
- CLINE, Howard. Introduction: reflections on ethnohistory. In: Guide to Ethnohistorical Sources. Part one. **Handbook of Middle American Indians**. V. 12. Austin, University of Texas Press, 1972, p.3-15.
- COOPER, John M. Processos de fazer fogo. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2.Ed. Petrópolis, Vozes/Finep, 1986, p.109-115. (V. 2: Tecnologia Indígena).
- Cópia de uma carta do governador de Tucumã para Frei Gabriel de Valencia, Franciscano, mas egresso da Companhia de Jesus, pedindo notícias sobre esta, com a respectiva resposta, contendo informes muito particulares sobre toda a província jesuítica do Paraguai e as atividades de seus membros. 26-III-1657 - 8-V-1657. Manuscritos da Coleção de Angelis, V.II. In: **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão. Biblioteca Nacional de Obras Raras e Publicações, 1952, p.254-272.
- CORNEJO, Adrián Fernández. Expedición al Chaco por el río Bermejo. In: **Collección de Obras y Documentos Relativos a La Historia Antigua y Moderna de las Provincias del Río de La Plata** por Pedro de Angelis, con prólogos y notas de Andrés M. Carretero, T.VI. Buenos Aires, Plus Ultra, 1970, p.452-509.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. **Mato Grosso**. 2.ed. Rio de Janeiro, Brasília, V.1, 1939. 269p.
- _____. **Pantanaís Matogrossenses**. Devassamento e ocupação. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1946. 170 p.(Biblioteca Geográfica Brasileira, Série A, Publ.n.3).
- _____. **História do Mato Grosso**. Rio de Janeiro, MEC/Instituto Nacional do Livro, 1969. 741p. (Coleção Cultura Brasileira, Série Estudos 2).
- COSTA E SILVA, Paulo P. **Estudo Bibliográfico da História, Geografia e Etnologia do Mato Grosso**. Cuiabá, CCS, 1992. 333p. (Coleção Coisas de Mato Grosso, 3).
- Crítica do Padre Lascamburu ao projeto do padre Arce, que deseja estabelecer comunicações pelo Paraguai e o Itatim e daí com os Chiquito. 27-VI-1692. Manuscritos da Coleção De Angelis, V. II. In: **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p.303-304.
- DECKMANN, Eliane Cristina. Ensaio sobre Etno-História. **Estudos Leopoldenses**, V.24, nº 106. São Leopoldo, UNISINOS, 1988, p.39-45.

- Diário dum reconhecimento do Rio Paraguai, em 1703, desde Assunção até o Lago dos Xaraiés. Manuscritos da Coleção de Angelis, VI. In: **Antecedentes do Tratado de Madri: Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)**. Introdução, notas e sumário por Jaime Cortesão. Biblioteca Nacional. Divisão de Obras Raras e Publicações, 1955, p. 11-12.
- DICCIONARIO DE ANTROPOLOGÍA. Buenos Aires, Ediciones Troquel, 1969. 647 p.
- DICIONÁRIO DE ESPANHOL-PORTUGUÊS. Porto, Porto Editora, 1984. 1058 p.
- DICIONÁRIO DE SOCIOLOGIA. Porto Alegre, Editora Globo, 1ª Ed., 1963. 377 p.
- DOBRIZHOFFER, Martin S.J. **Historia de Los Abipones**. V.I. Traducción de Edmundo Wernicke. Advertencia editorial del professor Ernesto J. A. Maeder. Noticia biográfica y bibliografía del padre Martín Dobrizhoffer, por el Académico R.P. Guillermo Furlong, S.J. Resistencia, Universidad Nacional del Nordeste, 1967. 568p.
- _____. **Historia de Los Abipones**. V.II Traducción de la Profesora Clara Vedoya de Guillén. Resistencia, Universidad Nacional del Nordeste, 1968. 482p.
- _____. **Historia de Los Abipones**. V.III. Traducción de la profesora Clara Vedoya de Guillén. Resistencia, Universidad Nacional del Nordeste, 1970. 403p.
- ECO, Umberto. **Como Se Faz Uma Tese**. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. Apresentação à edição brasileira: Lucrecia D'Aléssio Ferrara. São Paulo, Perspectiva, 1995. 170 p. (Coleção Estudos).
- ELLIOTT, João Henrique. Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na provincia de Mato-Grosso feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliott. **Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, T. X (2º trimestre de 1848). Rio de Janeiro, 2ª ed., 1870, p.153-177.
- FALKENHAUSEN, Olga. The Payaguá Indians. **ETHNOS**, V. 14, n. 2-4. Stockholm, Museum of Sweden, 1949, p.105-117.
- FERREIRA NETO, Edgar. História e Etnia. In: **Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (Orgs.). Rio de Janeiro, Campus, 1987, p.313-328.
- FERRER, Diogo. Anua do Padre Diogo Ferrer para o provincial sobre a geografia e etnografia dos indígenas do Itatin. 21-VIII-1633. Manuscritos da Coleção De Angelis, V. II. In: **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. Introdução, notas e glossário por Jaime Cortesão. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p.29-47.
- FERRUFINO, João Baptista. Petição do Padre João Baptista Ferrufino ao Ouvidor Garabito para mudar os índios do Itatim reduzidos para outro lugar. Manuscritos da Coleção De Angelis. V.

II. In: **Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)**. Introdução, notas e glossário de Jaime Cortesão. Biblioteca Nacional - Divisão de Obras Raras e Publicações, 1952, p.78-199.

FLORENCE, Hercules. **Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas**. De 1825 a 1829. Tradução do Visconde de Taunay. 2ª.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1948. 343p.

FONTANA, Luis Jorge. **El Gran Chaco**. Estudio preliminar de Ernesto J. A. Maeder..Buenos Aires, Solar/Hachette, 1977, p.89-133.

FRANCH, José Alcina. **Arqueología Antropológica**. Madrid, Akal, 1989. 223p.

GANDÍA, Enrique de. **Historia del Gran Chaco**. Buenos Aires/Madrid, Juan Roldán y Cia., s.d. 211p.

GANSON, Bárbara. Contacto intercultural: un estudio de los payaguáes del Paraguay, 1528-1870. **Suplemento Antropologico**, V. XXIV, nº 1. Asunción, Universidad Católica, 1989, p.79-121.

GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: História e Significação**. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1997, p. 1-25. (Dissertação de Mestrado).

GARMENDIA, Juan Ortiz. **Plantas silvestres chilenas de frutos comestibles por el hombre**. La Serena, Museo de La Serena, 1969, p.15.

GARRIDO, Araceli Sánchez. Indios del Paraguay: objetos y sujetos de una idea, señores de un território. In: ANSORENA, Mariá Asunción (Coord.). **Un Camino Hacia La Arcadia - Arte en Las Misiones Jesuíticas de Paraguay**. Madrid, Casa de América/Secretaría de Estado de Cooperación Ibero-Americana/AECI, 1995, p.23-32.

GAY, Cônego João Pedro. História da República Jesuítica do Paraguay Desde o Descobrimento do Rio da Prata até nossos dias, anno de 1861. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico**, T.XXVI . Rio de Janeiro, 1863, p 5-121.

GONGORA, Diego de. Carta de D. Diego de Gongora a S.M. sobre los yndios guaycurús y payagua (1622). In: GARAY, Blas. **Colección de Documentos Relativos a La Historia de América y Particularmente a La Historia del Paraguay**. T. I. Asunción, Talleres Nacionales de H. Kraus, 1899.

GORTARI, D. Mathias de Aglés y. **Los Jesuítas en El Paraguay**. Asunción, Librería y Casa Editora de A. de Uribe y Cia, 1896. 215p.

GRATY, Alfredo M. Du. **La Republica del Paraguay**. Traducción por Cárlos Calvo. Imprenta José Jacquin, 1862. 364p.

GUZMÁN, Ruy Díaz de. **Anales del Descubrimiento, Población y Conquista del Río de la Plata**. Asunción, Ediciones Comunero, 1980. 305p.

- HARTMANN, Thekla. **Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira**. V.III. Berlin, Dietrich Reimer Verlag, 1984. 724p.
- HERBERTS, Ana Lúcia. **Os Mbayá-Guaicurú: Área, Assentamento, Subsistência e Cultura Material**. São Leopoldo, UNISINOS, 1998. 262 p. (Dissertação de Mestrado).
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **O Extremo Oeste**. São Paulo, Brasiliense, 1986. 172 p.
- JIMENEZ, Alfredo. El Concepto de Etnohistoria. Sevilla, Universidad de Sevilla, 1975, p.95-105. (Ponencia presentada ante la Primera Reunión de Antropólogos Españoles).
- JOLÍS, José. **Ensayo Sobre la Historia Natural del Gran Chaco**. Traducción de María Luisa Acuña. Estudio Preliminar de Ernesto J. A. Maeder. Resistencia, Universidad Nacional del Nordeste, 1972. 393p.
- JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia Indígena. Uma Introdução**. Edicic, 1991. 111 p. (Série Trilhas).
- KAPLAN, David. **Teoria da Cultura**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975. 305p.
- CARMACK, Robert M. La Etnohistoria: una reseña de su desarrollo, definiciones, metodos y objetivos. **Cuadernos del Seminario de Integración Social Guatemalteca**, nº 26. Guatemala, Editorial Jose de Pineda Ibarra, 1979, p. 1-47.
- KERSTEN, Ludwig. **Las Tribus Indigenas del Gran Chaco Hasta Fines del Siglo XVIII**. Una contribución a la Etnografía Histórica de Sudamérica. Trad. de Jorge von Hauenschild. Advertencia preliminar de Eldo Serafin Morresi. Resistencia, Universidad Nacional del Nordeste, 1968. 127p.
- LABRADOR, P. José Sánchez. **El Paraguay Católico**. T. I. Buenos Aires, Imprenta de Coni Hermanos, 1910. 317 p.
- _____. **El Paraguay Católico**. T. II. Buenos Aires, Imprenta de Coni Hermanos, 1910. 332 p.
- LAFUENTE MACHAIN, R. de. **El Gobernador Domingo Martínez de Irala**. Buenos Aires, "La Facultad", 1939. 568p. (Biblioteca de la Sociedade de Historia Argentina, V. X).
- LARAIA, Roque de Barros. Identidade e Etnia. **Anuário Antropológico**. Brasília, Editora Universidade de Brasília/Tempo Brasileiro, 1988, p.207-212.
- LAVINA, Rodrigo. **Os Xokleng de Santa Catarina. Uma Etnohistória e Sugestões Para Arqueólogos**. São Leopoldo, UNISINOS, 1994. 168 p. (Dissertação de Mestrado).
- LEROI-GOURHAN, André. Os símbolos da sociedade. In: **O Gesto e a Palavra: Memória e Ritmos**. Tradução de Emanuel Godinho. Lisboa, Edições 70, p.121-140.
- LEVERGER, Augusto. Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Parana pelo capitão de fragata da armada nacional e imperial Augusto Leverger. **Revista**

- Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil**, T.XXV. Rio de Janeiro, 1862, p.211-284.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Tradução de Noelia Bastard. Buenos Aires, EUDEBA, 1973. 419p.
- LIMA, Tânia Andrade. Cerâmica indígena brasileira. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2ª ed. Petrópolis, Vozes/Finep, 1987, p.173 -230 (V.2: Tecnologia Indígena).
- LOUKOTKA, Chestmir. Línguas indígenas do Brasil. **Revista do Arquivo Municipal**, V. LIV. São Paulo, 1939, p.147-174.
- LOUREIRO, Rui Lopes de, LIMA, João Paulo de S., FONZAR, Benedicta Catharina. Vegetação: as regiões fitogeográficas, sua natureza e seus recursos econômicos. In: **PROJETO RADAMBRASIL**. Folha SE.21 Corumbá e parte da folha SE.20 Rio de Janeiro. Brasília, Ministério das Minas e Energia, 1982, p.329-372. (Série Levantamento de Recursos Naturais, 27).
- LOZANO, P. Pedro. **Historia de La Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman**. T.I. Buenos Aires, Casa Editora Imprenta Popular, 1873. 468p.
- _____. **Historia de La Conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucuman**. T.I. Buenos Aires, Casa Editora Imprenta Popular, 1874. 396 p.
- _____. **Descripcion Corografica del Gran Chaco Gualamba**. Reedición con prólogo e índice por Radames A. Altieri. Tucuman, Universidad Nacional de Tucuman, 1941. 465p.
- MAACK, Reinhard. Sobre o itinerário de Ulrich Schmidl através do sul do Brasil (1552-1553). **Conselho de Pesquisa da Universidade do Paraná**, Série II, nº 1. Curitiba, 1959, p.1-64.
- MAEDER, Ernesto (Org.). **Cartas Anuas de la Provincia Jesuitica del Paraguay. 1632 a 1634**. Buenos Aires, Academia Nacional de Historia, 1990. 229 p.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **O Selvagem**. Prefácio de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1975. 159p. (Coleção Reconquista do Brasil, V.16).
- MAGALHÃES, Nícia W. de. **Conheça o Pantanal**. São Paulo, Terragraph, 1992. 390p.
- MARTINS, Gilson Rodolfo. **Breve Painele Etno-histórico do Mato Grosso do Sul**. Campo Grande, UFMS, 1992. 80 p.
- MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo, Editora Hucitec, 1997. 213p.
- MATTA, Roberto da. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1981. 246 p.

- MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografia**. Tradução de J. Freitas e Silva. Prefácio de Denise Paulme. Lisboa, Dom Quixote, 1993. 250p. (Coleção Nova Enciclopédia).
- MELLO, Raul Silveira de. **Historia do Forte Coimbra**. V. I, Períodos (1500 a 1718). Rio de Janeiro, SMG/Imprensa do Exército, 1958. 292 p.
- MELLO, Raul Silveira de. **Historia do Forte Coimbra**. V. II, Períodos (1748 a 1802). Rio de Janeiro, SMG/Imprensa do Exército, 1959. 489 p.
- _____. **Historia do Forte Coimbra**. 3 vol. Rio de Janeiro, 1960, p.116-127.
- MENDONÇA, Rubens de. **Bibliografia Mato-grossense**. Cuiabá, Edições UFMT, 1975. (Coleção Esboços e Levantamentos, 13).
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, Nova Série, nº 115. São Paulo, USP, 1983, p.103-117 .
- MÉTRAUX, Alfred. Ethnography of the Chaco. In: STEWARD, Julian H. (Ed.) **Handbook of South America Indians**. The Marginal Tribes. Part.2: Indians of the Chaco. Washington, Smithsonian Institution, Bureau of American Ethnology, 1963, V. 1, Bulletin 143, p.197-370.
- _____. Armas. In: RIBEIRO, Darcy (Ed.). **Suma Etnológica Brasileira**. 2ª. Ed. Petrópolis, Vozes/Finep, 1987, p.139-162. (V. 2: Tecnologia Indígena).
- MONIOT, Henri. A História dos povos sem história. In: **Fazer História 1. Novos Problemas**. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, 2ª Ed. Bertrand Editora, 1987, p.129 -147
- MOURA, Carlos Francisco. Os Paiaguás, Índios Anfíbios do Rio Paraguai. **V Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia**, T. XLI. Separata do Suplemento dos Anais Hidrográficos. SDGM, 1984, p.419-472.
- MOURA, Pedro de. Bacia do Alto Paraguai. **Revista Brasileira de Geografia**, V. 5, nº 1. São Paulo, 1943, p.3-38.
- MURDOCK, George P., FORD, Clellan S., HUDSON, Alfred et. al. **Guía Para la Clasificación de Los Datos Culturales**. Versión castellana preparada por el Instituto Indigenista Nacional de Guatemala y la Unión Panamericana. 3 Ed. Washington, Secretaria General de la Organización de los Estados Americanos, 1963. 295p.(Serie Manuales Técnicos, 9).
- MURIEL, P. Pablo. **Historia del Paraguay**. Desde 1747 hasta 1767. Traducida por el P. Pablo Hernández. Madrid, Librería General de Victorino Suarez, 1918. 659p.
- NIMUENDAJU, Curt Unkel. **Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju**. 1.Ed., 2.imp. Rio de Janeiro, IBGE/Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. 93p.
- NOELLI, Francisco Silva. **Sem Tekohá Não Há Tekó**: em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guarani e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí-RS. Porto Alegre, PUCRS, 1993. 486 p. (Dissertação de Mestrado).

- OLIVEIRA, Jorge Eremites. **Os Argonautas Guató**. Aportes para o conhecimento dos assentamentos e da subsistência dos grupos que se estabeleceram nas áreas inundáveis do pantanal Matogrossense. Porto Alegre, PUCRS, 1995. 210 p. (Dissertação de Mestrado).
- _____. **Guató. Argonautas do Pantanal**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996. 179 p.
- _____. A utilização da analogia etnográfica no estudo dos aterro da região pantaneira de Corumbá, MS. **Revista de Arqueologia**, V. 8, nº 2. São Paulo, 1994/1995, p.159-167.
- _____. Ambiente e cultura no contexto da ocupação indígena da planície de inundação do pantanal. Comunicação proferida no IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, no Simpósio Origens e Natureza da Complexidade Social no Brasil Central, Rio de Janeiro, 1997. (Datiloscrito).
- OÑATE, Pedro de. Carta Anua de 1615. **Documentos para la Historia Argentina**. T.XX. Iglesia. Cartas Anuas de la provincia del paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires, Talleres Casa Jacobo Peuser S. A., 1929, p.3-62.
- _____. Carta Anua de 1616. **Documentos para la Historia Argentina**. Tomo XX. Iglesia. Cartas Anuas de la provincia del paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1929, p.63-108.
- _____. Carta Anua de 1620. **Documentos para la Historia Argentina**. Tomo XX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús (1615-1637). Buenos Aires: talleres S.A. Casa Jacobo Peuser, 1929, p.164-222.
- OUTES, Félix F. Los asuntos decorativos bíblicos en los objetos de ceremonial pagano Payaguá. **Anales del Museo Nacional de Historia Natural de Buenos Aires**, T.XXVI. Buenos Aires, Imprenta de Coni Hermanos, 1915, p.383-401.
- PARRAS, Pedro José de. **Diario y Derrotero de Sus Viajes 1749-1753: España - Río de la Plata - Cordoba - Paraguay**. Buenos Aires, Ediciones Argentinas Solar, p.251.
- PASOS, D. Ignacio de. Diario de una navegación y reconocimiento del Río Paraguay desde la ciudad de la Asunción hasta los presidios portugueses de Coimbra y Albuquerque. In: **Colección de Obras y Documentos Relativos a La Historia Antigua y Moderna de Las Provincias del Río de la Plata**, T. VI. Por Pedro de Angelis, com prólogos e notas de Andrés M. Carretero. Buenos Aires, Plus Ultra, 1970, p.88-169.
- PASTELLS, R. P. Pablo. **Historia de la Compañía de Jesús en La Provincia del Paraguay (Argentina, Paraguay, Uruguay, Perú, Bolivia y Brasil)**. Según los Documentos Originales del Archivo General de Indias, T.I. Madrid, Librería General de Victoriano Suárez, 1912. 592 p.
- PEIXOTO, José Luis. **A Missão de Nossa Senhora do Bom Conselho - MS**. São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, 1995. (Relatório Final de Bolsa de Recém - Mestre).

- PLÁ, Josefina. Tribos Predadoras do Paraguai. In: **Américas**. Publicacion de la Organizacion de los Estados Americanos, 1963, p.31-38.
- PLANELL, João José. **Instrumento de trabalho: a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Porto Alegre, PUC-RS, 1983. 341p. (Datiloscrito).
- POTT, Arnildo, POTT, Vali J. Plantas do Pantanal. Brasília, EMBRAPA, Centro de Agropecuária do Pantanal, 1994, p.134.
- PUSINERI, Adelina. **Guia Ilustrada del Museo Etnografico Andres Barbero**. Asunción, Editora Litocolor, 1989. 44p.
- QUIROGA, P. José. Compendio del viaje Paraguay arriba hasta el Jaurú, que hizo y escribió el P.J. In: MURIEL, P. Pablo. **Historia del Paraguay**. Desde 1747 hasta 1767. Traducida por el P. Pablo Hernández. Madrid, Librería General de Victorino Suarez, 1918. 659p.
- _____. Descripción del río Paraguay desde la boca del Xauru hasta la confluencia del Paraná. In: **Colección de Obras y Documento Relativos a la Historia Antigua e Moderna de Las Provincias del Río de la Plata**. T. VI. Por Pedro de Angelis, com prólogos y notas de Andrés M. Carretero. Buenos Aires, Plus Ultra, 1970, p.66-88.
- RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. 2 Ed. São Paulo, Editora Ática, 1988. 96p. (Série Princípios).
- RECLUS. Élisée. **Estados Unidos do Brasil**. Geographia, Etnograpfia, Estatistica. Tradução e breves notas de B.F. Ramiz Galvão. Rio de Janeiro, H. Garnier Livreiro, 1900. 488p.
- REICHERT, Inês Caroline. Etno-História Chaquenha: Guaycurú e Payaguá. In: **Anais do IV Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia, Novas Perspectivas**. Porto Alegre, PUCRS, 1991.
- RIBEIRO, Berta. **Dicionário do Artesanato Indígena**. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1988. 343 p.
- ROHAN, Henrique de Beaurepaire. Viagem de Cuyabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em 1846, por Henrique de Beaurepaire Rohan, major do imperial corpo de engenheiros, e membro correspondente do Instituto. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**. T. IX. Rio de Janeiro, 2ª Ed.(1847), 1869, p.376 -397.
- ROLIM, Antonio. Relação da viagem, que fez o conde de Azambuja, D. Antonio Rolim, da cidade de S. Paulo para a vila de Cuyabá em 1751. **Revista de Historia e Geografia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, T. VII, nº 28. Rio de Janeiro, 2ª Ed. (1845), 1866, p.469-497.
- RONDON, J. Lucídio N. **No Pantanal e na Amazônia em Mato Grosso**. São Paulo, Urupês, 1971. 209p.

- SÁ, Joseph Barboza de. **Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá, Edições UFMT, 1975. 55 p. (Coleção Ouro e Mel, 12).
- SAAVEDRA, Hernandarias de. Carta al rey de 25 de Mayo de 1616. Cartas y Memoriales de Hernandarias de Saavedra. Informes del primer gobernador criollo del Río de La plata, al rey de España y al Consejo de Indias. **Revista de la Biblioteca Nacional**. (Cuarta serie, 1616-1619).
- SAHLINS, Marshal. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990. 218p.
- SCHMÍDL, Ulrich. **Viaje al Río de la Plata (1534-1554)**. Notas bibliográficas y biográficas por Bartolomé Mitre. Prólogo, traducción y anotaciones por Samuel A. Lafone Quevedo. Buenos Aires, Editores Caubet y Cia., 1903. 491p.
- _____. Viaje al Río de la Plata (1534-1554). Estudio preliminar y notas aclaratorias por Matilde Moliner de Arevalo. In: **Viajes por América del Sur**. Viajes y Vajeros II. Madrid, Aguilar, 1962, p.267-329. (Biblioteca Indiana, IV).
- _____. Viaje al Río de la Plata y Paraguay. In: **Colección de Obras y Documentos Relativos a la Historia Antigua e Moderna de las Provincias del Río de la Plata**. T. VI. Por Pedro de Angelis. Buenos Aires, Plus Ultra, 1970, p. 245-346.
- SCHMIDT, Max. Los Payaguás. **Revista do Museu Paulista**, Nova Série, V. 3. São Paulo, USP, 1949, p.129-270.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio. Programa Arqueológico do MS - Projeto Corumbá. In: **Anais do IV Simpósio Sul-riograndense de Arqueologia, Novas Perspectivas**. Porto Alegre, PUCRS, 1991, p. 40-47.
- SCHMITZ, Pedro Ignácio, ROGGE, Jairo Henrique, ROSA, Andre Osorio, BEBER, Marcus Vinícius. Aterros Indígenas no Pantanal do Mato Grosso do Sul. **Pesquisas**, Antropologia nº 54. São Leopoldo, EDUNISINOS, 1998. 271 p.
- SCHUCH, Maria Eunice Jardim. **Xaray e Chané. Índios Frente à Expansão Espanhola e Portuguesa no Alto-Paraguai**. São Leopoldo, UNISINOS, 1995. 87 p. (Dissertação de Mestrado).
- _____. **Missões Capuchinhas Entre os Guaná Sul-Matogrossenses**. São Leopoldo, 1997. (Relatório Final da Bolsa da Missionswissenschaftliches Institut Missio) (Datiloscrito).
- SGANZERLA, Alfredo. **A História do Frei Mariano de Bagnaia: o Missionário do Pantanal**. Campo Grande, FUCMT, 1992. 462 p.
- SOUTHEY, Robert. **Historia do Brasil**. T. I. Traduzido do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Rio de Janeiro, Garnier Irmãos Editores, 1862, p.110-120.
- _____. **Historia do Brasil**. T. V. Traduzida do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Rio de Janeiro, Garnier Irmãos Editores, 1862, p.333-337.

- _____. **Historia do Brazil**. T. VI. Traduzido do inglês pelo Dr. Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. Rio de Janeiro, Garnier Irmãos Editores, 1862, p.215-220.
- STEINEN, Karl von den. **Entre os Aborígenes do Brasil Central**. Prefácio de Herbert Baldus. Trad. de Egon Schaden. São Paulo, Departamento de Cultura, 1940. 713 p. (Separata remunerada da Revista do Arquivo, n.XXXIV à LVIII).
- STEWART, Julian, FARON, Louis C. Nomadic hunters and gatherers: general features. In: **Native Peoples of South America**. New York, McGraw-Hill Book Company, 1959, p.374-396.
- SUSNIK, Branislava. **Material Arqueológico del Area Alto-Paraguayense**. Comunicaciones del Museo, s.d., p.81-103 (Datiloscrito).
- _____. **El Indio Colonial del Paraguay**. El Chaqueño: Guaycurúes y Chanes- Arawak. T. II-I. Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1971. 193 p.
- _____. **Dimensiones Migratorias y Pautas Culturales de los Pueblos del Gran Chaco y de Su Periferia**. Enfoque Etnológico. Resistencia, Universidad Nacional del Nordeste, 1972. 31 p.
- _____. **Etnografía Paraguaya**. Parte 1. Clasificaciones de las poblaciones indígenas del area Chaqueña. Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1974, p.1-41. (Manuales del Museo Etnográfico Andres Barbero).
- _____. **Los Aborígenes del Paraguay**. T. II. Etnología del Chaco Boreal y su periferia (Siglos XVI y XVIII). Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1978. 154 p.
- _____. **Los Aborígenes del Paraguay**. T.III/1. Etnohistoria de los Chaqueños (1650-1910). Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1981. 232 p.
- _____. **Los Aborígenes del Paraguay**. T. IV. Cultura material. Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1982. 237 p.
- _____. **Los Aborígenes del Paraguay**. T. V. Ciclo Vital y Estructura Social. Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1983. 163 p.
- _____. **Artesanía Indígena**. Ensayo Analítico. Asunción, Litocolor, 1986. 134 p.
- _____. Las características Etno-Socio-Culturales de los Aborígenes del Paraguay en el Siglo XVI. Separata de: **Historia Paraguaya**. V. XXIV. Asunción, Anuario de la Academia Paraguay de la Historia, 1987, p.81-103.
- _____. Etnohistória de los pueblos del Chaco. **América Indígena**, V. XLIX, n.3. México, 1989, p.431-490.
- _____. **Guerra. Transito. Subsistencia**. (Ambito Americano). Asunción, Museu Etnografico "Andres Barbero", 1990. 190 p. (Manuales del Museo Etnografico Andres Barbero).

- _____. **Introducción a Las Fuentes Documentales Referentes al Indio Colonial del Paraguay.** Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1992. 46 p.
- _____. **Una Visión Socio-Antropológica del Paraguay.** XVI-1/2 XVII. Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1993. 149 p.
- _____. **Interpretación Etnocultural de la Complejidad Sudamericana Antigua.** I. Formación y Dispersión étnica ergológica. Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1994. 199 p.
- _____. **Interpretación Etnocultural de la Complejidad Sudamericana Antigua.** II. El hombre, persona y agente ergológico. Asunción Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1995. 148 p.
- _____. **Poblados-Viviendas. Manufactura Utilitaria.** VI. Ambito Americano. Asunción, Museo Etnográfico "Andres Barbero", 1996. 196 p.
- TAUNAY, Afonso D'Escragnolle. **Entre nossos indios Chanés, Terenas, Guanás, Kinikinaus, Laianas, Gatós, Guaycurús, Caingangs.** São Paulo, Melhoramentos, 1940. 134 p.
- _____. **História das Bandeiras Paulistas.** T. II. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1951, p.1-184.
- TECHO, Nicolás del. **Historia de La Provincia del Paraguay de La Compañía de Jesús.** T.IV. Versión del texto latino por Manuel Serrano y Sanz. Madrid, Librería y Casa Editorial, 1897. 411 p.
- TORRES, Diego de. Carta Anua de 6 de junio de 1610. In: **Documentos para la Historia Argentina.** T.XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1929, p.41-83.
- _____. Carta Anua de 5 de abril de 1611. In: **Documentos para la Historia Argentina.** T.XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p.84-144.
- _____. Carta Anua de 15 de Febrero a 10 de Mayo de 1612. In: **Documentos para la Historia Argentina.** T.XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p. 481-545.
- _____. Carta Anua de Febrero de 1613. In: **Documentos para la Historia Argentina.** T.XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús, (1609-1614). Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p.145-263.
- _____. Carta Anua de 8 de abril de 1614. In: **Documentos para la Historia Argentina.** T.XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p.264-437.

- _____. Carta Anua de 12 de Junio de 1615. In: **Documentos para la Historia Argentina**. T. XIX. Iglesia. Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús. (1609-1614). Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1927, p.438-479.
- TOVAR, Antonio. **Catálogo de Las Lenguas de América del Sur**. Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1961. 406 p.
- TRIGGER, Bruce C. The determinants of settlement patterns. In: **Settlement Archaeology**. Chang, K. C. (Ed.). California, National Press Books/ Yale University, 1968, p. 53-78.
- _____. Etnohistoria: problemas y perspectivas. **Etnohistory**, v.29, n.1, 1982, p.1-29.
- VANGELISTA, Chiara. Los payaguá entre Asunción y Cuiabá: formación y decadencia de una frontera indígena (1719-1790). In: **Conquista y Resistencia en la Historia de America**. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1992, p.151-165.
- VELTHEM, Lúcia Hussak van. Equipamentos domésticos e de trabalho. In: RIBEIRO, Darcy (Editor). **Suma Etnológica Brasileira**. 2ª Ed. Petrópolis, Vozes/Finep, 1987, p. 95-108. (V.2: Tecnologia Indígena).
- VIERTLER, Renate Brigitte. **Ecologia Cultural: uma antropologia da mudança**. São Paulo, Ed.Ática, 1988. 61 p. (Série Princípios).
- VOLPATO, Luiza Rio Ricci. **A Conquista da Terra no Universo da Pobreza: Formação da Fronteira Oeste do Brasil. 1719-1819**. São Paulo, Hucitec, 1987. 167 p. (Coleção Estudos Históricos).
- WACHTEL, Nathan. Aculturação. In: **Fazer História 1. Novos Problemas**. Direção de Jacque Le Goff e Pierre Nora. São Paulo, Bertrand Editora, 2ª Ed., 1987, p.149 -172.
- XIMENEZ, Bartolomeu. Relação duma viagem de exploração no rio Paraguai com o fim de estabelecer ligação com as Missões dos Chiquito pelo Padre Bartolomeu Ximenez, 1703. Manuscritos da Coleção De Angelis. VI. In: **Antecedentes do Tratado de Madri: Jesuítas e Bandeirantes no Paraguai (1703-1751)**. Introdução, notas e sumário por Jaime Cortesão. Biblioteca Nacional Divisão de Obras Raras e Publicações, I parte - Expedições de Jesuítas e Bandeirantes, 1955, p.35-54.